

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

THIAGO PEREIRA DE BARROS

**TERRITÓRIO E SINDATOS EM OURINHOS-SP: ESTUDO A
PARTIR DA IMPRENSA SINDICAL**

OURINHOS-SP

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Campus Experimental de Ourinhos

TERRITÓRIO E SINDICATOS EM OURINHOS-SP: ESTUDO A
PARTIR DA IMPRENSA SINDICAL

THIAGO PEREIRA DE BARROS

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à banca examinadora para obtenção do título
de Bacharel em Geografia pela UNESP –
Campus Experimental de Ourinhos.*

Orientador: Prof.Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

OURINHOS-SP

2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho (Orientador)

Prof. Dr. Amir El Hakim de Paula

Doutorando Fernando Mendonça Heck

Ourinhos, 14 de Fevereiro de 2014.

Dedico esse trabalho as pessoas que deixaram marcas de suas vidas e fizeram parte do que sou hoje, mas infelizmente não se encontram mais entre nós: minha avó Maria Josefa, meu avô Manoel Roberto (dono de muitas estórias) e meu avô Olimpídio que infelizmente não pude conviver. Contudo seus feitos e ensinamentos foram passados a mim por suas filhas e filhos, em especial, minha mãe.

AGRADECIMENTO

Agradeço inicialmente a minha mãe Eva. Que se esforçou e me deu tudo o que podia e não podia para realizar meu sonho e o dela. Que me ensinou a ler, depois de diversas tentativas frustradas, e me fez deixar de falar o “t” em todas as palavras pronunciadas (ticolão, tusquinha, techette, entre outras). Mas principalmente por me ensinar sonhar, acreditar, amar, a pelejar e nunca desistir dos meus sonhos. Obrigado mãe, meu amor por você é só teu!

Ao meu pai Marconildo Roberto de Barros pelo apoio, muito obrigado.

As minhas tias: Edineide, Elisângela, Elenilda, Eliane, Rosa, e demais.

As minhas irmãs, Klivia e Shirley, sem o apoio de vocês isso também não seria possível.

Agradeço também a minha família (Barros, Silva, Amorim e Pereira) pela ajuda e apoio dado sempre neste caminho traçado.

Agradeço ainda a uma menina que me ensinou a ter disciplina, a amar, a me dedicar ainda mais aos meus sonhos e objetivos. Obrigado Larissa você vem sendo minha luz!

Aos meus amigos e companheiros de infância de João Pessoa-PB, e mais especialmente os do Jardim Conceição Hortolândia-SP, que me ensinaram na prática a luta e a esperança do povo da periferia.

Agradeço a todos servidores e professores da UNESP-Ourinhos pela ajuda dada nesses anos de curso. Em especial, agradeço o professor Marcelo (Capa) e sua companheira Terezinha que me ajudaram e me apoiaram durante esta etapa, tanto teoricamente quanto nos momentos de descontração.

Também deixo meus agradecimentos aos companheiros da 8º turma de Geografia pelos diversos momentos e discussões durante a graduação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio ao projeto de iniciação científica desenvolvido entre novembro de 2012 a outubro de 2013, que serviu de base para a execução deste trabalho de conclusão de curso.

Não poderia deixar de mencionar o apoio e a atenção das lideranças sindicais que entrevistei e que fizeram parte deste trabalho.

Por fim deixo meus agradecimentos às pessoas únicas que me apoiaram e incentivaram de alguma forma enquanto estiveram entre nós, mas que ainda deixam muitas saudades e alegrias pelos momentos em que passamos juntos: aos meus primos Ailton e Mateus; meus avôs e principalmente a minha vó Zefinha.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal estudar a territorialização da imprensa sindical em Ourinhos-SP, visto o caráter de comunicação de resistência que esta pode produzir frente à ofensiva patronal, atendendo em alguma medida às demandas da classe trabalhadora. E, além disso, analisou-se a interatividade potencial com os trabalhadores quanto à informação, diálogo e construção da identidade coletiva. Para tanto analisamos os discursos presentes na imprensa sindical ourinhense, a forma como é organizada e o que revela quanto aos posicionamentos político-ideológicos do sindicato. Tal proposta coaduna-se com as tentativas de aproximação entre os estudos do trabalho e a Geografia, com a tessitura dos liames definidores das práticas espaciais do capital e suas relações com os trabalhadores, na medida em que através da imprensa sindical podemos constatar o viés de resistência ou colaboração para o desenvolvimento capitalista, levando-se em consideração as complexidades e nuances que envolvem tais posicionamentos radicalmente contrários na territorialização dos sindicatos em Ourinhos.

Palavras-chave: trabalho, imprensa sindical, territorialização, sindicalismo

ABSTRACT

The present work has as main object to study the territorialization of the press union in Ourinhos, since the character of potential resistance that communication takes the offensive against employer, serving to some extent the demands of the working class. And besides, we analyzed the potential interaction with workers in the information, dialogue, preserving the memory and the construction of collective identity. For this purpose we analyze the speeches in the press union ourinhense, how it is organized and what it reveals about the political and ideological positions of the union. This proposal is consistent with the attempts of rapprochement between labor studies and Geography, with the definitions of the spatial practices of capital and their relations with workers, we can see in the press union bias or collaboration of resistance to capitalist development, leading into account the complexities and nuances that involve such radically opposed positions on territorial unions in Ourinhos.

Keywords: labor, press union, territorialization, unionism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O SINDICALISMO NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO SOBRE A HISTÓRIA, MUTAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	12
1.1 DE UM SINDICALISMO CLASSISTA COMBATIVO AO SINDICALISMO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES	26
1.1.1 DISCURSO, IDEOLOGIAS E VISÕES DE MUNDOS ELABORADOS PELAS ENTIDADES DE CLASSE	26
1.1.2 DO SINDICALISMO COMBATIVO AO SINDICALISMO DE NEGOCIAÇÃO	29
1.2 O MOVIMENTO SINDICAL NOS ANOS 2000	39
2 COMUNICAÇÃO SINDICAL: O CORAÇÃO DA AÇÃO SINDICAL	58
2.1 A imprensa sindical: um elemento importante da comunicação sindical	64
2.1.1 A IMPORTÂNCIA DE SE ESTUDAR A TERRITORIALIZAÇÃO DA IMPRENSA SINDICAL NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA	69
3 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS SINDICATOS EM OURINHOS	76
3.1 Contextualização histórico-geográfica da área de estudo: o município de Ourinhos/SP	76
3.2 Os sindicatos e a territorialização das imprensas sindicais: o caso de Ourinhos ..	80
3.2.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS SINDICAIS E DOS MATERIAIS COLETADOS	82
3.2.1.1 <i>SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP)</i>	82
3.2.1.2 <i>SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS SOROCABANO (STEFZS)</i>	88
3.2.1.3 <i>SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DE OURINHOS, CHAVANTES, SALTO GRANDE E RIBEIRÃO DO SUL (SINHSFIL)</i>	93
3.2.1.4 <i>SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AFUSE)</i>	99
3.2.1.5 <i>SINDICATO DOS FRENTISTAS DE BAURU E REGIÃO (SFBR)</i>	104
3.2.1.6 <i>SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DE MARÍLIA E REGIÃO (STIAM)</i>	109
3.2.1.7 <i>SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE OURINHOS (STTR)</i>	113
3.2.1.8 <i>SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE MARÍLIA E REGIÃO (SEEBM)</i>	114
3.2.1.9 <i>SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, MOTÉIS, APART-HOTEL, FLETS, RESTAURANTES, LANCHONETES, FAST-FOOD, BARES E SIMILARES DE MARÍLIA, OURINHOS, ASSIS E REGIÃO (SINTHORESSOU)</i>	120
3.2.1.10 <i>SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE OURINHOS E REGIÃO (SINCOMERCIÁRIOS)</i>	125

3.2.1.II SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE OURINHOS E REGIÃO (STICMO)	129
3.2.2 DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA.....	133
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	146
ANEXO	150

ÍNDICES

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DE GREVES NAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA E POR SETOR DE ATIVIDADE NO BRASIL	51
TABELA 2: NÚMERO DE GREVES POR CARÁTER DAS REIVINDICAÇÕES NO BRASIL: ANOS DE 2004, 2005, 2007 E 2008.....	54
TABELA 3: NÚMERO DE GREVES POR CARÁTER DAS REIVINDICAÇÕES NO BRASIL: ANOS DE 2010, 2011 E 2012	55
TABELA 4: SINDICATOS PRESENTES EM OURINHOS-SP	81
TABELA 5: QUADRO SÍNTESE DOS DADOS DA COMUNICAÇÃO SINDICAL DOS SINDICATOS DE OURINHOS-SP	134
TABELA 6: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS ABORDADOS PELA IMPRENSA SINDICAL DE OURINHOS.....	137
 GRÁFICO 1: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO PIB..	 80
 FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: MUNICÍPIO DE OURINHOS – SP.....	 77
FIGURA 2: PRÉDIO DA APEOESP EM OURINHOS	83
FIGURA 3: CAPA DO JORNAL DA APEOESP	85
FIGURA 4: PARTE DO CONTEÚDO CONTIDO NO JORNAL DA APEOESP	86
FIGURA 5: SEDE DO STEFZS EM OURINHOS	89
FIGURA 6: EXEMPLAR DO JORNAL SOROCABANO	91
FIGURA 7: EXEMPLAR DO JORNAL SOROCABANO.	93
FIGURA 8: NOTÍCIA DE UM JORNAL DA CIDADE DE OURINHOS REFERENTE À CRIAÇÃO DO SINHSFIL	94
FIGURA 9: SEDE DO SINHSFIL EM OURINHOS	95
FIGURA 10: EXEMPLAR DO JORNAL PLANTÃO DA SAÚDE DO SINHSFIL	97
FIGURA 11: EXEMPLAR DO JORNAL PLANTÃO DA SAÚDE DO SINHSFIL	98
FIGURA 12: EXEMPLAR DO JORNAL DA AFUSE.....	101
FIGURA 13: EXEMPLAR DO BOLETIM DA AFUSE	102
FIGURA 14: SEDE DO SFBR EM OURINHOS	104
FIGURA 15: EXEMPLAR DO BOLETIM INFORMATIVO: O BRONCA DO SFBR DE OURINHOS	106
FIGURA 16: BOLETIM INFORMATIVO: O BRONCA DO SFBR	108
FIGURA 17: SEDE DO STIAM EM OURINHOS	110
FIGURA 18: EXEMPLAR DO BOLETIM INFORMATIVO AÇÃO DO STIAM	112
FIGURA 19: SEDE DO STTR EM OURINHOS	113
FIGURA 20: SEDE DO SEEBM EM OURINHOS. FONTE: AUTOR, 2013.	115
FIGURA 21: EXEMPLAR DO BOLETIM INFORMATIVO AGORA DO SEEBM DE OURINHOS	118
FIGURA 22: CONTRA CAPA DO BOLETIM INFORMATIVO AGORA DO SEEBM DE OURINHOS	119
FIGURA 23: SEDE DO SINTHORESSOU EM OURINHOS	121
FIGURA 24: EXEMPLAR DO JORNAL DO SINTHORESSOU	122

FIGURA 25: EXEMPLAR DO JORNAL FIQUE POR DENTRO DO SINTHORESSOU .	124
FIGURA 26: SEDE DO SINCOMERCIÁRIOS EM OURINHOS	125
FIGURA 27: EXEMPLAR DO JORNAL: MANIFESTO COMERCIÁRIO DO SINCOMERCIÁRIOS..	127
FIGURA 28: FOTO DA LIDERANÇA SINDICAL DO SINCOMERCIÁRIOS COM A LIDERANÇA PATRONAL DURANTE UM EVENTO REALIZADO PARA A BASE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES	128
FIGURA 29: SEDE DO STICMO EM OURINHOS	129
FIGURA 30: EXEMPLAR DO JORNAL O CONSTRUÇÃO DO STICMO	131
FIGURA 31: BOLETIM DA FETICOM/SP	132
FIGURA 32: ESPACIALIZAÇÃO DOS SINDICATOS ONDE FORAM REALIZADAS AS ENTREVISTAS E COLETAS DOS MATERIAIS EM OURINHOS/SP	133

INTRODUÇÃO

Este estudo buscou compreender a comunicação sindical, mais precisamente a imprensa sindical e suas influências na territorialização dos sindicatos no município de Ourinhos-SP. Para isso esta pesquisa teve como elemento fundante uma análise a partir da Geografia do Trabalho, ou seja, através de uma perspectiva que seja comprometida com os sujeitos que vivem do trabalho. Sendo assim, esse estudo teve como objetivo geral compreender o movimento sindical brasileiro, a comunicação sindical e suas formas de utilização pelos sindicatos. Como objetivo específico visou à compreensão da territorialização da imprensa sindical em Ourinhos, através da análise dos conteúdos presentes nas impressas de cada sindicato, seus posicionamentos políticos-ideológicos, organização das lutas dos trabalhadores, e debates sobre questões referentes ao mundo do trabalho em âmbito nacional ou local. E a partir disto, portanto, pretendeu-se analisar como os conteúdos das diferentes impressas estão articulados à territorialização dos sindicatos em Ourinhos.

A importância desse estudo na ciência geográfica se faz devido à tentativa de compreensão da importância da imprensa sindical e seu papel na territorialização dos sindicatos em uma perspectiva que coloque o trabalho como elemento fundante dessa análise. Ou seja, utilizar-se das categorias de análise da Geografia para revelar as peculiaridades da imprensa sindical e a sua influência na construção de cada território sindical.

Para isto, esta pesquisa foi estruturada em três partes. A primeira intitulada “O sindicalismo no Brasil: uma introdução sobre a história, mutações e transformações”, compreende, portanto, as transformações e influências que afetaram o movimento sindical brasileiro, pois partimos do pressuposto que o sindicalismo não está imune às mutações e a própria dinâmica que afeta a sociedade, e só ao analisar toda essa conjuntura é que será possível averiguarmos a territorialização das entidades sindicais locais. Afinal para compreendermos as particularidades presentes no atual momento histórico, se faz necessário analisarmos todo um contexto geral da história sindical brasileira.

No segundo capítulo: “Comunicação sindical: o coração da ação sindical” foi abordado a importância da comunicação sindical para a ação dos sindicatos, as suas influências ideológicas no posicionamento político das lideranças das entidades sindicais. Nesta parte também abordamos mais profundamente a imprensa sindical e a sua importância na formação política-ideológica dos trabalhadores, como também um elemento de interlocução e de interação entre as lideranças sindicais e a sua base.

Na terceira parte deste estudo, “A territorialização dos sindicatos em Ourinhos”, adentramos na parte empírica da pesquisa, onde se apresenta as análises e discussões a respeito dos conteúdos das imprensas sindicais ourinhense e suas possíveis influências na consumação de outras territorialidades diferenciadas da oficial, como a que configura os sindicatos brasileiros. Nesta parte também foi realizado uma contextualização do município estudado, a fim de aproximar o leitor da realidade local da nossa escala de estudo, para em seguida aprofundarmos nosso debate propriamente dito no que se refere à territorialização das imprensas sindicais ourinhenses, demonstrando alguns materiais utilizados por cada imprensa sindical e consequentemente a análise e discussão referente a esse aspecto. Ainda vale mencionar, que os materiais coletados juntos as entidades sindicais utilizados nessa pesquisa, foram todos posteriormente destinados ao acervo em criação do CEMEPES (Centro de Memória Popular Éder Sader) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Ourinhos.

Por fim, esta pesquisa possui uma consideração final, de modo a agregar alguns debates finais a cerca desse estudo, mas não num sentido acabado da pesquisa, afinal acreditamos que este viés territorial a respeito da imprensa sindical e, consequentemente das questões referentes à Geografia do Trabalho, ainda carecem de mais análises, discussões e uma atenção minuciosa, crítica e comprometida com os sujeitos que vivem do trabalho, mas também com a essência das conflitualidades inerentes a esse universo.

1 O SINDICALISMO NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO SOBRE A HISTÓRIA, MUTAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

Tendo, pois, como objetivo principal a compreensão da territorialização da imprensa sindical em Ourinhos-SP, este estudo é uma tentativa de compreender as potenciais influências da comunicação exercida pelos sindicatos sobre o conjunto dos trabalhadores da base sindical, e também revelar as peculiaridades que cada sindicato possui na utilização da imprensa sindical.

Para tanto, entendemos que é necessário realizar uma breve compreensão do processo histórico do movimento sindical brasileiro, desde sua constituição como órgão oficial de representatividade da classe trabalhadora, pois a própria imprensa sindical está

atrelada às transformações que aconteceram no âmbito do próprio movimento sindical no país. Eis, portanto, nosso principal intento para a consecução deste capítulo.

O Brasil possui uma característica peculiar no desenrolar de sua história, que se revela sem rupturas ou mudanças profundas em sua estrutura social, como coloca Antunes (2011), buscando sempre equacionar dilemas utilizando a via da conciliação pelo alto, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre tendo como última cartada a utilização, se for necessário, da contrarrevolução, “O Brasil encontrou na dependência e no subdesenvolvimento a sua forma de integração para fora e desintegração para dentro.” (ANTUNES, 2011, p.61).

Esta característica própria brasileira é utilizada pelos dirigentes nacionais na busca de selecionar problemas ou empecilhos que a classe trabalhadora possa colocar ante a livre circulação e acumulação de capital durante o processo de industrialização no país. Sendo uma forma de manter a acumulação de capital viável pela característica da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, através do desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, combinando a extração absoluta e relativa da mais-valia, através da utilização da mão-de-obra precária e explorada, foi (e continua sendo) a forma de garantir o processo de desenvolvimento econômico e industrial no país.

Durante o início do processo de industrialização no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, os trabalhadores buscaram formas de auto-organização. O que fez surgir até meados do ano de 1888 as organizações dos trabalhadores mutualistas, com designações mais frequentes neste período na forma de Associação Operária, Aliança Operária, Liga Operária, União Operária, entre outros, pois ainda não caracterizada como rigorosamente sindical (que só começará a aparecer com a denominação de sindicatos simplesmente, ou sindicato operário e sindicato de resistência a partir de 1906-1907).

Para Rodrigues (1968), na tentativa de organizar o trabalho livre, temos a configuração da primeira fase de organização dos trabalhadores, sendo caracterizada como mutualista, coexistindo com o trabalho escravo, porém com a abolição da escravatura em 1888 assinala o seu fim. Acrescenta ainda o autor, que este tipo de defesa utilizada pelos trabalhadores não abarcava todas as categorias de trabalhadores livres, mas apenas algumas atividades tipicamente operárias como a construção de navios, a impressão de livros, etc. Outra fase apontada por Rodrigues (1968) é o período de resistência entre 1888-1919, sendo denominado e caracterizado como o período de efervescência e agitação social, e também

pela própria característica dos movimentos dos trabalhadores, reivindicativos e revolucionários. Esses movimentos dos trabalhadores tinham neste período segundo o autor, ideais socialistas, mas também abrangiam alguns ideais positivistas e evolucionistas. Contudo, constatou-se que

Os aspectos mais marcantes do período são dados pelos anarquistas, que constituíram o grupo mais ativo e aguerrido, conduzindo o movimento operário com obstinação e bravura, justamente numa época em que a violência policial foi das mais fortes. (RODRIGUES, 1968, p.10)

Desta forma, vale mencionar, que a constituição dos primeiros núcleos industriais no Brasil surgem em meados do século XIX e estão ligados às atividades manufatureiras. No entanto, foi só após a Primeira Guerra Mundial que se estabelece um avanço no processo de industrialização. É nesse contexto de surgimentos dos primeiros núcleos industriais que também surgiram às primeiras influências do movimento operário, devido à imigração da mão-de-obra européia, para trabalhar como assalariados no Brasil. Neste período, a influência maior são das correntes anarcossindicais, bem como as socialistas e posteriormente a comunista.

Foi por meio do surto industrial, no início do século XX, que se deu a expansão da classe operária, especialmente nos ramos têxtil, metalúrgico, alimentício etc. É bom enfatizar, entretanto, que, dada a particularidade da subordinação e dependência estrutural do capitalismo brasileiro aos países centrais hegemônicos, o padrão de acumulação de base taylorista e fordista teve desde sua origem um caráter periférico, subordinado e hipertardio em relação àquela que se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, sustentando-se sempre na vigência de um enorme processo de superexploração do trabalho, que combinava, de modo intensificado, a extração absoluta e relativa da mais-valia, oferecendo forte incentivo para a acumulação industrial nascente. (ANTUNES, 2011, p.82)

Contudo, o papel do imigrante no período de efervescência do movimento sindical brasileiro durante as duas primeiras décadas do século XX foi importantíssimo para o consubstanciamento do movimento sindical no país, pois de acordo com Rodrigues (1968), estes indivíduos vinham imbuídos de ideias e de técnicas desenvolvidas simultaneamente na época fértil do industrialismo Europeu. Isto é,

Vinham possuídos de um grande espírito de proselitismo e agitavam não só, os meios operários mas, direta e indiretamente, os meios intelectuais de classe média, sobretudo jornalistas, estudantes, alguns setores do funcionalismo e mesmo dos meios militares. (RODRIGUES, 1968, p.32)

Neste sentido, veremos que as pautas reivindicatórias e as lutas desses trabalhadores situavam-se em várias frentes: pela modificação do regime da propriedade; o dia de 8 horas de

trabalho; o repouso semanal ininterrupto de 36 horas; a proibição de trabalho dos menores de 14 anos e do trabalho noturno das mulheres; o estabelecimento do salário mínimo, baseado no custo atual dos viveres, devendo os pagamentos serem efetuados semanalmente; equiparação dos salários das mulheres e dos homens; regulamentação do trabalho; assistência ao trabalhador doente ou acidentado; liberdade de ação, igualdade de direitos e liberdades religiosas; revisão da constituição e dos códigos, reorganização dos tribunais e justiça gratuita; reconsideração da situação social da mulher; completo respeito por parte dos poderes públicos às associações operárias e plena liberdade de pensamento; dentre tantos outros.

O sindicato, para a classe operária em formação e que buscava uma forma de participação e atuação efetiva na vida social, assumia um papel de especial relevância. Era, em última análise, a única forma de participação significativa na vida social, de vez que, nas outras instituições vigentes, o operário deveria se contentar com uma participação ínfima e de significado irrelevante. Não havia como obter presença marcante numa sociedade cujas portas se abriam ou pelos mecanismos tradicionais de nobreza ou prestígio, ou então pelos novos mecanismos de poder e de riqueza. (RODRIGUES, 1968, p.33)

Ou seja, o poder político real no Brasil, como comenta Troyano (1978), sempre esteve configurado como uma coalizão do poder de classes dominantes internas e das forças de dominação externa, o que para a autora favoreceu o desenvolvimento desigual e combinado, operando a favor dos interesses das classes possuidoras, nacionais e estrangeiras.

Logo como se constata, foi com estas características apontadas acima que se configurou o processo de industrialização no Brasil e também da importância do movimento sindical aos trabalhadores. Neste mesmo momento de constituição da economia capitalista no país é que se estabelece, segundo Carvalhal (2000a), a consolidação das leis trabalhistas, regulamentando a atividade, a existência e a organização dos sindicatos, colocando essas entidades como mediadoras entre o trabalho, o capital e o Estado, contudo dentro dos ditames da lógica de acumulação capitalista.

No padrão típico do capitalismo periférico, a revolução burguesa em atraso faz com que os três pilares da „defesa da ordem“ - a burguesia local ou „nacional“, as grandes corporações ou multinacionais e o intervencionismo do Estado capitalista dependente tenham um poder formidável de defesa perante as massas populares, as classes trabalhadoras em formação e a vanguarda político do proletariado. (TROYANO, 1978, p.22)

Deste modo, o movimento de 1930, comenta Troyano (1978), é um marco para o movimento sindical no país, devido a sua política de defesa dos interesses do capital e seu papel no processo de industrialização no mesmo, o que mudará o eixo da economia brasileira,

de agrário-exportadora para uma economia urbana e industrial. Assim a política de Getúlio Vargas baseada no pacto social e na colaboração entre capital e o trabalho foi uma política de dominação e de busca de uma hegemonia entre as classes para impor os interesses do desenvolvimento industrial mais próxima aos interesses da burguesia industrial brasileira. Com a prática de intervencionismo social e econômico o Estado brasileiro nega

[...] assim a noção do Estado Liberal e patenteando o intervencionismo na organização das classes sociais, o Novo Estado é a „sociedade organizada como poder“ e não lhe deve ficar indiferente sob pena de falhar à sua finalidade. Impõe-se-lhe, contrariamente, discipliná-las e dirigi-las. Daí sua intervenção no campo social e econômico, regulamentando as relações de trabalho e o capital. (TROYANO, 1978, p.31)

Neste sentido, o Estado adquirindo o papel de agente principal na revolução burguesa, criará as bases, como já foi dito aqui, para o processo de acumulação de capital pelas empresas tradicionais nacionais e as de capital internacional durante o processo de industrialização no Brasil. Este mesmo Estado intervencionista ainda irá atrair e atrelar o canal de representação dos trabalhadores para si, o que de acordo com Thomaz Júnior (2002a), significou um atrelamento do sindicato ao Estado, fazendo com que o elemento de representatividade dos trabalhadores passe a defender os interesses mais a favor dos segmentos sociais dominantes do que dos próprios trabalhadores. Ou seja,

Ao enraizar sua imagem no espaço do mercado, o Estado forja a dissolução das práticas e valores diferenciados de classe, fixando-se no terreno das práticas e valores do dominante (o capital), tornando ideologia dominante a ideologia do dominante. Com isso, subverte as diferenciações de classe, fazendo-as aparentar diferenciações de um mero espaço (ideologizado) de práticas, qual seja, o espaço do mercado capitalista. (THOMAZ JÚNIOR, 2002a, p.228)

Logo, o Estado interventor de Vargas criou a estrutura sindical vigente no Brasil a partir de experiências promovidas por outros países¹. E como coloca Troyano (1978), essa estrutura sindical oficial transforma a entidade de representação dos operários em uma mera extensão dos órgãos assistencialistas, jurídicos, e também como uma forma de manter a classe operária dentro dos estreitos limites da ação determinada pelo próprio Estado no momento de criação oficial dos sindicatos, pela legislação de 1930. Para a autora,

Atinge-se o objetivo latente desta legislação para os sindicatos: disfarçada sobre o cunho de „proteção“ e „harmonia“ para o trabalhador, coube ao Estado a organização e o controle político da classe operária através dos órgãos sindicais. (TROYANO, 1978, p.33)

¹ Mas também, não podemos deixar de mencionar, para atender a burguesia nacional.

Desta maneira, veremos que a estrutura sindical brasileira, de acordo com a CLT (Constituição das Leis Trabalhistas) é basicamente a seguinte: a) entidades e sindicatos de grau superior; b) Federações (para formação das federações é necessário um número não inferior de cinco sindicatos desde que represente a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, as federações são constituídas por Estados ou interestaduais, conforme a legislação específica – artigo 534 da CLT); c) Confederações (artigo 535 da CLT – devem ser formada por no mínimo três Federações, também deve ser sediada na capital da república, e os nomes estabelecidos são previamente verificados), sendo que, para todas elas, estão determinadas as normas para composição de diretorias, atribuições, competência de gestão e administração, conforme os artigos 522, 523, 537 da CLT. E os trabalhadores representados por estas entidades são apenas os que tiverem carteira de trabalho assinada.

Para Antunes (2011) a legislação sindical foi

[...] marcante para o movimento operário brasileiro, pois durante o getulismo erigiu-se uma legislação trabalhista que foi essencial para a viabilização do projeto de industrialização do país. Há décadas os trabalhadores brasileiros vinham lutando pelo direito de férias, pela redução da jornada de trabalho, pelo descanso semanal remunerado, pelo direito à greve e à liberdade de organização, entre outras bandeiras que pautavam a luta operária. Vargas, entretanto, ao atender tais reivindicações, procurou apresentá-las como se fossem uma dívida aos trabalhadores, assemelhando-se a uma forma de Estado benefactor. (ANTUNES, 2011, p.82)

Diante disso, com a criação da estrutura sindical os trabalhadores perderam a sua autonomia de organização e foram impossibilitados ao livre desenvolvimento da ação política; além disso, os sindicatos oficiais se tornaram verdadeiros órgãos ou instrumentos de poder público, pois o seu reconhecimento está sujeito à aprovação do Ministério do Trabalho. Com esta medida o Estado brasileiro cria uma estrutura oficial de representação da classe trabalhadora que é enquadrada nos liames e nos interesses do Estado, o que para Thomaz Júnior (2002a) está caracterizado no atrelamento e tutela do Estado aos canais de representação da classe trabalhadora, e os sindicatos que tentam subverter ao lograr uma forma de representação autônoma não oficial são, portanto, reprimidos e combatidos com ferocidade pelo Estado, a fim de facilitar e diminuir os atritos entre o capital e o trabalho.

Neste contexto, descreve Carvalhal (2000a), a estrutura sindical brasileira forjada na ditadura varguista tem como característica principal a investidura do Estado sobre a organização dos trabalhadores e conseqüentemente sobre a ação sindical, o que impossibilitou em diversos momentos históricos a atuação dos sindicatos como verdadeiros atores sociais e

políticos que representassem verdadeiramente a classe trabalhadora. O que veremos, segundo Troyano (1978), que

[...] o Sindicato passa a estar mais voltado para o controle da classe operária do que para os seus anseios e reivindicações. Amparado na legislação social, cujo caráter de „doação“ perdura até hoje, organiza-se segundo o modelo fascista-cooperativista, constituindo-se no instrumento ideal para o controle do operariado. (TROYANO, 1978, p.40)

Assim a posição do movimento sindical brasileiro frente às políticas econômicas e sociais durante a ditadura varguista é apresentada por Troyano (1978) como dividida em dois grandes grupos ou correntes. A primeira, denominada corrente amarela, identificada direta ou indiretamente com o Ministério do Trabalho, sendo conservadora, ordeira, e solidária com a concepção de desenvolvimento hegemônico vigente nos anos 30; a segunda corrente é a corrente conservadora que procura inicialmente manter-se independente ao enquadramento sindical, esta corrente é a responsável pelas greves deste período.

No início da década de 1940 devido às dificuldades que os sindicatos tinham de se manter e o declínio de sua representatividade, Vargas cria o Imposto Sindical em 1941, este imposto atualmente é denominado Contribuição Sindical, e corresponde ao desconto de um dia de trabalho durante o mês de maio de todos os trabalhadores brasileiros. Da quantia arrecadada, cinquenta por cento destina-se ao Sindicato; quinze por cento à Federação da categoria; cinco por cento a Confederação da categoria profissional; vinte por cento ao Ministério do Trabalho; e três por cento a Caixa Econômica Federal como comissão de entidade arrecadadora².

Para Troyano (1978) o advento deste imposto sindical é o alicerce fundamental para a manutenção dos serviços assistenciais, o que incentivou a associação dos trabalhadores buscando a prestação de serviços, independente da eficácia do sindicato na tentativa de representar os anseios da classe trabalhadora além dos limites dado pelo Estado na atuação da direção sindical.

Pode-se considerar, além disso, que o Imposto Sindical é também um dispositivo de controle sobre os órgãos de classe e de manutenção de sua dependência ao poder central, pois mantém a operacionalidade do Sindicato, independentemente de sua presença junto à base, regulando-o nos períodos de crise e de representação. (TROYANO, 1978, p.65)

² Vale mencionar, segundo dados disponíveis no site da Folha Online, que durante o último ano do segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi acrescentado uma medida provisória (A Lei 11.648/2008, trouxe nova redação à CLT incluindo como beneficiária da arrecadação sindical as CENTRAIS SINDICAIS) tal lei, legaliza as Centrais Sindicais no Brasil, dando a elas o direito, além de uma porcentagem do imposto sindical, o de representatividade dos trabalhadores, como: o direito de decretar greves, estabelecer Convenção ou Acordos Coletivos.

Os demais períodos posteriores à década de 1930 na história do sindicalismo brasileiro são caracterizados entre outros aspectos, coloca Troyano (1978), pela tentativa de ruptura do modelo erigido nos anos 30, destacando-se nos anos de 1946/47 e o espaço entre 1956/1964, tendo grande alcance do PCB (Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922 sob a influência da Revolução Russa) que possuía grande força nos sindicatos mais combativos destes períodos, porém estas tentativas foram fracassadas devido à atuação feroz do regime varguista. Para a autora, a segunda metade da década de 40 muda um pouco o cenário repressivo praticado pelo Estado, que embora a Constituição de 1946 tenha legitimado os dispositivos presentes na CLT, referente à autonomia sindical, veremos que durante este período o país passou por uma ordem política mais aberta o que possibilitou significativas conquistas para os trabalhadores e o aumento reivindicativo da classe operária.

Com o golpe de Estado em 1964, há um declínio do intenso crescimento das forças sociais na participação política do país, podendo ser caracterizada como uma verdadeira derrota para o movimento operário, como por exemplo, comenta Antunes (2011), o caso das Ligas Camponesas entre outras forças sociais oriundas do trabalho. Assim veremos que “A repressão ao movimento operário organizado, aos sindicatos, aos movimentos sociais rurais e às esquerdas abria caminho para inserção ainda maior do Brasil no processo de internacionalização do capital.” (ANTUNES, 2011, p.84).

O Estado militar, deste modo, se desenvolverá, segundo Antunes (2011), numa variante de Estado autocrático-burguês, extremamente repressivo ao movimento operário, que na ação econômica possuía um projeto capitalista de acumulação industrial bifronte: numa ponta foi estruturada a produção de bens de consumo durável, como, automóveis, eletrodomésticos etc., para um mercado interno restrito e seletivo composto pela classe dominante e parcelas da classe média; na outra ponta desenvolveu-se um pólo voltado para a exportação, não só apenas de produtos primários, mas também de produtos industrializados.

Nesta perspectiva, constata Ferreira (1995), que o período militar foi caracterizado por uma violenta repressão ao movimento proletário, havendo assassinato dos seus principais líderes, principalmente após a declaração do governo no ano de 1968 do AI-5 (Ato Institucional Número Cinco), que marcava uma ação do governo ainda mais repressiva, em resposta às greves que ocorreram nas cidades de Contagem (Minas Gerais) e Osasco (São Paulo) realizadas pelo movimento sindical no ano de 1968.

No entanto, o ressurgimento do movimento sindical se dá com as greves de 1968, porém os trabalhadores não conseguem superar os grilhões do Estado, o que, somente com o

ciclo de greves deflagradas na segunda metade da década de 1970 levará a eclosão de um movimento sindical de grande envergadura.

Tratava-se, então, do ressurgimento do movimento operário e sindical do Brasil, estruturado em bases relativamente distintas daquelas vigentes no período pré-1964. Se na fase anterior havia a prevalência dos trabalhadores das empresas estatais, nos anos 1970-1980 o principal núcleo das lutas operárias estava mais próximo do operariado metalúrgico, com destaque para o cinturão industrial do ABC paulista, um dos mais expressivos do mundo – uma espécie de Detroit brasileira –, onde originou-se a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva. (ANTUNES, 2011, p.85)

Assim, constataremos como são majestosos os ciclos de greves que se desencadeiam no final da década de 1970. E como destaca Antunes (2011) estas greves criarão as condições para que se chegasse a uma fase espetacular das lutas sociais no Brasil no decorrer dos anos de 1980. Coloca ainda o autor, que, por exemplo, a generalização das greves desencadeadas pelos mais diversos segmentos de trabalhadores, iniciando com os metalúrgicos e abarcando outras categorias como: químicos, construtores civis, funcionários públicos etc., e inclusive greves gerais por categoria (como a dos bancários em 1995). Logo o “[...] (novo) sindicalismo foi menos político em sua conformação e definição e mais fortemente autônomo em suas ações.” (ANTUNES, 2011, p.83).

A partir dos anos 1980, constataremos segundo Thomaz Júnior (2002a), que devido a grande participação de movimentos sociais na cena política brasileira, criaram-se um ar de aspirações socialistas, durante a participação da população e entidades civis organizadas na construção da nova Constituição de 1988, nas eleições diretas de 1989, entre outros eventos que teve a participação da população. Contudo, coloca este mesmo autor que

[...] foi mantido pela Constituição de 1988 o elemento cimentador da estrutura oficial corporativista do sindicalismo assistencialista, que seja, o imposto sindical, bem como o assistencial. Enquanto que para o primeiro o desconto é compulsório e fixado à base de um dia de trabalho, recolhido de uma só vez no mês de março de cada ano (artigo 580 da CLT e também prescrito no artigo 8º, inciso IV da Constituição), o segundo se dá à base de um percentual fixado em assembleia no mês da data-base, ou da assinatura de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sendo ambos divididos apenas pelos empregados e não repassados pelos sindicatos à demais entidades de grau superior, admitindo-se, no entanto, a recusa do desconto por parte do contribuinte. (THOMAZ JÚNIOR, 2002a, p.238)

A continuidade, mantida pela Constituição de 88, da estrutura vertical, ou do verticalismo do modelo jurídico, salientado por Thomaz Júnior (2002a) pauta-se na tríade sindicato, Federação, Confederação que representa os limites da dita “liberdade sindical”. Acrescenta o autor, que essa dita liberdade está restrita a “unicidade sindical (artigo 8º, inciso II) e à estrutura vertical Confederativa (oficial) que, por sua vez, dão conformação e sentido

ao monopólio da representação e da “autonomia” dos sindicatos.” (THOMAZ JÚNIOR, 2002a, p.237).

Assim,

Nessas condições, o Estado cria o sindicato, estrutura por categorias de trabalhadores (definidas pelo e no processo de produção, tendo por base, portanto, a divisão técnica do trabalho como definidora do enquadramento sindical), que, nos limites da ordenação territorial do Estado, tem que ser único, tanto em relação à base territorial, quanto em relação à categoria (unicidade sindical). (THOMAZ JÚNIOR, 2002a, p.240)

Foi nesse mesmo ciclo de greves, que se desencadeia o surgimento do novo sindicalismo, e a reaproximação entre os sindicatos e os trabalhadores. É deste período também a origem das Centrais Sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983 e tendo suas aspirações, e sua gênese, em um sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado oriunda do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). Em 1986 surge também da Conclat, a Central Sindical Geral dos Trabalhadores (CGT), que tem como objetivos a defesa da estrutura oficial vertical dos sindicatos, as contribuições sindicais e o repúdio expresso às bandeiras empunhadas pela CUT. Em 1991 surge também a Força Sindical (FS) tendo esta, como propósito explícito o intuito de frear a expansão da CUT no sindicalismo brasileiro, suprimindo uma lacuna importante do sindicalismo pelego, atrelada ideologicamente ao capital, no decorrer dos anos 90.

Contudo, apresenta Thomaz Júnior (2002a) que as bandeiras defendidas pela CUT, de um sindicalismo independente do Estado, autônomo, que luta pelo fim do imposto sindical, por uma verdadeira representatividade sindical vinda da classe trabalhadora, entre outras, foram se perdendo no decorrer dos anos 90. E hoje esta central sindical está cada vez mais próxima das centrais sindicais que nasceram repudiando as suas bandeiras, defendidas e elaboradas no início do novo sindicalismo no país. Desta forma as aspirações de um sindicalismo fora do oficial foram com o tempo se perdendo.

Diante disso, veremos que os efeitos da complexa simbiose, “entre o neoliberalismo e reestruturação produtiva trouxe consequências muito profundas para o universo da classe trabalhadora, o movimento sindical e a esquerda brasileira.” (ANTUNES, 2011, p.86). E com isso, as próprias centrais sindicais sofreram com estes efeitos.

O sindicalismo brasileiro, portanto, coloca Lara (2010) vem trilhando pelo caminho da institucionalização, com valores estabelecidos pela sociabilidade do capital, desde o período varguista, predominando o sindicalismo corporativista.

Para Cardoso (2003) a estrutura sindical, mesmo com toda a efervescência do movimento durante a década de 1980, tornou-se um dos principais elementos de seu enfraquecimento na década de 1990, sobretudo no aspecto financeiro. Os motivos são muitos, como a própria manutenção da estrutura sindical elaborada para dar as bases de sustentação da acumulação capitalista no período taylorista/fordista, que mesmo, após o surgimento do novo sindicalismo, não rompeu com o atrelamento ao Estado. Este não rompimento do atrelamento ao Estado, por parte do canal de representação da classe trabalhadora, é um dos elementos que influencia a cooptação das lideranças sindicais, onde, muitas vezes, estas passam a representar mais os interesses do Estado e do capital do que o dos próprios trabalhadores. Outro motivo seria a onda neoliberal que atinge o país durante a década de 1990, trazendo consigo a desregulamentação produtiva, flexibilização do mercado e da força de trabalho, entre outras características. Neste sentido,

As lutas da classe trabalhadora assalariada ao longo do século 20 tiveram como principal instância representativa os sindicatos, mas com a mundialização do capital, a reestruturação produtiva e as ofensivas neoliberais, às práticas políticas de defesa dos direitos dos trabalhadores sofreram impactos negativos e o sindicalismo sofreu retrocessos. (LARA, 2010, p.85)

Neste sentido, como pontua Alves (2002), veremos que o início da onda neoliberal no Brasil se deu com a vitória eleitoral das elites liberal-conservadoras com Fernando Collor de Mello (Collor), do então Partido da Reconstrução Nacional em 1989, sobre a figura de um concorrente vindo do novo sindicalismo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e que representava aspirações de uma democracia popular e de participação do povo. Porém, a vitória de Collor criou as condições políticas necessárias para uma sequência de reformas do capitalismo brasileiro com a finalidade de facilitar o acesso do país a exuberância dos capitais financeiros internacionais. O acesso a mundialização do capital poderia contribuir para a formação de um novo padrão de financiamento e de investimentos do capital brasileiro promovendo um novo impulso à acumulação do capital no Brasil, de acordo com a perspectiva neoliberal.

Além disso, o governo Collor deu início a um programa de reforma do Estado, cujo „núcleo duro“ consistiu no programa de privatização, sob a gestão do BNDES – o Programa Nacional de Desestatização. A incapacidade hegemônica de Fernando Collor em estabilizar a economia e conduzir as

reformas liberais significou a perda de seu apoio em importantes frações da burguesia brasileira. (ALVES, 2002, p.74)

A incapacidade de Collor juntamente com as crescentes denúncias de corrupção de seu governo, como revela Alves (2002), vai desembocar num processo de impeachment do mesmo, após dois anos deste na presidência do país. O espaço político dominante deixado por Collor foi ocupado por uma composição neoliberal articulada em torno do governo de Itamar Franco. E foi durante o governo de Franco que se estabeleceram as condições macroeconômicas para o lançamento do Plano Real que saiu vitorioso em reduzir drasticamente a inflação no país (o que os planos anteriores não conseguiram). Já nas eleições de 1994 saiu-se vitorioso o candidato governista da aliança entre os partidos da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL) Fernando Henrique Cardoso (FHC) sobre o candidato Lula da oposição.

O Governo de FHC constituiu-se como aponta Alves (2002), enquanto coalizão liberal-conservadora bastante ampla, com uma nova hegemonia burguesa com o desígnio de articular as elites políticas nacionais em um programa econômico proposto para a estatização monetária, reforma do Estado capitalista no país, entre outras. Sendo assim a “[...] política neoliberal do governo Cardoso contribuiu para criar as condições macroeconômicas propícias, mas bastante vulneráveis, de um novo (e instável) ciclo de acumulação no Brasil.” (ALVES, 2002, p.74).

Neste sentido a década neoliberal aparece, portanto, como uma década mais que perdida. “É a década da inserção subalterna do Brasil na mundialização do capital por meio de políticas neoliberais que acentuaram a lógica destrutiva do capital no país.” (ALVES, 2002, p.71).

De Collor a FHC propagandeou-se uma cultura anti-sindical, como aponta Alves (s/d), que tinha como objetivo quebrar qualquer resistência a seu projeto de modernização.

Explicitaram os limites do sindicalismo brasileiro, pois o neoliberalismo não era apenas uma *política* ou *ideologia*, mas uma *cultura* regressiva, que instigava o individualismo e os valores do mercado e da empresa em detrimento dos valores coletivistas e das associações autônomas. O neoliberalismo era uma forma de sócio-metabolismo do capital disseminado pela teia midiática. (ALVES, s/d, p.06)

O que caracterizou ainda

A implantação da „cultura do medo“, esteio do neoliberalismo selvagem, atingiu a prática sindical, com os sindicatos perdendo bases de mobilização

coletiva, com o crescimento avassalador do desemprego aberto que atingiu as principais categorias do setor privado ou do setor público. Se a *Reforma Administrativa* da década de 1990 atingiu o funcionalismo público, a *Reestruturação Produtiva* atingiu os setores assalariados das empresas privadas mais organizadas e de maior capacidade de resistência sindical. (ALVES, s/d, p.06)

Nesta perspectiva acrescenta ainda Alves (s/d) que, o desemprego em massa e a terceirização tiveram uma função política que buscavam minar as bases do sindicalismo de luta de classe, e por outra via, contribuía para sedimentar no espírito sindical a ideologia da concertação social. Ou seja, da parceria com o capital e de um neocorporativismo que tinha a principal central sindical, combativa, o seu foco.

Havia na base da metamorfose do sindicalismo brasileiro na década de 1990 um instinto de sobrevivência, certo *pragmatismo sindical* diante da erosão das bases sindicais e da falta de perspectivas de luta social. Diante da crise social, aprofundada pelos governos liberais, os sindicatos saíram da frente de contestação social às misérias do capitalismo brasileiro (assumida na década passada pelo MST) e se inseriram noutra dinâmica social, a da luta sindical-corporativa, das *greves* por empresas (em detrimento das greves gerais, que deixaram de ocorrer) e das negociações coletivas fragmentadas. (ALVES, s/d, p.7)

Neste cenário

[...] observávamos uma renúncia político-ideológica que constitui um elemento da ofensiva do capital na produção. A renúncia à teleologia política, isto é, à colocação de finalidades políticas na luta de classe pelo sindicalismo é uma determinação importante da crise do sindicalismo no Brasil. A sedimentação de uma nova burocracia sindical com a ideologia da concertação social, principalmente nos setores privados, iria acirrar os embates políticos no interior da CUT que veio a caracterizar toda a década de 1990. Nesse período, os setores hegemônicos das Centrais Sindicais buscaram negociar com o capital a reestruturação produtiva e as perdas dos direitos. (ALVES, s/d, p.7)

Portanto durante a década de 1990 o sindicalismo brasileiro encontra-se em um cenário inóspito, com o avanço do trabalho precário e a ofensiva ideológica do neoliberalismo. Ou seja, nos anos 90, presenciamos a lógica da desregulamentação, da internacionalização e do livre mercado que foram praticadas com excelência, iniciando-se no curto governo de Collor e tendo seu principal maestro, o governo FHC. Neste período veremos que os sindicatos combativos mudaram sua atuação, de reivindicações/conquistas trabalhistas e sociais durante os anos 1980, para um sindicalismo mais defensivo que lutava para manter suas conquistas de anos anteriores.

Contudo, nesse período neoliberal no Brasil vale destacar que os sindicatos não enfrentaram essa ofensiva de maneira totalmente defensiva, como mesmo coloca Antunes (2011), afinal houve sim alguns movimentos e resistências. Já que este período é marcado por

[...] muitas lutas sociais, iniciadas com a histórica greve dos petroleiros de 1995, que procurava impedir o desmonte da Petrobras, bem como a destruição dos direitos sociais da categoria. Esta paralisação geral foi reprimida de maneira violenta pelo governo FHC, por meio do Exército, da polícia, do Judiciário, da mídia etc., todos fortemente articulados para derrotar os petroleiros. (ANTUNES, 2011, p.87)

Por outro lado, vale esclarecer que a ideologia neoliberal, como afirma Boito Júnior (1999), é uma apologia abstrata de mercado que se aplica, de modo geral, sempre e quando tal atuação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista. Nesse sentido, sobre a política social neoliberal neste período, veremos como se aprofundou “[...] as más condições da saúde, educação e moradia, porque reduziu os gastos do Estado, que já eram pequenos, em todas essas áreas e também porque se orienta por uma concepção antipopular de política social.” (BOITO JÚNIOR, 1999, p.77).

Ainda nessa perspectiva neoliberal, veremos como se tornou necessária uma maior facilidade de contratação de trabalhadores, diminuindo os encargos contratuais ao empregador, assim o contrato de trabalho, segundo Boito Júnior (1999), é flexibilizado, isto é, aumentam as formas de contratação por tempo determinado, parcial, em que direitos sociais definidos na CLT estão ausentes, como as indenizações por demissão, isto amplia o escopo das contratações para os empregadores, num claro sentido de fragilidade das condições de trabalho, precarizando, de forma legal as relações de trabalho.

Logo, nesses últimos 40 anos, o Brasil como descreve Lara (2010), vem sendo sinônimos de privatizações, precarização das relações de trabalho, informalidade, destruição dos direitos sociais, recuo da responsabilidade estatal, refilantropização das políticas sociais, dentro dos receituários colocados pelo neoliberalismo, acentuado às contradições universais da acumulação capitalista. Já os canais de representação dos operários sofrem com a fragmentação imposta pela estrutura sindical oficial (categorias), o que para Lara (2010), apenas reforça as identidades corporativas em prejuízo da consciência de classe coletiva.

O sindicalismo, portanto, se encontra em séria crise, tornando-se incapaz de representar a classe trabalhadora, devido às próprias contradições inerentes à estrutura sindical, catalisadas pela ideologia presente no sindicalismo, mesmo os mais combativos,

acentuadas com o atual momento de acumulação do capital em que se estabelece o sistema capitalista de produção nos dias atuais.

Desta forma

O momento é de retomada, ou melhor, é de uma ação com princípios e potenciais críticos-libertadores. O saber aliado à ação radical torna-se o caminho para a edificação de uma nova forma histórica, pautada na emancipação do homem, bem distantes das edificações atuais apresentadas por milhões de vidas atormentadas pela submissão do trabalho ao capital e, por conseguinte, de todos os seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais. (LARA, 2010, p.103)

Ou seja, constata-se que existe uma crise sindical no Brasil, o que é um debate fundamental e que em estudos posteriores deveremos nos debruçar, afinal este está diretamente relacionado com a territorialização sindical. Do mesmo modo, não podemos deixar de buscar compreender as possíveis ações que surgem contra este momento, visando, pois, como diria Antunes (2011) um sindicalismo capaz de representar de fato a classe que vive do trabalho.

1.1 De um sindicalismo classista combativo ao sindicalismo de conciliação de classes

Antes de discutirmos sobre as mudanças de postura e atuação dos sindicatos e das centrais sindicais nos anos de 1990 é necessário compreendermos melhor alguns elementos presentes na atuação sindical e também na própria conjuntura econômica e política do país. Pois será a partir desses elementos que os sindicalistas irão elaborar suas visões de mundo, como também do próprio projeto político-ideológico que cada sindicato possui e que influencia a atuação dos sindicatos nessa trajetória de lutas, derrotas, mas também de grandes vitórias no decorrer dos anos 80.

1.1.1 Discurso, ideologias e visões de mundos elaborados pelas entidades de classe

Nesta parte da pesquisa escolhemos a CUT para compreender as mudanças em seu discurso, como também na sua prática política que tinha como base um combate global às políticas econômicas de Estado, aos segmentos sociais dominantes na sociedade brasileira, a estrutura sindical corporativista até o final da década de 1980. Após esse período, a CUT muda seu discurso para um mais próximo do patronato, de reconciliação de classe, de

negociação “pelo alto”, da ação sindical fragmentada, entre outros elementos marcantes na luta sindical durante, principalmente, a década de 90. O motivo de trabalhar apenas com a CUT é devido a sua própria gênese, já que esta central é fruto das inspirações do novo sindicalismo que emerge no Brasil no final dos anos 70, influenciando os sindicalistas e as atuações sindicais durante as décadas posteriores a sua criação.

Antes de pontuar alguns elementos marcantes na ação sindical da CUT durante sua fase combativa-classista, anterior a década de 90 pretendemos, conceitualizar o que entendemos por discurso. Partimos do princípio marxista-historicista de que a prática política de acordo com Cruz (2000) dos sujeitos coletivos é condicionada dialeticamente pela relação entre a estrutura econômico-social e a superestrutura política-ideológica que se configura em cada momento histórico. Para o autor a superestrutura ideológica não é uniformemente estruturada, é sim marcada por diversas posições que se atravessam contraditoriamente, elaborando diversas visões sociais de mundo. Juntamente a este princípio

[...] a elaboração teórica de Mikhail Bakhtin, para quem essas diferentes visões-sociais-de-mundo se expressam concretamente enquanto discurso dos sujeitos sociais, definido como ponto-de-encontro dialético entre uma leitura dada da realidade (reflexão) e a orientação prática social (refração) desta leitura realizada. (CRUZ, 2000, p.15)

Desta forma, os discursos produzidos pelo movimento sindical levam em conta todas essas relações entre estrutura econômico-social e a superestrutura política-ideológica na sua elaboração de visão conjuntural social do mundo. Elaborando e reconhecendo seus inimigos e estabelecendo práticas políticas de luta frente ao avanço dos interesses dominantes em torno da relação capital-trabalho.

Foi durante a década de 1980 como pontua Cruz (2000) que surge uma categoria teórica dentro da sociologia que se tornou fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais, o que foi denominado por Marx e os marxistas de a totalidade do social.

Somente neste contexto que integra os diferentes factos da vida da vida social (enquanto elemento do devir histórico) numa totalidade se torna possível o conhecimento da realidade. Este conhecimento parte das determinações simples, puras, imediatas e naturais (do mundo capitalista) que acabamos de caracterizar, para avançar a partir delas para o conhecimento da vida concreta enquanto reprodução em pensamento da realidade. Esta totalidade concreta não é, de maneira nenhuma, dada imediatamente ao pensamento. „O concreto é concreto, diz Marx, porque é a síntese de diversas determinações, portanto, unidade do múltiplo“. [...] Porque „no pensamento, ele (o concreto), aparece como um processo de síntese, como um resultado, e nunca como ponto de partida, se bem que seja

o ponto de partida real e também, por conseguinte, o ponto de partida da intuição e da representação". (LUKÁCS Apud CRUZ, 2000, p. 19)

Assim só uma interpretação que tenha como base a totalidade social histórica em que estamos inseridos será possível de nos localizar diante dos fenômenos que se apresentam em determinada conjuntura histórica em que estamos submetidos.

Deste modo, a ação e a interpretação dos dirigentes sindicais, nesse caso mais especificadamente, da CUT, será mais ou menos reveladora da real conjuntura que passa os trabalhadores frente aos avanços do capital e da ideologia do dominante, sendo determinada a partir de uma análise ampla e totalizadora que integre todos os elementos e variáveis que afetam os sujeitos que vivem do trabalho para a elaboração de planos de atuação políticas e sindicais frente ao avanço ideológico da classe dominante e do capital.

Neste sentido, coloca Cruz (2000), que a ideologia é, antes de tudo, um conjunto material semiótico dotado de signos e valores indefectivelmente orientados e que orientam visões de mundo, e a ideologia é ainda um processo em movimento.

Uma vez que a estrutura material da sociedade condiciona as formas de disputas ideológicas, a ideologia dominante (hegemônica) é dominante porque consegue impor de forma mais eficaz seus valores de significação, o que pode ser feito tanto em virtude de seu predomínio sobre as formas materiais da reprodução ideológica (meios de produção e „aparelhos ideológicos“) como quando em virtude de que os valores por ela produzidos estarem mais eficazmente ancorados em valores sociais pré-existentes e dominantes anteriores. (CRUZ, 2000, p.30)

Sendo assim, uma teoria do discurso orientada nas elaborações bakhtinianas, como revela Cruz (2000), dentro dos princípios do marxismo-historicismo está compreendida com o ato de enunciação historicamente condicionada pela dupla dialética da significação, ou seja, toda enunciação possui uma referencia histórico-social concreta, sendo que esta representação semiótica busca sintetizar a realidade material a partir de signos pré-construídos socialmente.

[...] a dialética dos processos sociais, que está alicerçada na estrutura material da sociedade, é objetiva e exterior aos indivíduos. Toda forma de descrevê-la deriva de uma representação semiótica (que pode ser enunciativa). Toda a mudança nessa estrutura material ordena transformações no significado dos artefatos semióticos (nas palavras e nas enunciações, por exemplo). (CRUZ, 2000, p.34)

Acrescenta ainda que

[...] toda a transformação da significação social dos signos altera profundamente o comportamento dos indivíduos enquanto sujeitos sociais,

posto que suas ações se estruturam a partir da leitura (representação) que fazem da realidade. (CRUZ, 2000, p.34)

Deste modo, o discurso do novo sindicalismo é fruto da leitura que tal sujeito coletivo realiza sobre a realidade. Sendo que essa leitura da realidade como visto acima, se faz dialeticamente. As ações que resultam da leitura realizada pelo novo sindicalismo transformam a realidade em que se insere, originando uma nova situação a ser lida e sobre a qual se realizará uma nova ação em uma sequência constante de releituras e novas ações fruto das interpretações realizadas através da leitura da sociedade em distintos momentos históricos.

1.1.2 Do sindicalismo combativo ao sindicalismo de negociação

Para Cruz (2000) o novo sindicalismo tem a fundamentação do seu discurso fundador, na medida em que constitui um conjunto de práticas sociais que dialoga com as práticas anteriores construindo assim a crítica, e a partir disso propondo superar as limitações dos que vieram antes. O autor também revela que a construção teórica do discurso numa interpretação bakhtiniana possui uma dupla face. De um lado é reflexo das condições materiais/concretas onde se desenvolve a luta política e a ação social, e por outro lado, na tentativa de fixar significados, ele também refrata estas condições, orientando as ações dos sujeitos que transformam a realidade.

Deste modo, o discurso do novo sindicalismo nasce de uma releitura dos obstáculos presentes no movimento sindical tanto no período militar como anterior ao golpe de 1964. Com o intuito de alavancar as lutas dos trabalhadores frente às mazelas que atingiram a classe trabalhadora brasileira durante o final da década de 70 e início da década de 1980.

O novo sindicalismo nasce nas práticas políticas discursivas, como pontua Cruz (2000), dos chamados novos movimentos sociais que possuem sua gênese no cenário político brasileiro durante a década de 70. Assim

Eram setores sociais e políticos que procuravam explicar o processo histórico vivenciado de um ponto de vista „comprometidos com as classes populares” (propositalmente, com toda a imprecisão que carrega essa expressão), mas que, necessariamente, deviam explicitar suas diferenças em relação ao discurso anterior, em relação ao discurso das correntes políticas que reivindicavam para si, na década de 60, a representatividade política dessas classes populares. (CRUZ, 2000, p.42)

Sendo assim, revela Cruz (2000) que, o novo sindicalismo trazia consigo a necessidade fundamental de propor “o que dizer” e “como” construir uma eficácia dentro de um discurso que se torna capaz de criar uma nova hegemonia no campo das classes populares. Esse novo discurso deu-se em relação à questão da estrutura sindical (relação entre as entidades e bases), e com a politização do movimento dos trabalhadores frente às processualidades que se apresentava ao conjunto da classe trabalhadora durante a crise de acumulação do capital dos anos de 1970 e os seus reflexos para a classe trabalhadora no Brasil.

Assim, em 1973, o milagre brasileiro foi abortado pela crise do sistema capitalista, levando também ao aprofundamento das contradições ideológicas do Regime. No ano seguinte ao da “crise do petróleo” – 1974, um conjunto de acontecimentos marcaria o início do fim do Regime Militar brasileiro. No plano econômico, as taxas internacionais de juros, que regulavam com base em suas flutuações os contratos de empréstimos exteriores, elevou-se de 4 para 7%, praticamente duplicando o montante de juros a serem pagos, e os preços começaram a disparar acompanhando a elevação mundial. (CRUZ, 2000, p.47)

Outro elemento importantíssimo da conjuntura histórica brasileira durante o surgimento do novo sindicalismo era como se configurava as formas de relações de trabalho, aponta Cardoso (2003), estavam no nível micro profundamente adversas aos trabalhadores devido ao autoritarismo de trabalho, o uso predatório da força de trabalho, altas taxas de rotatividade, baixos salários que caracterizavam as relações de trabalho durante o surgimento do novo sindicalismo. Estes elementos foram utilizados como demandas e bandeiras de lutas pelo sindicalismo nascente, transformando em elementos de luta pela dignidade e justiça social. “Elementos centrais da vontade de agir que historicamente, alimentaram a ação coletiva sindical” (THOMPSON, 1987; TILLY, 1998 apud CARDOSO, 2003, p.35).

Neste mesmo sentido, também houveram outros elementos importantes que influenciaram a constituição do novo sindicalismo no Brasil como: arrocho salarial; denúncia da fraude salarial que ocorrera em 1973 lesando em 31,4% os salários dos trabalhadores; imobilidade das lideranças sindicais frente às lutas dos trabalhadores; entre outros. Estes elementos contribuíram para uma onda de greves que teve início no ABC paulista, configurando como o levante do novo sindicalismo com as suas bandeiras de luta.

De acordo com Matos (2009), o governo militar já não encontrava fórmulas de controlar a crise econômica e também a ascensão das lutas sociais. Assim iniciava-se um processo de transição para um regime democrático e uma abertura política. Contudo, os

militares tinham a “[...] intenção de controlar o processo pelo alto ficava evidente na forma das medidas „liberalizantes“, como o fim do AI-5, em 1978, a anistia política, 1979, e a reorganização partidária.” (MATOS, 2009, p.117).

Tal projeto de transição pelo alto enfrentaria, entretanto, uma vigorosa tensão contrária com o crescimento da ação organizada dos trabalhadores, através dos movimentos sociais. Abalos que começaram em 1978, com as greves do ABC; desdobrando-se na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; fizeram-se sentir mais firme em 1984, na campanha pelas eleições diretas para presidente - as „Diretas Já!“ – e repercutiram na participação popular no processo da Constituinte de 1988. (MATOS, 2009, p.118)

A CUT nasceu dentro da lógica de mudança na organização sindical e na própria atuação e postura dos sindicatos, presentes no novo sindicalismo, como por exemplo: fim da estrutura sindical oficial, luta pela autonomia sindical, unidade sindical, luta pela liberdade de sindicalização, pelo registro civil de sindicatos, livre organização financeira, entre outros fatores. No ano de 1977, Lula (presidente do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo) era reconhecido no cenário nacional como uma das principais lideranças do sindicalismo que se identificava como autêntico. Para esse grupo, revela Matos (2009), um novo sindicalismo dependeria da ruptura sindical que atrelava o sindicato ao Estado, colocando empecilhos à organização consciente dos trabalhadores.

A estrutura sindical brasileira [...] é totalmente inadequada. Não se adapta a realidade, foi feita de cima para baixo [...]. É preciso acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado. A estrutura e a legislação sindical deveriam ser reformuladas como resultados das necessidades. O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista (Lula: entrevistas e discursos, 1978, p.45 apud MATOS, 2009, p.119)

Deste modo, o novo sindicalismo nasce com posicionamentos de ruptura ao que se apresentava no cenário sindical brasileiro de então, e os documentos fundadores do novo sindicalismo, como pontua Cruz (2000), são basicamente: a Carta de Gragoatá, do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais (Niterói, 1979); as resoluções do Encontro de Oposições Sindicais (São Paulo, 1980); do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Nova Iguaçu, 1980); as resoluções dos Encontros da ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (João Monlevade, 1980; São Bernardo, 1980; Vitória, 1981); os documentos aprovados nas CONCLATs – Conferencia Nacional da Classe Trabalhadora, de 1981 e de 1983; e as resoluções do I Congresso Nacional da CUT (Concut), em 1984.

Foi através desses documentos que se iniciou o processo de criação do discurso do novo sindicalismo pelos dirigentes sindicais e os delegados da oposição sindical de todo o país. Analisando as resoluções de Monlevade, revela Cruz (2000) que, neste documento encontram-se argumentos importantíssimos para a futura criação da CUT. Pois aqui a oposição sindical elabora uma avaliação conjuntural e política assentada sobre um estudo referente às relações de classe e do desenvolvimento econômico brasileiro ao longo do período militar. Para o autor estes elementos presentes na discussão ganham contornos de uma leitura sociopolítica orientada por uma visão de totalidade social. O que podemos observar logo abaixo em um trecho deste documento:

Todo um projeto de dominação se implantou meticulosamente no país a partir de 1964, em função dos interesses das empresas multinacionais, garantidas através de: arrocho salarial, barateamento da mão-de-obra extinção da estabilidade, obstrução dos instrumentos de luta de classe, repressão permanente, inclusive dentro das fábricas e na zona rural, liberalização das remessas de lucros, criação do FGTS... Não se pode aceitar um poder político como um monopólio da classe dominante. O que se quer, em última instância, é construir uma sociedade dirigida pelos trabalhadores, e voltada para as aspirações de justiça das classes populares. Entretanto, o momento atual exige que este objetivo seja buscado através de lutas programadas e de campanhas que levem o trabalhador a conquistar a sua liberdade, seus direitos e sua esfera de participação na vida política do país. (MONLEVADE Apud CRUZ, 2000, p. 61-62)

Neste sentido, apresenta Cruz (2000), que o elemento fundador presente no discurso do novo sindicalismo só estará presente de fato no I Concut.

Por movimento popular entendemos todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculada ao processo produtivo, tanto na cidade quanto no campo. São movimentos populares as associações de bairros e da periferia, os clubes de mães. As associações de favelados, os grupos de loteamento clandestino, as comunidades de base, os grupos organizados em função da luta pela terra e outras formas de luta e organização populares. É também parte integrante do movimento popular o movimento sindical que, pela sua própria natureza, possui um caráter de classe definido pelas categorias profissionais que os integram [...]. Em defesa de seus interesses a ideologia dominante, manipulada pelos partidos políticos com acesso aos instrumentos de poder, incutiu em grande parcela de nosso povo a idéia de que „política é coisa de políticos“, entendida como os membros das classes dominantes que „exercem o poder. (I CONCUR Apud CRUZ, 2000, p. 68-69)

Para romper a dominação política e hegemônica da classe dominante no Brasil, a CUT aponta como principais objetivos da central na Resolução do I Concut que

A estrutura sindical brasileira atual já tem mais de 40 anos e ainda está em vigor. Ela tem como principio básicos: o corporativismo sindical (para dividir e enfraquecer os trabalhadores, o verticalismo sindical (para manter o

controle dentro da própria organização sindical), a conciliação de classe (para harmonizar os conflitos entre patrões e empregados), a submissão ao Estado (para garantir qualquer tipo de intervenção), o assistencialismo (para desviar a ação sindical), o imposto sindical (como forma paternalista de resolver o problema da sustentação financeira), o controle financeiro por parte do Estado (para evitar que os trabalhadores decidam investir nas lutas), o controle político (para o Estado decidir sobre quem pode dirigir um sindicato). (RESOLUÇÕES DO I CONCURTO Apud CRUZ, 2000, p.88)

A síntese política elaborada pelo novo sindicalismo em torno do seu discurso fundador, como destaca Cruz (2000), está fechada na estrutura social capitalista-imperialista-latifundiária que se serve da estrutura sindical para conservar os trabalhadores desmobilizados com o intuito de auxiliar na (re)produção da estrutura social vigente, tanto no campo como na cidade. Deste modo, a estrutura sindical e social se combinam na exploração, precarização e opressão da classe trabalhadora.

Para evitar esta estrutura sindical que colabora com a intensificação e manutenção da exploração dos trabalhadores o novo sindicalismo propunha:

1) Democracia: a nova estrutura sindical deverá ser um mecanismo regido pela mais ampla democracia em todos os níveis e em todos os seus organismos e instâncias garantindo, desta forma, a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opiniões. 2) Sindicato classista e de luta: dentro da realidade de conflito de classe em que vivemos, a nova estrutura sindical defenderá a unidade da classe trabalhadora em torno de seus objetivos imediatos e históricos combatendo a política de colaboração de classes e não compactuando com planos que firam os interesses dos trabalhadores. 3) Ação sindical: o novo sindicalismo desenvolverá uma ação sindical de combate a todas as formas de exploração tanto na cidade como no campo, utilizando-se de todas as formas de luta que achar oportunas e que levem as reais conquistas econômicas, políticas e sociais dos trabalhadores. 9) Da unidade e da central sindical: o novo sindicalismo se funda no princípio da unidade, sempre pela base. Esta unidade se dará desde a organização nos locais de trabalho até a Central sindical (RESOLUÇÕES DO I CONCURTO Apud CRUZ, 2000, p. 89-90)

Como foram explicitados, nesta parte da pesquisa, a percepção de mundo elaborada pela CUT e as elaborações de planos de ações concebidos a partir da análise dos acontecimentos históricos presente no início de sua fundação (na primeira metade da década de 1980) é que irão direcionar a sua luta dentro do movimento sindical e social.

A partir do surgimento do novo sindicalismo o cenário dentro do movimento sindical brasileiro ganhará grandes transformações. As lideranças imobilistas presentes dentro do movimento sindical começam a perder espaço para grupos da oposição, e a partir de 1983

[...] voltou a crescer a incidência de greves e os anos seguintes foram marcados por um ritmo intenso e inédito dos movimentos grevistas, indicando uma fase de intensa atividade sindical. Das 118 greves registradas em 1978 às 3.943 de 1989, foram 12 anos de crescimento do número e volume das paralisações. (MATOS, 2009, p.120)

O momento descrito como o ponto ápice do novo sindicalismo revela Matos (2009) está em torno dos crescentes ciclos de greves que se disseminaram no decorrer dos anos 80. Principalmente, na participação durante a campanha pelas Diretas Já, como também na participação da Constituinte de 1988.

Contudo, a virada dos anos 80 para os 90 marcará o novo sindicalismo. Que embora fosse assinalado, no início dos anos 90, por um grande crescimento do número de entidades filiadas à CUT e um crescimento expressivo eleitoral do PT, todavia esses elementos não foram capazes de aprofundar a luta política dos trabalhadores, que se iniciou nos anos 70, para uma transformação mais profunda das estruturas sociais brasileira. Revela Cruz (2000) que, os setores retrógrados da sociedade brasileira, juntamente com os setores dominantentes, viam com “maus olhos” o crescimento político e os avanços na luta sindical da CUT e dos outros movimentos sociais. Um exemplo dessas vitórias são as conquistas trabalhistas garantidas pela Constituição de 88, como: o direito a greve; redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais; salário férias de um terço; ampliação da licença maternidade; igualdade de direitos trabalhistas para trabalhadores urbanos e rurais; liberdade de organização partidária; entre outros. Esta crescente conquista dos movimentos sociais e dos trabalhadores organizados era vista com “maus olhos” pela elite dominante brasileira que apostava suas fichas em virar o jogo nas eleições de 1989 para garantir uma transição conservadora e manter os interesses econômicos internacionais no Brasil.

A vitória de Collor de Mello, aqui no Brasil, parecia assinalar o início de uma perda de pressão na máquina política dos movimentos sociais. Por vários motivos: 1º) porque a idéia de transformação social alimentada até aquele momento pelos novos movimentos sociais, havia construído discursivamente o Estado como seu adversário político, o necessário “*outro*” para a constituição da identidade do sujeito coletivo; 2º) porque o significado eleitoral transmitia um significado ambíguo: por um lado, embora derrotado, o Novo Sindicalismo (e seus aliados) constituíra-se finalmente como sujeito político dotado de identidade e luminosidade forte no cenário político, o que apontava claramente para a possibilidade efetiva de vitória em novas disputas, mas por outro lado; adiava esta possibilidade por quatro anos. (CRUZ, 2000, p.113)

A vitória da elite conservadora no Brasil nas eleições de 89 não alterou as políticas públicas subordinadas ao consenso de Washington e ao FMI. Pelo contrário, intensificou-as

como única possibilidade de tirar o Brasil da crise de acumulação do capital, que decorria deste a década de 70, sendo um grande empecilho para manter os níveis de acumulação do capital pela burguesia e pelo capital estrangeiro. Deste modo, Collor deu início ao ajustamento das políticas econômicas e sociais brasileira para superar a crise em que se encontrava o país e o sistema do capital. Aderindo a ideologia neoliberal, que para Boito Júnior (1999), é uma política de classe burguesa desenvolvida para manter os padrões de acumulação dos países desenvolvidos e a hegemonia de classes sobre a ótica burguesa e o imperialismo.

Desse modo, a política neoliberal de redução das tarifas aduaneiras, preconizada pela ideologia neoliberal da globalização e coordenada internacionalmente pela Organização internacional do Comércio (OMC), longe de criar um modelo homogêneo global, e uma política que, dada a desigualdade econômica entre os países do norte e do sul, favorece a expansão e as vendas das empresas européias, japoneses e estadunidenses. (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 35)

Estas políticas neoliberais iniciadas por Collor buscou num primeiro momento através de um programa

[...] de demissões de funcionários públicos, privatização de empresas estatais e abertura do mercado brasileiro para as importações, procurou-se ajustar o país às receitas neoliberais para a economia dos „mercados emergentes“ (nova denominação para os países subdesenvolvidos), ditadas pelos organismos financeiros internacionais – FMI e Banco Mundial. (MATOS, 2009, p.129)

A perspectiva neoliberal traz mudanças significativas ao papel do Estado como coloca Matos (2009). O papel do Estado se configura na aceitação e aplicação dos ideários liberais, ou seja, na execução da reestruturação econômica, desregulamentação do Estado com políticas de privatizações de empresas públicas, diminuição da participação do Estado na regulação do mercado, cortes nos direitos sociais, entre outros. O autor ainda acrescenta algumas características fundamentais da reestruturação produtiva em economias capitalistas que buscam superar a crise de acumulação de capital no início da década de 90, dando destaque aos fatores que influenciam, principalmente, as relações de trabalho.

a) a nova fase da internacionalização do capital, cuja face mais visível é o capital financeiro especulativo, mas que é também marcada, no nível da produção, por uma integração em escala planetária do processo produtivo das grandes empresas transnacionais; b) o encolhimento industrial, no que se refere ao percentual da população economicamente ativa empregada no setor fabril das economias de industrialização avançadas (em face da ampliação do emprego em serviços) e à participação do setor na formação das rendas nacionais, embora em paralelo venha ocorrendo a industrialização acelerada

de outras áreas do globo; c) a introdução, com inédita rapidez e generalização, de novas tecnologias poupadoras de mão de obra; d) as mudanças nas técnicas de gerenciamento do trabalho e da produção, com incentivo à polivalência do operário, bem como o estímulo a novas formas de colaboração entre o capital e trabalho no âmbito da empresa, por meio de estratégias gerenciais de compromisso dos trabalhadores com o aumento da produtividade (qualidade total, círculos de controle de qualidade etc.); e) uma mudança na composição da força de trabalho, processo contraditório que significou, em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e, em outros, o retorno às formas mais selvagens de exploração da mão de obra infantil e mesmo do trabalho compulsório, acompanhados de um quadro geral de precarização das relações de trabalho. (MATOS, 2009, p.126-127)

O cenário neoliberal em relação às questões relacionadas ao mundo do trabalho, durante a primeira metade da década de 1990 no Brasil, se mostrava inóspita aos trabalhadores e as suas entidades de classe, como também a todo o conjunto dos movimentos sociais. A política neoliberal, como comenta Boito Júnior (1999), provocou um agravamento do movimento geral de concentração da riqueza e da propriedade no país, assim como nos seus vizinhos latino-americanos. Constatou-se, em primeiro lugar, a acentuação da transferência de renda dos trabalhadores para as empresas, em segundo, uma acentuação da transferência de renda e de propriedades das pequenas e médias para as grandes empresas de capital nacional para os grupos internacionais. “[...] uma novidade política neoliberal foi que ela inaugurou um amplo processo de transferência de renda e de propriedade do setor público para o setor privado.” (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 42).

Nesta conjuntura como se encontrava o novo sindicalismo frente ao avanço da ideologia neoliberal no país. Para Cruz (2000) explicar a alteração de postura de enfrentamento da classe trabalhadora nesse período não pode se dar apenas pela leitura dos fatores conjunturais econômicos e sociais que possa ter determinado a mudança, ou apenas acompanhar a mudança ideológica produzidas na intensidade da luta trabalhista. Para o autor é necessário acrescentar a esses elementos a percepção de como os agentes sociais, aqui no caso a CUT, formulam suas análises do momento histórico, refletindo o que acontecia e dando caminhos a sua ação, neste cenário de mutações que se apresenta aos sujeitos que vivem do trabalho. Neste cenário, acrescenta o autor que, a central produziu um discurso de “continuidade”, porém visto de uma perspectiva histórica distante de um momento a outro, revelando rupturas entre a ação e o projeto político-ideológico pregadas pela central durante a década de 80 em relação ao que se apresentou nos anos 90.

Para Matos (2009) a ruptura da atuação político-ideológica da CUT se deu ainda durante os anos de 1980, na segunda metade desta década.

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a pressão dos sindicatos foi fundamental para, apesar de toda a manobra dos conservadores reunidos no „centrão“, garantir a inclusão na Carta de novos direitos trabalhistas (como a redução da jornada, a regulamentação do trabalho em turnos, a licença maternidade, entre muitos outros). Na discussão da estrutura sindical, entretanto, a capacidade de pressão dos sindicatos foi muito menos [...]. O que significa que, dez anos depois das greves de 1978, quando os militantes ligados à CUT já haviam assumido a direção de muitos sindicatos importantes em que antes atuavam como oposição, transformando-se em dirigentes de algumas grandes máquinas sindicais, o grau de radicalidade de sua oposição à estrutura oficial já era bem menor. (MATOS, 2009, p.132)

Portanto, a Constituição de 1988 manteve elementos que na década de 1990 influenciaram na atuação sindical dos sindicatos combativos e reivindicatórios para sindicatos de “negociação” dentro dos interesses do patronato.

Como vimos, a Constituição de 1988 garantiu o direito de organização dos funcionários públicos, sacramentou a possibilidade de criação de centrais sindicais e, a conquista mais importante, extinguiu o poder de intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. No entanto, permaneceram a unicidade sindical, o monopólio da representação, o poder normativo da Justiça do Trabalho e o imposto sindical. Ou seja, mantiveram-se as bases fundamentais da estrutura sindical corporativista. (MATOS, 2009, p.132)

Deste modo, a atuação da CUT durante este período da década neoliberal no Brasil esteve muitas vezes próxima da atuação de outra central, a Força Sindical (que tinha seu projeto de luta na adesão dos trabalhadores à lógica econômica do neoliberalismo e a colaboração com o empresariado como forma de obter vantagens materiais para os trabalhadores).

Pontua ainda Matos (2009) que

Os motivos do refluxo são vários e têm diversas origens. Entre eles, destacam-se três níveis de problemas: a experiência dos trabalhadores com as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista (o sindicato único, o poder normativo, imposto...) e as opções políticas das lideranças da CUT em um quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores. (MATOS, 2009, p.126)

As políticas neoliberais serão intensificadas no Brasil, como já foi mencionado nesta pesquisa, pelo então presidente FHC que em um de seus discursos analisa a conjuntura política, econômica e social do país durante a crise de acumulação do capital nos anos 90.

Depois de tantos anos de confusão, de brigas, de desavenças a sociedade brasileira amadureceu. A gente percebe, sente nas pessoas uma disposição muito grande, muito positiva, para se unirem e empurrarem o Brasil para frente. Não via ninguém achando que a solução vai ser achada com raiva e radicalismo, jogando padrões contra empregados, região contra região, homem do campo contra homem da cidade. (PROGRAMA DE TV, CAMPANHA FERNANDO HENRIQUE Apud CRUZ, 2000, p.118)

Desta forma, os trabalhadores brasileiros se encontravam na esfera do mundo do trabalho em transformação, fragmentados e divididos em categorias; suas entidades de classe permanecem atreladas ao Estado; os dirigentes sindicais estavam mais preocupados em representarem os interesses do Estado e patronato do que os interesses do conjunto dos trabalhadores. Estas características presentes, em parte das lideranças sindicais, são frutos da manutenção da unicidade sindical, da estrutura sindical verticalizada, do imposto sindical, entre outros elementos que fragmenta e coloca obstáculos a luta da classe trabalhadora. Contudo, mesmo com todos esses empecilhos estruturais e ideológicos, teve alguns sindicatos que conseguiram se organizar de forma mais aberta e combativa.

Todavia, os efeitos da simbiose entre o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, como coloca Antunes (2011), trouxe grandes consequências ao movimento sindical e a esquerda brasileira.

O desemprego em massa; as formas variadas de flexibilização da contratação do trabalho – notadamente a terceirização e a subcontratação; as variadas e cada vez maiores exigências de qualificação técnica; a introdução de formas organizacionais baseadas na competitividade internas às empresas, entre os trabalhadores. Em suma, a nova conjuntura projetada pelas reformas neoliberais no campo do trabalho permitira que, ao aprofundar a crise econômica, a competição individual no interior da própria classe trabalhadora conseguisse colocar na defensiva qualquer discurso assentado sobre a unidade dos interesses dos trabalhadores e da ação dos trabalhadores. (CRUZ, 2000, p.121)

Desta forma, a visão de mundo elaborada pela principal entidade de classe trabalhadora reivindicativa (combativa), sua postura político ideológica, seus planos de ação e de intervenção frente ao avanço do capital no Brasil e da ideologia neoliberal, não conseguiu manter os ciclos de mesma intensidade e conquistas que obtivera nos anos 80 para os anos 90. O que para muitos autores marca o fim de uma participação mais efetiva dos sindicatos nas mobilizações durante a década de 1990.

1.2 O movimento sindical nos anos 2000

Para isso, como foi colocado no item anterior, é necessário compreender o processo de mudança na conjuntura social, política e ideológica que se faz nesse atual momento histórico e os desafios à luta dos operários brasileiros.

Sendo assim, como já mencionado, desde a década de 1990 o Brasil está imerso na hegemonia neoliberal, com importantes consequências para as lutas sociais, como demonstra Boito Júnior (1999) em seus estudos.

Sumariamente, diríamos que as principais características da reestruturação produtiva da década de 1990 no Brasil estiveram associadas à relação do conhecimento produtivo apoiado nas tecnologias informacionais com a financeirização do meio ambiente empresarial. Por meio desta, as empresas brasileiras, especialmente aquelas mais próximas do setor financeiro, lograram reforçar seu poder no topo (pela concentração financeira), reduzindo os contrapoderes na base (pela desconcentração produtiva). (BRAGA, 2012, p.185)

Essas mudanças dão todo um formato peculiar às empresas brasileiras, onde

[...] o trabalho transformou-se no principal instrumento do ajuste anticíclico e anti-inflacionário da rentabilidade dos ativos. Os trabalhadores foram subsumidos a um regime de acumulação mundializado organizado em torno da dominância dos mercados financeiros, ou seja, investidores institucionais e acionistas que se apropriam de rendas salariais e financeiras cada dia mais voláteis devido à instabilidade do crescimento econômico. Assim, o advento do neoliberalismo no Brasil transformou as relações trabalhistas, assegurando uma correlação de forças acentuadamente favorável aos portadores do capital financeiro e impondo, ao mesmo tempo, a lógica de sua valorização aos mais diferentes setores da economia. (BRAGA, 2012, p.186)

Neste sentido, Braga (2012) coloca que a financeirização da gestão estimula múltiplas formas de contratação de mão-de-obra, através: da terceirização; a flexibilização da jornada de trabalho, administração por metas, e em âmbitos inéditos comparado com o regime de acumulação fordista. Esses elementos trouxe para o conjunto dos trabalhadores um aumento da rotatividade, desemprego, o achatamento dos níveis hierárquicos, precarização das relações de trabalho, entre outros elementos. Resulta-se a esses elementos, o fortalecimento da individualização do trabalho, o aumento da concorrência entre os próprios trabalhadores e principalmente o colapso das formas de solidariedade entre os trabalhadores.

Sendo assim, mesmo entrando apenas na década de 1990 no processo de acumulação flexível, tardiamente em relação aos países do centro do sistema, onde essas políticas foram inseridas já nos anos 70 e 80, entretanto

Combinando flexibilidade produtiva garantida pela informatização com novas configurações entre o centro e a periferia da força de trabalho, as empresas brasileiras entraram, tardia porém decididamente, na era do *reporting* (prestação de contas aos acionistas), do *track recording* (histórico de desempenho) e do *downsizing* (enxugamento). E, ao longo da chamada „Era FHC“, um novo modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico consolidou-se, renovando as formas de desigualdades no contexto do aumento do desemprego de massas. Por exemplo, entre 1989 e 1999 a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhão para 7,6 milhões, com uma elevação da taxa de desemprego aberto de 3% para 9,6% da PEA (População Economicamente Ativa). (BRAGA, 2012, p.184)

O processo de mudanças conjunturais impostas pelo novo ciclo de acumulação do capital, o neoliberalismo, configurou-se através da

[...] sua cultura regressiva conseguiram o que a Ditadura Militar não conseguira: debilitar o espírito de luta e incorporar corações e mentes à lógica social do capital. No pólo combativo do sindicalismo, não apenas a CUT, mas o PT, o elo decisivo da prática social, o partido, sofrerá o desgaste de uma sociabilidade de mercado. É nesse contexto de desgaste social e ideológico que entramos na década de 2000. A crise da política neoliberal é que favorece a vitória nas eleições de 2003 do candidato oposicionista Luis Inácio Lula da Silva. Mas a candidatura do Lula de 2003 não era a candidatura do Lula de 1989: a base social se evaporara e as circunstâncias de contínuas derrotas, tivera o sentido de uma pedagogia regressiva de incorporação à Ordem. Nesse período, fortaleceu-se o capital financeiro, explicitando-se as dificuldades objetivas postas pela mundialização do capital. (ALVES, s/d, p.8)

Para Alves (s/d) o sindicalismo brasileiro chega ao século XXI em crise, fruto das políticas neoliberais, como também das próprias decisões estratégicas de enfrentamento utilizadas pelo movimento sindical para combater o avanço do ideário neoliberal no país.

Da „década neoliberal“ e sua crise do sindicalismo surge, nos anos 2000, um sindicalismo de crise, elemento compositivo do Estado neoliberal, sindicalismo mais disposto a colaborar com a empresa (e com o Estado político) e incapaz de ser centro de contestação à ordem social, organizando, em torno de si, precarizados e excluídos da lógica produtiva do capital. O que significa que da „década neoliberal“ emergiu um novíssimo sindicalismo em contraste com aquele da década de 1980. A crise da base sindical destilou práticas neocorporativas. A inércia da burocracia sindical acirrou-se com a crise social e os interesses de castas político-corporativas tenderam a proliferar sobre a consciência de classe. (ALVES, s/d, p.8)

Essa colaboração do sindicalismo brasileiro com o capital e com o Estado durante os anos 2000 tem como ponto de partida a incapacidade (ou a escolha política dos sindicatos brasileiros) de não romperem com a estrutura sindical oficial brasileira – que atrela o canal de representação da classe trabalhadora ao Estado –, como também o Imposto Sindical. Outro elemento que colabora com o imobilismo dos sindicatos durante, principalmente, o governo

Lula é, segundo Braga (2012), a mudança de posicionamento político-ideológico da principal central sindical ligada organicamente ao novo sindicalismo, a CUT, que já no final da década de 80 altera seu discurso de negação a estrutura oficial sindical aproximando-se progressivamente do Estado. Esses elementos se aprofundam nos anos 90, chegando ainda mais latente nos anos 2000. Acrescenta ainda o autor que, após o fim da greve dos metalúrgicos de São Bernardo no ano de 1980, a liderança desse sindicato já dava sinais de mudança em seu discurso contra a estrutura sindical oficial.

[...] reconhecendo os riscos que a ruptura com a estrutura oficial trazia para a reprodução de seu próprio poder burocrático, a direção metalúrgica reconciliou-se progressivamente com o sindicalismo de Estado, sem, contudo, deixar de negociar concessões aos operários com as empresas. Por sua vez, esses progressos foram obtidos à custa da pacificação das assembleias operárias e da incorporação dos militantes de base mais destacados ao aparato burocrático. (BRAGA, 2012, p.181)

Neste sentido, destaca Braga (2012), com a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 a relação dialética de pacificação social, cujos protagonistas são as direções sindicais em torno da figura do então presidente da República, transformou-se no eixo da vida política no país. “O controle do aparato estatal garantiu-lhes os meios necessários para selar o pacto entre o consentimento passivo das massas e o consentimento ativo das direções, consolidando a regulação lulista.” (BRAGA, 2012, p.182).

Singer argumenta que o lulismo seria a expressão ideológica de uma fração de classe social, o subproletariado, que, após o período de redemocratização do país, orienta-se politicamente por duas balizas: a esperança de que o Estado possa diminuir a desigualdade social e o medo de que os movimentos sociais possam criar desordem política. Chico, ao contrário, entende que a chave para compreendermos a hegemonia lulista está na combinação da globalização financeira com o „transformismo” da alta burocracia sindical, que passou a desempenhar um papel politicamente regressivo ao se inserir no jogo do investimento capitalista pela via do controle de fundos de pensão. (BRAGA, 2012, p.231-232)

Durante o primeiro mandato do governo Lula, apresenta Braga (2012) que, o então presidente preencheu metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – aproximadamente 1.305 vagas – com antigas lideranças sindicalistas. Essas lideranças passaram a controlar um orçamento anual em suas repartições superior a 200 bilhões de reais. Outras ex-lideranças sindicalistas assumiram posições de destaque em empresas estatais, como por exemplo: na Petrobras, Furnas Centrais Elétricas, setores administrativos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico social (BNDES). O autor também coloca que, ainda dentro desse contexto de aproximação entre o governo de Lula da Silva e as principais

lideranças dos sindicatos mais próximos ao presidente, como também da CUT, o governo federal promoveu uma reforma sindical oficializando as centrais sindicais brasileiras e também aumentando o imposto sindical, o que hoje gira em torno de 100 milhões de reais. Neste aspecto,

A conversão de dirigentes sindicais em gestores financeiros tem um caso exemplar: Sérgio Rosa. Ele começou sua carreira como funcionário do Banco do Brasil, integrando a diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo na gestão de Luiz Gushiken. Em 1999, ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, Rosa assumiu o cargo de diretor da Previ, comandando o maior fundo de pensão da América Latina e o 25º do mundo em patrimônio. Após o final de seu mandato, assumiu o comando da Brasilprevi, a empresa de previdência aberta do Banco do Brasil. (BRAGA, 2012, p.206)

Para Braga (2012) o grupo de sindicalistas presentes nos fundos de pensão tem como principal compromisso a liquidez e a rentabilidade dos ativos financeiros, pois os fundos de pensão brasileiros têm sido utilizados para atuarem como linha estratégica do processo de fusões e aquisições de empresas no país e, tendo como consequência financiar a oligopolização econômica com efeitos na degradação do trabalho, perda de barganha dos trabalhadores em negociações e enxugamento de setores nas empresas, ou seja, aumento do desemprego.

Essa função de linha auxiliar do investimento capitalista decorre da própria natureza periférica da estrutura econômica brasileira: como a taxa de poupança privada é historicamente baixa, o Estado é obrigado a recorrer à associação com o capital externo ou ao endividamento a fim de equacionar o problema do investimento capitalista no país. Nas palavras de Gramsci: „O Estado fabrica o fabricante“. Os fundos de pensão têm atuado nessa linha, buscando solucionar a relativa carência de capital para investimentos. O curioso é que, no período atual, a aposentadoria do trabalhador, administrada por burocratas sindicais oriundos do novo sindicalismo, está sendo usada para financiar o ciclo de fusões e aquisições de empresas, além de reforçar os investimentos no setor de produção de energia. Ou seja, os fundos de pensão transformaram-se em peças-chaves para a reprodução do atual modelo de desenvolvimento brasileiro apoiado nos quatro „motores“ da acumulação: bancos, mineração, petróleo e agronegócios. (BRAGA, 2012, p.206-207)

Desta forma, as lideranças sindicais oriundas do novo sindicalismo que antes discursavam contra a estrutura sindical oficial e contra a hegemonia burguesa dentro do sistema capitalista de produção – e até pensando em outra sociabilidade que não essa imposta pelos interesses do capital agora se encontram por dentro da máquina burocrática do Estado e do capital.

Essas lógicas de desenvolvimento econômico implantadas pelo governo brasileiro vêm combinando meticulosamente, como aponta Braga (2012), um modelo econômico que garante ao mesmo tempo, lucros nunca antes observados na história desse país para os banqueiros, como também, uma desconcentração de renda para os indivíduos que vivem dos rendimentos do trabalho. Acrescenta o autor que foi através desta combinação que o governo de Lula levou para longe o Brasil da pior crise capitalista desde 1929, através da inserção de milhões de brasileiros no mercado de consumo por meio da combinação entre a Bolsa Família e o aumento dos salários acima da inflação.

Contudo, apresenta Braga (2012) que, este modelo de desenvolvimento adotado pelo governo deve ser compreendido por outras perspectivas, e não apenas na esfera econômica. Para o autor este modelo vem acentuando os números de acidentes de trabalho no Brasil que praticamente dobrou de 399 mil para 747 mil. Desta maneira, devemos compreender sobre a perspectiva das relações de trabalho como este desenvolvimento recente atinge a classe trabalhadora e como as suas entidades de classe vem se posicionando a este atual momento.

[...] uma onda de paralisações, greves e rebeliões operárias apanhou-se pela indústria da construção civil, atingindo algumas das principais obras do PAC: 22 mil trabalhadores parados na Hidrelétrica de Jirau em Rondônia, 16 mil na Hidrelétrica de Santo Antônio, alguns milhares na Hidrelétrica de São Domingos no Mato Grosso do Sul, 80 mil trabalhadores grevistas em diferentes frentes de trabalho na Bahia no Ceará, dezenas de milhares no Complexo Petroquímico de Suape em Pernambuco e por aí vai... Tudo somado, o Dieese calculou em 170 mil o número de trabalhadores que, somente em março, cruzaram os braços. (BRAGA, 2012, p.234)

Desta forma, antes de fazermos alguns apontamentos sobre as greves que vem ocorrendo pelo país, devemos compreender um pouco mais a crise envolta do sindicalismo brasileiro nos anos 2000.

Ora, ao deslocarmos o debate para o *sindicalismo da crise*, poderemos apreender uma nova dimensão da luta de classes: a luta político-ideológica, que diz respeito à „captura” da subjetividade dos „intelectuais orgânicos” da classe trabalhadora pelos valores da ordem do capital. (ALVES, s/d, p.9)

Neste debate, sobre o chamado sindicalismo da crise apontado por Alves (s/d), deve ser entendido não apenas constituído de uma crise sócio-metabólica do capital e de suas instituições defensivas. Para o autor há outros elementos que influenciam este estado histórico em que vem passando o sindicalismo. Esta crise, segundo o autor, pode ser reflexo também da crise histórica do partido e da (ideologia) socialista no século XXI.

Sendo assim

O maior desafio do sindicalismo no século XXI é recuperar seu papel de *elo significativo* da luta de classes e pólo de contestação à sociabilidade regressiva (e à produção destrutiva) do capital, sem desprezar, é claro, sua função de órgão de defesa dos interesses corporativo-econômico. (ALVES, s/d, p.8-9)

Neste sentido, Boito Júnior; Marcelino (2010) complementam a discussão sobre a crise do sindicalismo, onde segundo eles há duas correntes de pensamento que entendem os efeitos do neoliberalismo na atuação e organização sindical, neste atual momento histórico. A primeira vertente seria a que alguns acreditam em um declínio da atuação sindical devido às alterações promovidas pelo neoliberalismo. Estas alterações na conjuntura política e econômica no Brasil pontua Pochmann (1998) são marcadas, pelo menos, por cinco elementos importantes, são eles:

[...] queda na quantidade de greves, redução na taxa de sindicalização, proliferação „administrativa“ do número de sindicatos – fenômeno possibilitado pela estrutura sindical corporativa de Estado ainda existente no Brasil –, fragmentação das negociações e diminuição da quantidade de cláusulas acordadas. (POCHMANN Apud BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p. 323)

Nessa conjuntura atual, os trabalhos referentes ao sindicalismo, para alguns teóricos, vêm apresentando mudanças, que são amostras do declínio da atuação sindical. Além disso, para eles os sindicatos entraram em um declive irreversível, chegando a alguns casos, compará-lo ao envelhecimento. Pois para esses teóricos a introdução da automação e da informatização foram elementos prejudiciais ao sindicalismo, pois os sindicatos tinham como base os trabalhadores manuais. E só não temos uma queda maior na representatividade e na ação dos sindicatos devido ao crescimento da atuação dos sindicatos oriundos do funcionalismo público, tanto no Brasil como no mundo (RODRIGUES, 2002 apud BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010).

As principais causas que caracterizam o declínio histórico do sindicalismo seriam: a descentralização da barganha (o aumento das categorias profissionais em diversos sindicatos); o aumento da negociação por local de trabalho (vinda das pressões das empresas); pela dificuldade dos sindicatos mobilizarem grandes massas de trabalhadores; flexibilização das relações de trabalho (aumento da jornada, contratações temporárias, e degradação dos direitos trabalhistas). Esses elementos são os principais para os teóricos que acreditam no declínio da ação sindical.

Referentes a estes apontamentos sobre o declínio dos sindicatos nos anos 2000

[...] é preciso reconhecer que as idéias e fatos que levam Rodrigues (2002) e outros autores a concluírem que o sindicalismo estaria em um processo de

declínio histórico é um encadeamento lógico de idéias que parece, no seu conjunto, fazer sentido: mudanças tecnológicas e organizacionais que levam ao desemprego que, por sua vez, ocasiona o descrédito na capacidade de o sindicalismo reverter a situação, o que provoca a desfiliação e a desidentificação sindical. Há outros elementos que compõem esse quadro de crise ou de declínio: a burocratização do funcionamento dos sindicatos, a desconfiança dos trabalhadores frente às lideranças sindicais (Labbé; Croisat, 1992) e a politização ou partidarização dos sindicatos (Mouriuax, 2006); mas eles entram de maneira secundária nas explicações gerais sobre a crise ou o declínio do sindicalismo. (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.325)

Contudo, há outra vertente que busca compreender o atual momento das organizações sindicais no país, teremos teóricos que acreditam que as atuais mudanças ocorridas no cenário econômico e político na década de 1990 levaram o sindicalismo a uma crise, assim como considera Alves (s/d). Nesta perspectiva, a crise dentro do movimento sindical poderá ser superada e, eventualmente, promoverá um salto qualitativo no cenário atual.

Nesta linha, revela Boito Júnior e Marcelino (2010) que se encontram teóricos como Caire (1990) que sistematizou um conjunto de explicações para a crise do sindicalismo, sendo que esta é desdobrada em três momentos: crise da adesão, crise de militarismo e crise da imagem do sindicato (o que foi visto no Brasil durante o mandato do ex-presidente FHC). A crise de agora é mais ampla e profunda do que a vivida no período do pós-Segunda Guerra Mundial. Os motivos seriam devido à crise que agora possui uma duração maior e o desemprego do final do século XX é mais massivo que o do período subsequente à II Grande Guerra. Outra característica importante deste momento são as características da força de trabalho no século XXI, compostas por jovens, mulheres e os desempregados. No caso do último, temos uma crise de representatividade do mesmo, pois os sindicatos normalmente representam apenas trabalhadores formais, ou seja, empregados (com registro em carteira).

Nesta pesquisa compartilhamos da perspectiva da crise dentro do movimento sindical, pois acreditamos que este momento conjuntural do capitalismo impõe sérios obstáculos a luta dos trabalhadores (através da inserção de um novo sistema de acumulação - neoliberalismo), como também, pelas próprias barreiras que a estrutura sindical brasileira estabelece na ação dos sindicatos (verticalismo, autonomia, imposto sindical, etc). Ou seja, pelo próprio atrelamento dos sindicatos brasileiros ao Estado (algo que persiste desde a década de 1930). Esses elementos, em conjunto, impõem sérias problemáticas à atuação sindical, porém acreditamos que os sindicatos, ainda hoje, tem um importantíssimo papel político e de poder na sociedade brasileira e mundialmente.

Desta forma, a perspectiva que acredita no declínio do sindicalismo não leva em conta o crescimento das lutas sindicais em países que estão sofrendo um forte processo de industrialização, como é o caso da China e do Leste Europeu, como mesmo pontua Boito Júnior e Marcelino (2010). Para esses autores a China passa por um período pré-sindical, ou seja, os conflitos neste país ainda estão sendo resolvidos por vias judiciais, mas no futuro terá a intermediação de entidades de classes nesses conflitos. Ou seja, poderão surgir grandes sindicatos no setor industrial. Outro elemento importante contra a ideia de irreversibilidade sindical é o da própria história do movimento sindical, já que dentro de sua história há

[...] vários exemplos de setores que não tinham propensão aparente a sindicalização e que, em determinadas condições históricas, aderiram massivamente a essa forma de organização e de luta. Poderíamos citar três casos muito importantes para a história do sindicalismo internacional e bastante conhecidos: o surgimento dos denominados Sindicatos Gerais na Inglaterra do final do século XIX, que arregimentaram as massas trabalhadoras da indústria e também do setor de serviços, rejeitadas pelas trade-unions, posto que esses sindicatos se baseavam apenas nos trabalhadores qualificados (Marx; Engels, 1972); o surgimento dos denominados sindicatos industriais nos EUA das décadas de 1920 e 1930, que arregimentaram a massa de trabalhadores não-qualificados do setor industrial, rejeitados pela American Federation of Labor (AFL) (Guerrin, 1977); e o sindicalismo de classe média, que arregimentou para a ação sindical os trabalhadores de escritório e do Estado, considerados, até meados do século XX, trabalhadores infensos a qualquer apelo sindical (Lockwood, 1962; Boito, 2007). Nesses três casos, a incorporação massiva desses novos setores à luta sindical representou um novo vigor no movimento reivindicativo dos trabalhadores. (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.327)

Outro importantíssimo elemento na compreensão da luta do movimento sindical, segundo Boito Júnior e Marcelino (2010) é referente às análises que giram em torno das ações dos sindicatos e suas possibilidades de enfrentamento neste novo século, pois alguns teóricos realizam suas análises ignorando ou

[...] minimiza o papel da conjuntura política e ideológica na qual agem as forças sociais em presença e, inclusive, o movimento sindical, como um movimento reivindicativo dos trabalhadores assalariados. Assim, incorre-se no equívoco que consiste em analisar a classe operária e o sindicalismo separadamente do processo político nacional e internacional. (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.326-327)

Desta forma, compreendendo o movimento sindical dentro das forças político-ideológicas presentes no processo de acumulação do capital. Para Boito Júnior e Marcelino (2010) a fragmentação dos trabalhadores pode ser um fator que age positivamente na luta de classes, isto é, que as diferenças presentes dentro do operariado (sua heterogeneidade) podem

levar os mesmos a construir uma nova unidade de classe. Pois em outros momentos históricos isso já ocorrera, como descreve

O historiador Eric Hobsbawm insiste na ideia de que, na passagem do século XIX para o século XX, foi o movimento operário que criou a unidade da classe operária, pois, do ponto de vista socioeconômico, essa classe era por demais heterogênea e fragmentada. (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.327)

Sendo assim considera Boito Júnior e Marcelino (2010) que

A tese da fragmentação como causa fundamental da crise do sindicalismo ignora, também, que há, no capitalismo contemporâneo, um processo contrário à fragmentação que é o de homogeneização entre os trabalhadores de classe média e os operários; entre os trabalhadores de diferentes nacionalidades; entre os trabalhadores e as trabalhadoras. Assim, coexistem processos de heterogeneização e de homogeneização dentro de um mesmo período histórico e de uma mesma formação social [...]. Mas, para que essa fragmentação afete positiva ou negativamente a luta sindical, são necessárias certas condições ligadas à conjuntura política, à história de luta dos diversos sindicatos etc. (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.327)

Neste sentido, Boito Júnior e Marcelino (2010) compreendem que, a segmentação pode dificultar a ação sindical, entretanto dependendo da conjuntura poder-se-á desempenhar um papel contrário, isto é, ser um motor ou um dos principais fatores de união e revolta da classe trabalhadora. Para os autores, um exemplo disto é o que se verificou na

[...] ação sindical de trabalhadores subcontratados por centenas de empresas e nas mais variadas funções dentro da Refinaria de Paulínia (São Paulo-BR) se mostra vigorosa e ofensiva, conquistando, anos a fio, ganhos reais de salários e ampliação de direitos (Marcelino, 2008); a greve, de 84 dias de duração, que mobilizou cerca de oito mil funcionários de 40 empresas prestadoras de serviços à Refinaria de Duque de Caxias/RJ (Reduque, Petrobras). (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.328)

Deste modo

A mobilização sindical uniu trabalhadores precários e „estáveis“ na luta por um único contrato de trabalho (Fantasia, 1997); na França, entre os anos de 2000 e 2003, surgiram várias lutas nos setores de fast food, comércio e limpeza. A maioria dos trabalhadores era formada por jovens em trabalhos precários. Alguns desses movimentos foram: em 2000, greve no Mac Donald's do Boulevard Saint-Germain; em 2001, greve na Pizza Hut do Ópera; em 2002, greve de 112 dias no Mac Donald's de Strasbourg Saint-Denis para a reintegração de trabalhadores demitidos – reivindicação atendida; ainda em 2002, greve na FNAC da Champs-Élysées; entre março de 2002 e fevereiro de 2003. (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.328)

Outro elemento apontado pelos autores é que a homogeneidade não garante a unidade nem a heterogeneidade seria sinônimo de desorganização. “A segmentação atual entre os trabalhadores pode ser um obstáculo de monta para sua organização, mas não é mais

que isso.” (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.328). Sendo assim esses autores acreditam que estamos vivenciando desde 2004 uma recuperação da atividade sindical no Brasil. Podendo ser compreendido a partir das greves que nesses últimos anos vem se mantendo em um número razoável, e o mais importante vem trazendo ganhos reais aos salários dos trabalhadores. Já em relação ao caráter dessas greves elas têm ocorrido em sua maioria, com o caráter de ofensividade, ou seja, greves por novas conquistas e não como as ocorridas na década de 1990, que buscavam manter conquistas, recuperar ou evitar perdas a partir da negociação.

As reivindicações mais presentes nesse novo ciclo têm sido por ganho real de salário e por conquista ou majoração da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Reduziu-se o número de greves defensivas – por pagamento de salários atrasados, por respeito a direitos já existentes, etc. A frequência de ação ofensiva não é a mesma em todos os setores. (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.330-331)

Essa recuperação da luta sindical, como apontam Boito Júnior; Marcelino (2010) pode ser considerado como um indicador positivo da vitalidade do sindicalismo como movimento social nesses primeiros anos do século XXI. Dentro deste mesmo processo, pontua os autores que o ressurgimento da luta sindical dentro de outra perspectiva que não mais aquela defensiva, presente na década de 90.

Neste mesmo cenário de mudanças no movimento sindical, surgem também, novas centrais sindicais, o que acirrou a luta política dentro dos sindicatos por representação. O que pode ser percebido como reflexo do imobilismo das lideranças cutistas dentro do governo Lula. Como já foi dito neste estudo, a CUT agrega muitas vertentes ideológicas em sua base que se contrapõem em muitas decisões dentro da central. Oriundas destes conflitos ideológicos e de posicionamentos políticos das correntes majoritárias dentro da CUT, algumas correntes deixaram esta central e deram origem a outras centrais.

Em relação ao surgimento de novas centrais sindicais,

Foram criadas a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), em 2004; a Intersindical e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), em 2006; a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), em 2007. Conlutas, Intersindical e CTB são oriundas da CUT; NCST origina-se fundamentalmente a partir de federações e confederações da estrutura oficial; UGT surge a partir da fusão da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e da Social Democracia Sindical (SDS). Essas novas centrais passam a compor, com a CUT, a Força Sindical e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), o atual cenário sindical no Brasil. (TRÓPIA; GALVÃO; MARCELINO, 2013, p. 82)

Essa análise sobre o ressurgimento das atividades sindicais relaciona-se também a intensidade presente dos movimentos grevistas, na qual vem apresentando mudanças e avanços na luta econômica. Os teóricos Boito Júnior e Marcelino (2010) também destacam que a crise que se instalou nos sindicatos não será rompida apenas com o aumento no número de greves, mas que o aumento do mesmo pode ser um sinal de mudança no cenário de atuação dos sindicatos. Afinal “[...] a greve não é a única ação importante e pertinente do movimento sindical, mas é, seguramente, uma de suas ações mais contundentes e de maior visibilidade política e social.” (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.328).

Neste sentido, acreditamos que apenas a luta na esfera econômica não superará a crise do sindicalismo, porque lutando apenas dentro desta perspectiva os trabalhadores estarão apenas buscando melhores formas de vender sua força de trabalho e se inserir na lógica do sistema. Outro fator é que a luta econômica para organização dos trabalhadores, é apenas momentânea, e posteriormente a sua conquista há um freio nas mobilizações. Diferentemente da luta política-ideológica, que procura a formação e conscientização da classe trabalhadora, para romper com as contradições históricas do capital. Desta forma acreditamos que a luta econômica pode ser utilizada e, a partir dela, trabalhar com os sujeitos que vivem do trabalho, suas condições históricas de submissão à ordem capitalista de produção.

Neste sentido, nesta parte da pesquisa iremos demonstrar alguns dados referentes ao número de greves e as suas principais bandeiras de lutas que vem caracterizando-se durante esse início de século durante a ressurgência das atividades sindicais. Todavia é necessário destacar que

A história do sindicalismo mostra que a atividade grevista não apresenta uma trajetória linear. As greves ocorrem em ciclos, com fases ascendentes, de estabilização e de declínio. Esses ciclos apresentam perfis característicos e fatores determinantes variados. O perfil das greves de cada ciclo e os fatores que as determinam estão, na maioria das vezes, relacionados. Um ciclo poderá ter a greve de massa como característica, outro, a greve localizada; um poderá atingir números excepcionalmente elevados na atividade grevista, outro, manter-se num padrão mais modesto; aquele poderá representar uma ação política contra um regime ditatorial, esse, uma resposta à corrosão dos salários pela alta taxa de inflação na economia. (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.329)

Logo, para Boito Júnior e Marcelino (2010), as condições econômicas e políticas são fatores que influenciam no ciclo de greves desse atual momento histórico. Do mesmo modo, segundo os autores estamos passando por um período de recuperação da atividade dos sindicatos. Essa recuperação tem algumas causas, são elas:

[...] a) uma retomada, ainda que tímida, do crescimento econômico; b) ligeira recuperação do emprego; c) o fato de a inflação dos alimentos estar atingindo taxas superiores à taxa média de inflação, isto é, há uma taxa de inflação, oculta pela inflação média, que atinge mais pesadamente os trabalhadores; d) a existência de um regime democrático; e) o fato de a equipe governamental bem como as presidências e diretorias de empresas estatais serem compostas, no período dos mandatos presidenciais de Lula da Silva, por pessoas oriundas, em grande parte, do movimento sindical – no quadriênio 2004/2007, o Governo Federal e as empresas estatais negociaram com mais de 90% das greves deflagradas pelo funcionalismo público federal e pelos trabalhadores das empresas estatais; f) o desgaste da ideologia neoliberal que aparece na eleição de Lula e nos novos governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina; g) a concorrência política entre as centrais sindicais brasileiras, cujo número e variedade de orientações político-ideológicas cresceram, como já dissemos, entre 2004 e 2007. h) uma década de experiência, por parte do movimento sindical no Brasil, com os chamados „processos flexíveis“ da reestruturação produtiva capitalista e a construção de alternativas de ação diante dela. (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.330)

Desta forma foi elaborada a Tabela 1, com dados referentes ao número de paralisações nos anos de 2004, 2005, 2007, 2008, 2010, 2011 e 2012. O motivo de apresentarmos as lacunas nos anos de 2006 e 2009 é devido não termos conseguido obter os dados dos mesmos na fonte de pesquisa. Sendo assim a tabela foi elaborada sem os dados desses dois anos, no entanto sem comprometer a análise geral a respeito dessa temática.

Além disso, vale mencionar que esta sistematização dos dados foi elaborada com o intuito de compreender o índice de manifestações que vem ocorrendo no país, pois como pontua Boito Júnior e Marcelino (2010), o índice de greves pode ser um sinal de recuperação das atividades sindicais. Entretanto, alerta os próprios autores que, não é o único elemento que devemos considerar numa compreensão sobre a recuperação ou não das atividades realizadas pelo canal de representação dos trabalhadores. Também devemos deixar claro que é necessário considerar outros apontamentos importantíssimos para caracterizar um período de efervescência sindical, como questões políticas, ideológicas, caráter das manifestações, posicionamento das lideranças sindicais, entre outras.

Distribuição de greves nas esferas pública e privada e por setor de atividade no Brasil														
Esfera/setor	2004		2005		2007		2008		2010		2011		2012	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
PÚBLICA	185	61,3	162	54,2	161	50,9	184	44,8	269	60,3	325	58,7	409	46,8
Funcionalismo Público ¹	158	52,3	138	46,2	140	44,3	155	37,7	234	52,5	296	53,4	380	43,5
Empresas Estatais ²	27	8,9	24	8,0	21	6,6	29	7,1	35	7,8	29	5,2	28	3,2
Funcionalismo Público e Empresas Estatais ³													1	0,1
PRIVADA	114	37,7	135	45,2	149	47,2	224	54,5	176	39,5	227	41,0	461	52,8
Serviços	59	19,5	59	19,7	62	19,6	80	19,5	77	17,3	91	16,4	123	14,1
Indústria	54	17,9	74	24,7	83	26,3	132	32,1	97	21,7	131	23,6	330	37,8
Comércio	0	0,0	1	0,3					1	0,2	3	0,5	5	0,6
Rural	1	0,3	1	0,3	4	1,3	11	2,7	1	0,2	1	0,2	3	0,3
Indústria e Serviços ⁴							1	0,2	0	0	1	0,2		
PÚBLICA E PRIVADA	3	1,0	2	0,7	6	1,9	3	0,7	1	0,2	2	0,4	3	0,3
TOTAL	302	100,0 (2)	299	100	316	100	411	100	446	100	554	100	873	100

Notas: ¹ Os dados a respeito do funcionalismo público abrangem os governos municipais, estaduais e federais.

² Os dados das empresas estatais abrangem os setores de serviços, indústria e comércio.

³ Os dados do funcionalismo público e de empresas estatais compreende dados de greves empreendidas conjuntamente entre os trabalhadores das esferas pública e privada.

⁴ Os dados da indústria e serviços são colocados juntos devido as greves serem empreendidas conjuntamente entre os trabalhadores dos setor industrial e de serviços.

Tabela 1: Distribuição de greves nas esferas pública e privada e por setor de atividade no Brasil. Fonte: DIEESE (2005, 2006, 2007, 2009, 2012, 2013). Adaptado pelo autor, 2013.

A partir dos dados apresentados na tabela acima, sobre os índices referentes às manifestações grevistas no Brasil, podemos compreender que a partir do ano de 2005 o país vem tendo um crescente aumento no número das paralisações grevistas, tendo neste ano um total de 299 greves, passando no ano de 2012 para um total de 873 paralisações. Caracterizando um aumento quase três vezes maior do que o registrado no ano de 2004.

Podemos também verificar que a esfera pública é a que tem tido o maior número de greves no decorrer deste período abordado, perdendo em número de paralisações para o setor privado apenas nos anos de 2008 e 2012, onde o setor público obteve os números de 184 e 409 greves, para os anos de 2008 e 2009 respectivamente. Já o setor privado obteve nesse mesmo período os índices de 224 e 461 para os anos de 2008 e 2009, respectivamente.

Outro dado importantíssimo a discutir, é referente aos números de paralisação dentro da esfera pública, onde os índices são maiores dentro do funcionalismo público, que neste caso compreende os âmbitos municipais, estaduais e federais. Contudo, em relação às empresas públicas o que podemos descrever é que as paralisações vêm mantendo-se em uma crescente, chegando ao seu maior índice no ano de 2010. No ano de 2012 tivemos uma greve conjunta na esfera pública entre o funcionalismo público e as empresas estatais.

Em relação à esfera privada, o setor que mais apresentou número de greves, nesse recorte histórico, foi o setor industrial. Este setor teve um crescente aumento nos números de paralisações neste período referente aos dados, sendo que o maior número de greves foi registrado no ano de 2012, com um total de 330 paralisações. Em seguida temos o setor de serviços como o segundo maior em números de greves, dentro da esfera privada. Neste setor também temos um crescente aumento nos números de paralisações no decorrer dos anos, chegando ao seu maior índice no ano de 2012, com um total de 123 paralisações. Um elemento importantíssimo a ser mencionado é referente ao setor de serviços que no ano de 2004 superou o industrial no número de greves, obtendo um total de 59 paralisações, já o industrial 54.

Outra característica importante a ser mencionada é referente ao setor de serviços que, de acordo com Braga (2012), é onde se apresenta neste atual regime da acumulação as características mais salientes, ou seja,

[...] a terceirização empresarial, a privatização neoliberal e financeirização do trabalho. É importante que esse grupo integre o setor econômico que mais constatou no mercado formal de trabalho no país nas últimas duas décadas, isto é, o setor de serviços.

Naturalmente, eles devem ser parte do precariado brasileiro: trabalhadores jovens, não qualificados ou semiquualificados, precarizados, sub-remunerado (recebendo em média, 1,5 salário mínimo) e inseridos em relações trabalhistas que bloqueiam sua organização coletiva. (BRAGA, 2012, p.182)

Já referente ao setor de comércio, constatou-se que a quantidade de greves é baixa, quase que apenas uma paralisação por ano. O maior índice registrado neste setor foi no ano de 2012, com um total de 5 paralisações.

Os dados referentes ao setor rural brasileiro apresentou índices nos anos analisados de paralisação em torno de 1 greve por ano. Contudo esse setor apresentou um pico de 11 paralisações no ano de 2008.

Em relação a greves realizadas conjuntamente entre as duas esferas, a pública e privada, foram registradas uma paralisação desse tipo ao ano. E teve um número maior de greves no ano de 2007, com um total de 6 manifestações conjuntas.

Podemos, diante disso, destacar que a atuação grevista no Brasil durante os primeiros anos desse novo século, vem crescendo continuamente. O que podemos ver a partir dos dados apresentados na Tabela 1 sobre os números de greves é que desde 2004 o número de paralisações vem aumentando progressivamente, chegando ao ano de 2012 com índice duas vezes maior do que o registrado em 2004, somando um total de 873 paralisações. Para Boito Júnior; Marcelino (2010) embora o número de greves durante os anos 2000 seja menor do que os registrados nos anos 90, o caráter dessas manifestações apresenta um teor diferenciado em relação à década de 90.

Ou seja, na década de 1990, parece que os trabalhadores tiveram de correr muito apenas para lograr permanecer no mesmo lugar, enquanto que, na de 2000, com menos esforço, isto é, com um número menor de greves, estão logrando avançar em novas conquistas. (BOITO JÚNIOR; MARCELINO, 2010, p.331)

Neste sentido é importante expormos aqui dados referentes ao mesmo período da Tabela 1, sobre o caráter dessas paralisações. De tal modo que, como na Tabela 1, as próximas tabelas, a Tabela 2 e a Tabela 3, não constarão dados para os anos 2006 e 2009, devido à fonte não disponibilizar os mesmos. Devemos salientar ainda que, devido à forma de análise dos dados feita pelo DIEESE tivemos que elaborar duas tabelas sobre esses dados, pois a fonte de coleta acrescentou novos elementos de interpretação dos mesmos no decorrer dos anos, como exemplo: a separação do caráter das manifestações nas esferas pública e privada, o que não ocorrera nos anos anteriores ao de 2008; como também um maior detalhamento entre os setores de cada esfera.

Além disso, vale esclarecer que compreendemos greves “propositivas”, conforme segue nas Tabelas 2 e 3 como aquelas manifestações que, de acordo com o DIEESE propõem a introdução de novas conquistas ou a ampliação das já conquistadas. Em relação às manifestações com caráter de manutenção defensivo são separadas em duas vertentes: as que procuram a “manutenção ou renovação de condições de trabalho”; ou as de “descumprimento de direitos estabelecidos em acordo ou legislação”. Já referentes às greves de “protestos” são aqueles que têm o caráter de ultrapassarem o âmbito das relações de trabalho. E por último, os movimentos grevistas que buscam apoiar outras categorias, empresas ou setores são denominados paralisações de “solidariedade”.

Sendo assim, demonstraremos a seguir a Tabela 2, sobre o caráter das reivindicações grevistas no país para os anos de 2004 (com 302 greves), 2005 (299 greves), 2007 (316 greves) e 2008 (411 greves).

Número de greves por caráter das reivindicações no Brasil								
Caráter das Greves	2004		2005		2007		2008	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Propositivas	197	65,2	207	69,2	209	66,1	284	69,1
Defensivas	161	53,3	135	45,2	146	46,2	171	41,6
Descumprimento de direitos	107	35,4	70	24,1	101	32	118	28,7
Manutenção de condições vigentes	54	17,9	72	23,7	61	19,3	72	17,5
Protesto	28	9,3	50	16,7	48	15,2	53	12,9
Solidariedade	1	0,3	2	0,7	1	0,3	1	0,2
Sem informação	0	0	2	0,7	0	0	0	0
Nota: A soma das parcelas pode ser superior ao total das greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações.								

Tabela 2: Número de greves por caráter das reivindicações no Brasil: anos de 2004, 2005, 2007 e 2008.

Fonte: DIEESE (2005, 2006, 2007, 2009). Adaptado pelo autor, 2013.

Desta forma os dados apresentados nesta tabela mostraram que o caráter das greves vem se revelando maior na forma propositiva, ou seja, as greves realizadas pelas entidades de classe no Brasil nesse período lograram novas conquistas para a classe trabalhadora. Já as greves defensivas tem sido o segundo caráter das mobilizações, seguidas pelo caráter de protesto e solidariedade.

A seguir é apresentada a Tabela 3, com o caráter das reivindicações grevistas para os anos de 2010 (com 446 greves), de 2011 (554 greves) e 2012 (873 greves).

Número de greves por caráter das reivindicações no Brasil																																				
2010												2011												2012												
Caráter das Greves	Esfera Pública				Esfera Privada								Esfera Pública				Esfera Privada								Esfera Pública				Esfera Privada							
	Funcionalismo Público (234)		Empresas Estatais (35)		Indústria (97)		Serviços (77)		Comércio (1)		Rural (1)		Funcionalismo Público (296)		Empresas Estatais (29)		Indústria (131)		Serviços (91)		Comércio (3)		Rural (1)		Funcionalismo Público (380)		Empresas Estatais (28)		Indústria (330)		Serviços (123)		Comércio (5)		Rural (3)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%		
Propositivas	198	84,6	26	74,3	79	81,4	48	62,3	1	100	0	0	242	81,8	22	75,9	109	83,2	45	49,5	3	100	1	100	244	64,2	25	89,3	221	67	63	51,2	4	80	1	33,3
Defensivas	104	44,4	14	40	36	37,1	47	61	0	0	1	100	196	66,2	18	62,1	55	42	67	73,6	3	100	1	100	283	74,5	17	60,7	202	61,2	77	62,6	4	80	2	66,7
Manutenção de condições vigentes	40	17,1	9	25,7	18	18,6	19	24,7	0	0	0	0	133	44,9	15	51,7	39	29,8	26	28,6	3	100	1	100	151	39,7	14	50	108	32,7	27	22	4	80	2	66,7
Descumprimento de direitos	75	32,1	5	14,3	22	22,7	34	44,2	0	0	1	100	95	32,1	4	13,8	31	23,7	47	51,6	1	33,3	1	100	207	54,5	5	17,9	134	40,6	61	49,6	3	60	1	33,3
Protesto	50	21,4	0	0	1	1	1	1,3	0	0	0	0	74	25	3	10,3	2	1,5	2	2,2	0	0	0	0	101	26,6	3	10,7	3	0,9	2	1,6	0	0	0	0
Solidariedade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,8	0	0	0	0	

Obs.: a) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações. b) Em 2010, a única greve empreendida conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada conteve reivindicações de caráter propositivo e defensivo (manutenção de condições vigentes). c) Em 2011, a greve empreendida conjuntamente por trabalhadores de bancos públicos e privados conteve reivindicações de caráter propositivo e defensivo (manutenção de condições vigentes). Além disso, neste mesmo ano a greve empreendida conjuntamente por trabalhadores da construção e petroleiros conteve reivindicações de caráter propositivo e defensivo (descumprimento de direitos). (d) No ano de 2012, a greve empreendida conjuntamente por servidores públicos estaduais e por trabalhadores da estatal Empaer, no Mato Grosso, conteve reivindicações propositivas, defensivas (manutenção de condições vigentes) e de protesto. A greve empreendida conjuntamente por trabalhadores de bancos públicos e privados conteve reivindicações de caráter propositivo e defensivo (manutenção de condições vigentes). A greve empreendida conjuntamente por funcionários públicos municipais e terceirizados de asseio e conservação, em Salvador, conteve reivindicações de caráter defensivo (descumprimento de direitos e manutenção de condições vigentes). A greve empreendida conjuntamente por funcionários da rede estadual e da rede privada de Saúde, na Região Metropolitana de Belém, conteve reivindicações de caráter propositivo e defensivo (manutenção de condições vigentes).

Tabela 3: Número de greves por caráter das reivindicações no Brasil: anos de 2010, 2011 e 2012. Fonte: DIEESE (2012, 2013). Adaptado pelo autor, 2013.

Diante desta tabela, verificamos que entre 2010 e 2012 vem aumentando os números de paralisações, tendo como maiores bandeiras de luta o caráter propositivo se comparado ao defensivo, onde o setor principal é o industrial, porém isso não ocorre em todos os setores. Entretanto, o ano de 2012 apresentou um maior índice de bandeiras com caráter defensivo, referentes ao funcionalismo público. Já as empresas públicas vêm mantendo nesses últimos três anos as bandeiras de lutas num caráter propositivo em maior número do que os defensivos.

As paralisações também dentro da esfera pública, no caso do funcionalismo público, com o caráter de protesto também vem aumento significativamente nesses três últimos anos, tendo seu ápice no ano de 2012, chegando a 101 como forma de justificativa para as greves. Já dentro das empresas estatais esse número se mantém bem inferior em relação ao funcionalismo, no caso 3 por ano.

Em relação à esfera privada, o setor industrial apresenta para os últimos três anos as bandeiras propositivas de lutas como o maior índice, tendo no último ano alcançado o número 221 como justificativa a greve. Outro ponto importante a ser mencionado é que dados referentes às bandeiras propositivas vêm crescendo progressivamente nestes três últimos anos analisados no setor industrial. Já em relação ao setor de serviços esse quadro se inverte, onde a maioria das greves tem como bandeira o caráter defensivo, menos no ano de 2010 que foi ultrapassado pelas propostas propositivas. Este setor vale acrescentar obteve seu pico de greves com as principais propostas defensivas no ano de 2012.

Já o setor do comércio, juntamente com o rural, para esses três últimos anos é onde encontramos equilibradas essas disputas entre bandeiras propositivas e defensivas. E dentro dessas bandeiras defensivas, vale destacar que, a maioria é justificada para garantir a manutenção dos direitos vigentes.

Diante disso, o que podemos expor das análises das bandeiras de lutas apresentadas nas duas tabelas anteriores é que as entidades de classe no Brasil nesses últimos anos vêm aumentando suas atividades, em relação às greves, em torno de bandeiras de lutas com caráter propositivas, principalmente no setor industrial da esfera privada e nas empresas estatais da esfera pública. Isto é, estão buscando conquistar melhores condições para os trabalhadores. Contudo as outras esferas (com seus demais setores) apresentam sinais tímidos de modificação no caráter de suas greves nesses últimos três anos.

Desta forma, acreditamos, assim como Boito Júnior e Marcelino (2010) que, as atividades sindicais, principalmente com o caráter de novas conquistas, podem

representar sinais de ativismo no quadro de crise em que se instalou no sindicalismo brasileiro na virada do século. Contudo, como já foi dito, há ainda muito a ser construído por estas entidades de classe, se considerar o caráter classista que deveriam ter. Isso significa atentarmos para a transcendência da esfera econômica pelas lutas sindicais, buscando construir através das experiências dessa classe subordinada pelo capital, outra sociabilidade que nasça dos interesses e anseios dos próprios trabalhadores. Afinal as classes possuidoras já deram sua contribuição para levar o Brasil ao estágio em que chegamos, mas agora chegou a hora de criarmos um futuro que nasça a partir de dentro, sem colonizadores ou colonizados, tendo como base de sua construção os anseios e interesses daqueles que vivem do trabalho, e que são dominados pela lógica capitalista de regulação social.

Neste sentido acreditamos que a imprensa sindical possa ser um elemento importantíssimo na construção, elaboração e veiculação dos ideais que emanam dos sujeitos que vivem do trabalho na busca de construir uma nova sociabilidade.

Desta forma a importância em compreender a territorialização dos sindicatos a partir da imprensa sindical se configura devido a sua característica de organização da ação sindical, como também, da veiculação dos projetos políticos-ideológicos dos sindicalistas emitidos para a sua base.

A comunicação sindical pode atuar junto aos trabalhadores para informar politicamente e conscientemente das investidas do capital na busca da degradação do trabalho, como também da condição existencial do próprio indivíduo que vive do trabalho. Contudo, esta perspectiva de atuação desta imprensa vai depender dos posicionamentos político-ideológico presentes nos sindicatos e expressados pelos dirigentes sindicais. (BARROS, 2013, p.22)

No próximo item aprofundaremos o debate sobre o posicionamento político-ideológico das lideranças sindicais e suas influências na elaboração da imprensa sindical. O que pretendemos deixar em evidência nesta pesquisa é que nosso estudo se caracteriza num âmbito territorial, isto é, um estudo geográfico que visa abarcar os elementos presentes na imprensa sindical dos sindicatos presentes no município de Ourinhos e os efeitos na territorialização das entidades representativas dos trabalhadores, ou seja, a partir da imprensa sindical compreender as aproximações ou o distanciamento da lógica do capital que essas imprensas expressam.

Sendo assim, como já foi descrito nesta pesquisa, os sindicatos no Brasil possuem uma territorialização determinada pelo conjunto da CLT, que garante sua atuação no âmbito territorial, neste caso temos o município como base por cada categoria, através da unicidade sindical. Este mecanismo impede a criação de outro

sindicato para a mesma categoria no seu território, também define a confederação e as federações. Essa territorialização oficial também fragmenta a classe trabalhadora, pois é condicionada por ela em categorias definidas pelos órgãos reguladores do Estado, exemplo: químicos, bancários, frentistas, entre outros. Isso cria obstáculos aos conjuntos de trabalhadores de se enxergarem enquanto uma classe única, unida e com interesses comuns, passando a se verem apenas como as determinadas categorias que estão prescritas dentro da territorialização oficial do sindicalismo no Brasil.

Por outro lado, temos a territorialização idealizada pelos conjuntos dos movimentos sociais, com novos símbolos, interesses políticos e sociais, ou seja, outra forma de ordenar e de se territorializar com outros conjuntos de ideais em um território. Neste caso, coloco o movimento sindical combativo, que pensa e idealiza outros elementos, que almeja outra sociabilidade e relação capital-trabalho, portanto que busca outra territorialização que, não essa imposta pela CLT que oficializa os sindicatos no país. Esses tipos de sindicatos buscam uma emancipação das amarraduras impostas pela legislação sindical, contra a fragmentação da classe trabalhadora e pelo direito de se organizar a partir da base, contra a unicidade sindical, a Contribuição Sindical, entre outros elementos que imobiliza os sindicatos no Brasil e coopta suas lideranças que cada vez mais estão distantes dos interesses dos trabalhadores e mais próximos dos interesses dos patrões e do capital.

2 COMUNICAÇÃO SINDICAL: O CORAÇÃO DA AÇÃO SINDICAL

Pensando na necessidade da construção de outra sociabilidade e de uma alteração da realidade enfrentada pelo sindicalismo no país, acreditamos neste presente estudo que existem ainda nesse mesmo movimento sindical, importantes elementos que podem e devem ser utilizados para a tentativa de mudar esse cenário estilhaçado que vive o sindicalismo atual.

Deste modo, como é o nosso foco deste estudo, acreditamos que a comunicação sindical, mais precisamente a imprensa, como elemento constitutivo do sindicato, pode ajudar a transformar esse cenário. Para tanto, sendo necessário compreendermos anteriormente, o papel da comunicação, assim como o seu histórico, influências políticas e ideológicas, a fim de embasar nossa afirmação sobre o papel que a imprensa sindical possui de determinar a territorialização dos sindicatos.

Neste sentido, vale destacar que por comunicação sindical compreendemos as atividades desenvolvidas pelos sindicatos na tentativa de se comunicar com a sua base, através de vários mecanismos como: jornais, boletins, corpo-a-corpo, “aviõezinhos”, revistas, televisão, rádio, e-mail, site, entre outros. Além disso, vale sempre frisar que a comunicação é diferente de informação, pois a primeira é necessariamente interativa, enquanto a segunda pode ser monológica, isto é, um fala e o outro escuta. No entanto, devemos aprofundar nossa análise e buscar compreender melhor essa comunicação sindical. Neste sentido, nos indagamos: qual é o papel da comunicação sindical dos/nos sindicatos para a organização da classe trabalhadora?

Assim, constata-se que a comunicação sindical é um dos principais elementos da ação dos sindicatos, pois a imprensa sindical é reveladora da ação ideológica dos sindicalistas. Desta forma, a dinâmica da prática sindical está estritamente ligada com a dinâmica da comunicação sindical, ou seja, a comunicação sindical está relacionada com os objetivos estratégicos da ação sindical e com as concepções políticas defendidas pelos sindicatos. Em outras palavras, como destaca Giannotti e Santiago (1996) a comunicação sindical se revela como verdadeiro coração da ação sindical, devido às suas próprias características fundamentais de ação/atuação/influência dos/nos sindicatos e para os trabalhadores.

Neste sentido, coloca Momesso (1994), encontraremos basicamente três tipos de concepções presentes na comunicação sindical brasileira, são elas: o peleguismo, o sindicato de resultado e o sindicalismo classista. Segundo o autor, estas três concepções sobre comunicação sindical vão ter posições diferenciadas no que se refere à comunicação, na forma de geri-la, e também na própria relação com a grande imprensa. Assim veremos que estas diferentes visões de concepção sobre a comunicação sindical expressam a própria política e postura de um determinado sindicato. Ou seja,

A política sindical não só determina a importância atribuída a comunicação mas também o comportamento que ela deve assumir. Enquanto o peleguismo não atribui grande importância à comunicação, o sindicalismo de negócio assume o padrão mercadológico e o sindicalismo classista se debate na tentativa de criar um modelo participativo. (MOMESSO, 1994, p.67)

Desta maneira, neste presente estudo, se faz necessário brevemente compreendermos a influencia dessas três concepções dentro do movimento sindical brasileiro.

Assim, veremos que com a institucionalização do sindicato realizada com Getúlio Vargas a partir da década de 30, deu-se origem a concepção peleguista ou amarela denominada naquela época. Esta concepção dentro dos sindicatos tem sua origem devido à institucionalização do sindicato e o seu atrelamento ao Estado, o que iria se completar com a instituição do Imposto Sindical em 1940 fazendo com que o canal de representação da classe trabalhadora fosse ordenado e se tornasse mais um meio de controle do Estado sobre os trabalhadores.

Segundo Momesso (1994) esse atrelamento do sindicato ao Estado era realizado por Vargas com várias facetas, isto é, mediante uma ação legal, mas também através da tentativa de cooptar os líderes sindicais oferecendo vantagens pessoais e ao mesmo tempo perseguia, prendia e sumia com os líderes que se demonstravam incorruptíveis, logo veremos a intervenção e o fechamento dos sindicatos que não aceitavam o seu atrelamento ao Estado. Desta forma o peleguismo é caracterizado

[...] pela sua postura burocrática, de conciliação de classe, pelo imobilismo e indiferença em relação às lutas dos trabalhadores e preocupa-se com as atividades assistenciais. Seu valor ideológico supremo é o Estado, que lhe garante o sustento e a quem presta contas. Seus guias são as normas legais ou portarias ministeriais. Atua como intermediário nos conflitos entre patrões e trabalhadores buscando a colaboração de classes e prioriza, a nível do sindicato, o trabalho assistencialista que lhe dá respaldo junto à categoria. Teve seus períodos áureos nos períodos ditatoriais. Foi responsável pelo surgimento da burocracia operária no Brasil. (MOMESSO, 1994, p.68)

Já na metade da década de 1940, o peleguismo perde espaço e o sindicalismo combativo ganhou força com a pequena abertura política e liberdade democrática existentes naquele período. Contudo com o golpe militar de 1964, modificou novamente este cenário, o que ocasionou um retardo aos movimentos sociais no Brasil. Com o golpe a concepção peleguista renovou suas forças dentro do movimento sindical brasileiro. Em relação à comunicação sindical a prática peleguista, acrescenta Momesso (1994), visa à burocratização, ações conciliadoras e indiferentes aos interesses dos trabalhadores, e mais, não privilegia a dinamização do fluxo das informações, mas sim a difusão das realizações da diretoria e a divulgação do assistencialismo em busca do reconhecimento da categoria. Logo, o peleguismo

Não objetiva formar uma consciência sindical e política, mas informar os associados sobre seus direitos legais e sobre as atividades principalmente assistencialistas do sindicato e garantir para a diretoria uma posição de poder constituindo base para a sua sustentação. (MOMESSO, 1994, p.69)

Com o ressurgimento do sindicalismo brasileiro a partir da metade da década de 1970, através das vitórias das oposições sindicais, esta prática de atrelamento e de sindicalismo assistencialista praticada pelos pelegos, entrou em decadência, o que levou esta concepção a buscar formas de se reciclar e também de se adaptar para reduzir sua “perda de terreno” frente ao avanço do sindicalismo combativo. De acordo com Momesso (1994), esta decadência do peleguismo levou as classes dominantes e a grande imprensa a apostar no sindicalismo de negócios ou no chamado sindicalismo de resultados, como o principal meio de ligação do governo e dos patrões junto às classes trabalhadoras para defender os interesses dos primeiros. Assim, veremos que

A lógica de suas concepções ajusta-se ao neoliberalismo, corrente de pensamento que corresponde aos interesses da internacionalização do capital e da economia, defendida especialmente pelos grandes conglomerados empresariais multinacionais que propõem a livre iniciativa, o livre comércio, o livre fluxo de informações e se posiciona contrariamente à intervenção do Estado na economia, deixando o campo aberto para a livre atuação destes conglomerados. (MOMESSO, 1994, p.70)

Nesta concepção, portanto, o sindicato é considerado como um instrumento de venda de mão-de-obra, devendo proporcionar através de todos os meios possíveis, a redução dos atritos entre patrão e empregados e também garantindo bons acordos e vantagens aos trabalhadores. Sendo assim, esse sindicalismo de resultados terá nas leis de mercado o seu oráculo, considerando, pois, artificiais as conquistas legais gerais dos trabalhadores obtida através de anos de batalha pelo sindicato em todo o mundo, afinal para essa concepção, as conquistas legais são inaplicáveis se as condições de mercado não as permitem.

Além disso, o sindicalismo de negócios propagandeia a democratização do capital, através da aquisição de ações pelos trabalhadores. Nesta lógica, os dirigentes sindicais precisam ser bons comerciantes, competentes e preparados, para serem bons dirigentes, ou seja, essa concepção prega a profissionalização e se colocam como apartidários, pois defende a alternância de partidos no poder o que pode propiciar a esta concepção possibilidades de barganha.

De acordo com Momesso (1994), o combate ao partidarismo praticado pelo sindicalismo de resultados é resultado de sua postura de não possuir um projeto substitutivo ao sistema capitalista, além de ser uma tática para obter apoio de diferentes partidos com suas diferentes concepções políticas-ideológicas. Além disso, a ideia de ser uma empresa de venda de mão-de-obra dos trabalhadores crava, portanto, a sua

identidade, como um sindicato reprodutor dos ideais capitalistas dentro de uma instituição de representatividade dos trabalhadores, e sua postura apolítica tenta esconder sua real identidade com a ideologia dominante. Acrescenta ainda Momesso (1994) que este tipo de concepção dentro dos sindicatos teve certo êxito a partir da década de 1980/90 graças à manutenção dos dirigentes sindicais de dois grandes sindicatos em São Paulo. São eles:

[...] o Sindicato dos Eletricitários, cuja direção foi mantida durante muito tempo por Rogério Magri, ex-ministro do trabalho, graças a composição com forças reformistas; e o Sindicato dos Metalúrgicos, cuja direção pelega se manteve no final da década de 80 através da reciclagem e de composições com partidos de esquerda e forças reformistas, vindo, sob a direção de Luiz Antonio de Medeiros, a aderir claramente ao sindicalismo de negócios. (MOMESSO, 1994, p.72)

Passemos para a última concepção apresentada neste trabalho que é a do sindicalismo classista, definido desta forma por ter um projeto de classe como coloca Momesso (1994). Esse sindicalismo classista procura mobilizar os trabalhadores, com o objetivo de conquistar melhores salários, condições de vida e trabalho, contudo não se limitando apenas à luta reivindicatória como objetivo em si mesmo, mas a partir dela unindo e organizando os trabalhadores com o caráter representativo de toda a classe trabalhadora em oposição à classe e a hegemonia dominante burguesa. Desta forma, tem na unidade o elemento vital para a ação sindical, visando à superação do capitalismo, como forma de produção e organização social, e assim visando à construção de um sistema embasado em uma nova sociabilidade que leve em conta a perspectiva da classe trabalhadora e as suas inquietudes, o que para alguns autores poderia ser a tentativa de construção de um sistema socialista.

Para a superação do capitalismo, esta vertente classista defende a existência de partidos políticos comprometidos com a classe trabalhadora, com suas aspirações históricas. Pontua ainda Momesso (1994), que neste caso, os sindicatos são vistos como escola de formação da consciência de classe e da formação política das pessoas que vivem do trabalho.

Vale mencionar que a origem desta vertente do sindicalismo no Brasil vem

[...] orientado pelos anarquistas, socialista, comunistas e outras correntes de pensamento tem uma história de lutas e resistência. Durante a ditadura que se iniciou em 64 foi perseguido e aliado dos sindicatos, como sempre ocorreu durante governos autoritários. Manteve, porém, uma atuação de resistência quase imperceptível em alguns momentos, mobilizando, organizando e conscientizando os

trabalhadores, lutando pela participação nas entidades e ganhando destaque a partir das greves do ABC em 1978. (MOMESSO, 1994, p.74)

A partir do ressurgimento do sindicalismo no Brasil, como já foi descrito neste trabalho, as oposições sindicais liderados pelas militâncias ligadas ao sindicalismo classistas foram se fortalecendo e ganhando as eleições nos sindicatos, antes dirigidos pelos pelegos durante o período militar. A consciência nascente dentro desse novo sindicalismo que surge a partir do próprio ressurgimento do movimento sindical no Brasil, no final dos anos 70, apresenta como característica principal uma consciência de que as soluções para os trabalhadores são políticas, e que a luta puramente econômica apenas irá propiciar conquistas momentâneas que logo se perderão com a inflação, o arrocho, entre outros elementos, e que, portanto, sem as conquistas políticas elas se perderão. A partir dessa congruência de forças que nasce o Partido dos Trabalhadores (PT) com a participação dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e dos Bancários de São Paulo, da oposição sindical, da igreja católica, entre outros. Dentro deste mesmo movimento de forças sociais, mais precisamente dentro do movimento sindical, nasce a CUT que vai amalgamar a maioria dos sindicalistas classistas durante o período das décadas de 1980 a 1990.

Assim, veremos que a diferença do sindicalismo de negócios para o peleguismo é que o primeiro não está simplesmente submisso ao capital, como mesmo pontua Momesso (1994), mas disputa, respeitando as “regras do jogo”, um espaço para os trabalhadores, e também se difere do sindicalismo classista, ao qual se coloca como alternativa, devido a inexistência de um discurso de rompimento com o capital, mas sim de construção de alianças e de consenso entre as classes.

Mesmo compreendendo a existência dessas três concepções sobre a comunicação dentro dos sindicatos, não podemos fazer enquadramentos simplificados do movimento sindical, como mesmo nos alerta Momesso (1994), devido à própria dinâmica e complexidade existente dentro dos sindicatos. Afinal dentro de um sindicato podem existir correntes de pensamentos divergentes, que se posicionam com diferentes concepções em relação à própria comunicação sindical, e que podem até mesmo alternar entre uma ou outra concepção de comunicação. Porém, achamos pertinente descrever brevemente, a influência dessas três concepções dentro do movimento sindical brasileiro, a fim de dar uma atenção a um aspecto que mesmo assim não deixa de ser importante num estudo desta magnitude.

Destarte, a importância da comunicação sindical para os sindicatos é que ela é o elemento de ligação entre o projeto político do sindicato e a sua ação. Nela ficam expostas as próprias concepções dos sindicalistas e suas orientações em torno do movimento sindical, e, devido às suas concepções, como vimos anteriormente, estas podem ajudar ou não a classe trabalhadora na busca por melhores condições de trabalho e de idealizar outro tipo de sociabilidade que não essa exposta pelo sistema capitalista de produção. Contudo, isto vai depender do posicionamento político ideológico de cada sindicato frente aos avanços do capital que, por sua vez, buscam sempre a exploração da classe trabalhadora em detrimento de maiores acúmulos de capital.

Cabe acrescentar o papel que a imprensa sindical – um dos instrumentos da comunicação sindical – pode desempenhar na organização dos trabalhadores, a sua própria existência está articulada à necessidade dos sindicatos em (in)formar os trabalhadores, a sua forma de organização é reveladora também desta leitura de mundo e particularmente dos objetivos dos sindicatos para os dirigentes. Ou seja, a depender de como é organizada a imprensa sindical e a comunicação sindical podemos compreender como os dirigentes entendem o papel dos sindicatos.

2.1 A imprensa sindical: um elemento importante da comunicação sindical

Diante do exposto sobre a comunicação sindical, como o elemento fundamental da ação dos/nos sindicatos, buscar-se-á neste momento, discutir sobre a importância da imprensa sindical e as suas contribuições nos diferentes momentos históricos que influenciaram o movimento sindical no Brasil.

Para tanto, veremos que a imprensa sindical nasce como a imprensa operária, não que sejam a mesma, afinal a imprensa operária tem um alcance maior que a primeira. Isto é, a existência da imprensa operária, destaca Ferreira (1988), está no fato de que ela sempre estará ligada a alguma forma de organização da classe trabalhadora, seja partido político, sindicato ou outra espécie de agremiação. Contudo, acrescenta a autora que o fato de ser uma imprensa ligada e produzida por operários do ponto de vista do emissor, e vista pelo receptor é, aquela que tem seu conteúdo dirigido prioritariamente ao público operário, que tenha seus conteúdos voltados aos problemas que atingem a esta classe social. Porém, revela ainda a autora que, a imprensa operária é também aquela produzida por não operários, que, todavia visam este público, que trabalham temáticas operárias e que defendam a perspectiva do operariado.

O veículo de comunicação da classe trabalhadora – quer seja representante de sindicato ou de partido – não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc. produzido pela coletividade e para ela mesma. O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passível, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização. (FERREIRA, 1988, p.6)

Desta forma, a comunicação se torna um mecanismo ou instrumento de intercâmbio, de interatividade entre os trabalhadores e os sindicatos, e não um mecanismo de dominação ideológica e de controle. A imprensa operária não pode ser avaliada de forma desvinculada do movimento operário, pois ambas estão relacionadas na história das lutas travadas pela classe trabalhadora, e também são produtos da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capital industrial, como pontua Ferreira (1988).

A história da imprensa operária é dividida segundo Ferreira (1988) em três etapas. A primeira etapa está relacionada ao início do processo de urbanização no país, junto com o processo de transformação ocorrida no Brasil na virada do século XIX para o XX, tendo seu fim entre 1922 e 1930 com a mudança de orientação sofrida pelo operariado brasileiro e o processo de industrialização, esta etapa pode ser definida como anarcossindicalista. A segunda etapa é considerada desde a fundação do PCB até o golpe de Estado ocorrido em 1964. Nesta segunda etapa há dois importantíssimos eventos para a compreensão da história do trabalhador brasileiro: o nascimento do PCB, que mudou a orientação da organização operária; e o getulismo que colocou os sindicatos sobre controle do Estado, sendo assim, esta fase pode ser denominada como uma imprensa sindical-partidária. Por fim, a terceira etapa é definida pelo momento de ressurgimento do sindicalismo no Brasil, após sofrer anos de desbaratamento e intervenção do Estado autoritário durante a ditadura militar. E aí, nessa fase, segundo Ferreira (1988), teremos uma imprensa sindical propriamente dita.

No entanto, antes de entrar propriamente na análise de cada etapa da imprensa operária no Brasil, e nos aprofundarmos nesta discussão, se faz necessário antes esclarecermos algumas de suas peculiaridades em relação a outros países.

A imprensa sindical brasileira é um fenômeno ímpar na experiência sindical internacional. Ela tem estrutura própria, periodicidade e capilaridade proporcionada pelo modelo sindical em vigência: sindicatos por ramos econômicos, por categoria profissional verticalizados a partir da base do município; federações estaduais, regionais e nacionais; confederações por categoria econômicas e as centrais sindicais. O que, em parte, a torna responsável pela

significativa participação dos trabalhadores nas lutas organizadas pelos sindicatos. (FÍGARO, 1993, p.5)

Compreendendo assim suas peculiaridades devido a sua própria estrutura, forjada por Vargas e sobrevivente a consecutivas novas Constituições Nacionais, entraremos mais profundamente, neste momento, em cada etapa das imprensas do sindicalismo brasileiro.

Neste sentido, em meados do século XIX, as Associações de Trabalhadores Livres com o caráter de ajuda mútua se constituíram nas primeiras experiências de organização dos trabalhadores. Porém, coloca Fígaro (1993), será apenas com os imigrantes, em sua maioria de italianos, em decorrência da crise capitalista que assolava o continente europeu ou por serem foragidos da repressão política, que impulsionaram as lutas operárias no país. Contudo, a participação dos intelectuais, será também significativa na difusão das doutrinas socialistas no meio operário.

Neste primeiro momento, a orientação que predominou na imprensa sindical era anarcossindicalista e as principais características dos jornais eram seu caráter esporádico, ele aparecia quando existia um movimento a ser desencadeado, no período de gestação e preparação para as greves e em outros eventos. Nesta fase os operários eram os próprios jornalistas que produziam os jornais.

Não era o jornal que procurava a notícia, mas ao contrário. Era farto o material que chegava às „redações“: cartas, relatórios sindicais, notícias de greve, chamadas para assembleias e reuniões. A periodicidade, o formato e o número de paginas eram determinados pela necessidade dos acontecimentos e, principalmente, pelos recursos financeiros. (FÍGARO, 1993, p.8)

Já na segunda etapa a imprensa operária sofre uma mudança radical, a partir da existência do PCB os principais jornais operários estarão ligados a partidos políticos, como pontua Ferreira (1988), o que na fase anterior não ocorrera devido à orientação anarcossindicalista ser apartidária e, enquanto esta nova imprensa é antes de tudo partidária.

Com a chegada ao poder de Vargas e o atrelamento dos sindicatos ao Estado crescerá a presença do peleguismo nos sindicatos e a perseguição às lideranças do PCB e do anarcossindicalismo, devido às suas orientações políticas, acirradas com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Depois da guerra o país viveu um curto período democrático cessado com um novo golpe, os dos militares patrocinados e defendidos pelos setores mais retrógrados da sociedade brasileira. Neste período, a intervenção aos

sindicatos é novamente realizada e o fenômeno do peleguismo cresce com o afastamento e perseguição aos sindicalistas combativos. Os jornais sindicais durante o período da ditadura tinham suas páginas ocupadas com festas, assistencialismo, leis, notícias da grande imprensa, entre outras. Este cenário só mudará com as greves do final da década de 1970.

Já a imprensa sindical volta a emergir como instrumento de luta com o ressurgimento do sindicalismo combativo no Brasil. Sua principal diferença entre as outras duas, segundo Ferreira (1988), é que esta dá maior importância a uma avaliação da imprensa de classe, além de não ser feita por operários em tipografias ou gráficas cedidas aos operários, mas sim por gráficas pertencentes ao sindicato e, muitas vezes, elaborada por profissionais contratados pelos sindicatos, no caso jornalistas, o que difere da imprensa operária em que as notícias são elaboradas pelos próprios operários em uma troca constante de interação entre o sindicato e a base. Para a autora a figura do jornalista operário nessa fase tende a desaparecer.

A partir da década de 1980 há uma grande mudança no movimento sindical. Os sindicatos mais fortes criam o Departamento de Comunicação, e o crescimento econômico dos sindicatos permitem a profissionalização de sua imprensa que passa a ser produzida por sindicatos fortes e distribuída regionalmente. Neste período os sindicatos conseguem adquirir toda uma estrutura para montar seus Departamentos de Imprensa, com até mesmo funcionários especializados contratados pelas lideranças sindicais.

Mas o porquê da importância da comunicação sindical, ou melhor, da imprensa sindical para os sindicatos? Como já exposto neste estudo, a imprensa sindical é o elemento de grande importância para os sindicatos, afinal é o canal de ligação entre o projeto político ideológico do sindicato e a ação dos próprios sindicatos, ou seja, é o mecanismo de veiculação das informações entre as lideranças sindicais e a base dos trabalhadores. Desta forma, as notícias contidas nesta imprensa e o caráter do conteúdo trabalhado no mesmo podendo indicar ou não a postura do sindicato frente os interesses da própria classe trabalhadora, e também o papel dos sindicatos na própria luta de classes.

Outra característica importante é que o próprio ato de se comunicar é carregado de ideologias, e a grande imprensa utiliza-se de todo o seu aparato para tentar desmobilizar e fragmentar a classe trabalhadora, ficando claro seu interesse de defender

a exploração exacerbada do capital, acentuando a exploração, precarização, degradação das condições do trabalho dos trabalhadores.

Logo, a comunicação sindical e mais precisamente a imprensa sindical são muito mais do que um meio de comunicação, afinal são fenômenos da atividade humana, vinculados aos processos culturais, sociais, políticos. E esta imprensa sindical tem o dever por herança de ser o veículo de comunicação das classes trabalhadoras. Nela deve ficar exposta e ser contada a história da luta dos trabalhadores por eles mesmos. Este elemento do sindicato deve buscar contrapor os grandes meios de comunicação que defende o *status quo* da sociedade burguesa, pois

Os meios de comunicação não são apenas instrumentos para comunicar, estão vinculados à produção e podem influenciar a conduta humana, estimulando, organizando, desorganizando, ativando ou não indivíduos sociais. (FERREIRA, 1995, p. 16)

Portanto a imprensa sindical

[...] destaca-se como instrumento de comunicação com características próprias, produzida a partir de uma perspectiva diferenciada e de outro lugar social. Pressupõe a existência de ação organizada de um setor da sociedade em oposição a outro. Nela os trabalhadores assalariados aparecem como agentes determinantes do processo de comunicação. (FÍGARO, 1993, p.3)

No entanto, como foi abordado neste item, o papel classista da imprensa sindical vai depender, entre outros fatores, da postura das lideranças sindicais e do projeto político-ideológico dos sindicatos. Assim, a imprensa sindical se destaca como um elemento importantíssimo da comunicação sindical, e, portanto, da ação sindical, por ser um instrumento que pressupõe uma perspectiva diferenciada e de ação organizada, na busca de formar um contra-espço de resistência dos/pelos trabalhadores ao avanço expropriante do capital.

Esse avanço não se dá apenas no campo da materialidade, mas também na luta ideológica, simbólica e cultura é um campo de disputa do capital que buscar influenciar na conduta humana e desmobilizar os focos de resistência a essa sociabilidade dada pelo capital. Sendo assim

A disputa hegemônica racha a estrutura espacial num confronto de espaço e contra-espço, opondo, de um lado, a unidade, a homogenia e a identidade, reunidas no espaço como tal instituído, e, de outro lado, a diversidade, a heterogenia e a diferença, reunidas num contra-espço. (MOREIRA, 2001, p.8)

Portanto, vale afirmar, de acordo com Ferreira (1995), que a principal diferença entre a imprensa proletária e a imprensa sindical está no fato de que com as mudanças sofridas nos sindicatos, originaram novos elementos dentro do sindicalismo que mudaram a feição da imprensa operária. Com o surgimento do novo sindicalismo surgiu também uma nova imprensa dentro dos sindicatos que já não mais se assemelhava à imprensa proletária, esta nova imprensa já não tinha mais a figura do operário como principal elemento de elaboração dos seus jornais. Aí então se concretiza a imprensa sindical, assim denominada, buscando profissionais especializados para assumir a elaboração de jornais, folhetins, entre outros elementos da comunicação sindical.

Para Ferreira (1995) há também diferença no conteúdo abordado entre as duas imprensas. Segundo a autora enquanto a imprensa operária tem seu conteúdo como o resultado de um conjunto de informações, preocupações e propostas, etc., sendo produzido pela coletividade e para ela mesma. A figura do jornal para essa imprensa se apresenta como um instrumento de informação, conscientizador e de mobilização, onde o receptor não é um elemento passivo, e sim alguém que possui interesses comuns e participantes da mesma forma de organização.

Já a imprensa sindical que deveria representar as aspirações da categoria representada pelo sindicato esta refém, em muitos casos, da diretoria sindical, ou seja, esta imprensa representa muito mais a diretoria e às vezes o partido político ligado a ela do que os próprios trabalhadores da categoria. Desta forma a imprensa sindical está ligada ao posicionamento político-ideológico que as lideranças sindicais assumem e que expressam nas suas ações, podendo de acordo com o seu posicionamento contribuir ou não com os ideais capitalistas em detrimento dos interesses dos trabalhadores, ou então, ser de fato uma imprensa classista que busque a emancipação dos trabalhadores e uma nova sociabilidade que não seja imposta pelo capital. Eis então o que buscamos neste estudo, analisar como se configura nos últimos anos a imprensa sindical nos sindicatos sediados em Ourinhos.

2.1.1 A importância de se estudar a territorialização da imprensa sindical na ciência geográfica

O estudo da comunicação sindical na ciência geográfica está ligado ao fato de que o ato de se comunicar vai além de apenas passar informações entre o fornecedor e o

receptor. A comunicação está ligada ao fenômeno da atividade humana vinculado aos processos culturais, políticos e sociais. Tendo estas características, a intencionalidade em que se utilizam os meios de comunicação pode contribuir ou não para o movimento sindical formular/utilizar esses mecanismos junto a sua base de trabalhadores para fomentar ações, classistas ou não, como também criar mecanismos de defesa perante a mídia comercial e até mesmo arregimentar a classe trabalhadora em defesa de seus próprios interesses como ocorrera no início do século XX, com os movimentos anarquistas e comunistas no Brasil.

Nesta perspectiva, vale salientar que entendemos então a imprensa sindical como importantíssimo elemento dentro do movimento sindical, e que, sobretudo, é um elemento veiculador do programa político-ideológico dos sindicatos. Neste sentido, o motivo de se utilizar a comunicação sindical como mecanismo de compreensão sobre os posicionamentos políticos-ideológicos, é que este também revela a configuração da luta de classe no campo simbólico, ou seja, no campo das representações simbólicas que se diferenciam de acordo com suas concepções distintas de comunicação e que se orientam em diferentes linhas políticas. Assim veremos duas realidades, uma

[...] grande imprensa portadora do discurso dominante estrutura-se como uma empresa de mercado, com forte hierarquização e autoritarismo, assumindo como perspectiva a satisfação do cliente, subsumindo o papel formador de opiniões da imprensa, de outro lado a comunicação sindical portadora do discurso dos dirigentes sindicais, em que na identificação com o projeto operário, organiza-se, ou pretende se organizar, para exercer a contra-voz, utilizando a comunicação sindical como instrumento de consecução da contra-hegemonia. (CARVALHAL, 2000b, p.113)

Deste modo, diante dessas dualidades presentes na imprensa sindical verificamos como essa comunicação sindical é um instrumento estratégico, mas que deve ser usado na luta para conscientizar e convencer os trabalhadores sobre os projetos políticos dos sindicatos, porém coloca Carvalho (2000b), que o sindicato não está imune ao movimento da própria sociedade, dos mecanismos da grande imprensa que tenta influenciar na conduta humana e o de criar ou manter uma sociedade voltada às determinações do capital. Assim, estamos diante de uma difícil tarefa, porém necessária para a análise crítica desses elementos sindicais num estudo geográfico. Afinal,

Como geografia é fundamental estabelecermos os liames dos sujeitos sindicatos na luta de classes, ou seja, como agem na resistência ou apoio às formas materiais e ideológicas do desenvolvimento capitalista, contrariando ou não sua territorialização, pois os sindicatos ao se negarem como contradição do capital agem como sujeitos do

aperfeiçoamento do capital, em suas variadas escalas. (CARVALHAL, 2009, p.160)

Destarte, acreditamos que sendo a comunicação mais do que um mero instrumento para se comunicar como mesmo apresenta Ferreira (1995), são, contudo, instrumentos de veiculação da produção e podem influenciar na conduta humana, estimulando, organizando, desorganizando, ativando ou não os indivíduos sociais. E segundo a autora, a história oficial junto com a grande mídia de mercado tentam (re)escrever uma história sem atritos entre as classes sociais, uma história onde as lutas do proletariado são relativizadas, suavizadas, e assim a imprensa sindical é um dos poucos depositários onde os próprios trabalhadores podem relatar e contar a partir das suas próprias experiências e perspectivas a história de suas lutas travadas contra as classes dominantes, lutas onde se perderam vários heróis anônimos, mas também de vitórias, e de muitas derrotas que a grande mídia não busca relatar. Desta forma, cabe à imprensa operária a importante tarefa de contar e resgatar, mas também de difundir a memória das lutas da classe trabalhadora no decorrer da história. Ou seja, cabe a essas imprensas sindicais terem o papel, o propósito de transformação e melhorias à sua classe, indo na contramão da grande mídia.

Deste modo sendo a comunicação sindical, mais especificamente neste estudo a imprensa sindical, um elementantíssimo para os sindicatos na luta de classes, que ora pode ajudar a avançar na busca da emancipação da classe trabalhadora, e ora pode ser utilizada como forma de manter o *status quo* da sociabilidade capitalista em que estamos inseridos, o que vai depender do projeto político-ideológico dos sindicatos e de sua atuação frente aos avanços do capital no mundo do trabalho.

O que buscamos neste estudo, portanto, é a compreensão das contradições dentro da imprensa sindical a partir de uma leitura pelo viés da Geografia do Trabalho, utilizando das categorias de análises dessa ciência para compreender a conflituosidade presente no mundo do trabalho.

Sendo assim, acreditamos que a Geografia do Trabalho deve ser entendida tanto na relação metabólica homem-meio quanto na relação da regulação da sociedade-espaco, e tendo a introdução das suas categorias de análise que são fundamentais para compreender a realidade. Por fim, estas atendem ao estudo crítico referente aos desafios e conflitos que se apresentam aos sujeitos trabalhadores em sua sociabilidade imposta pelo capital, que busca criar um cenário de fragmentação do trabalho (categorias) e expropriação do trabalho.

Logo, apresenta-se a importância do estudo e reflexão do trabalho na Geografia. Afinal o trabalho é de acordo com Marx (1984), a ação que se dá entre o homem e a natureza, esta relação modifica tanto o homem como a própria natureza e os frutos dessa interação são pré-concebidos pelo próprio homem, mostrando toda a dialética existente dentro desta relação ontológica. Esta relação entre o homem e a natureza pode ainda ser discutida, como coloca Moreira (1994) onde

A natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existencialidade humana. Mas como é o trabalho que está verdadeiramente tecendo a dialética da história, é ele que faz o homem estar na natureza e a natureza estar no homem. Dito em outras palavras: é ele que faz com que a sociedade seja a dialética histórica-natureza. E o trabalho pode ser esta dialética porque ele não é mais do que um intercâmbio de matéria entre o homem e a natureza. É o trabalho que, ao tempo que funde o homem com a natureza, dela o demarca. O homem, sabemos disso, é o único animal que se reproduz conscientemente. (MOREIRA, 1994, p.81)

Compreendendo, pois, o trabalho como categoria ontológica do ser social, veremos segundo Thomaz Júnior (2002b) que o paradigma fundamental dos estudos do trabalho na Geografia deve se manter com atenção para a dialética do processo social, isto é,

[...] o trabalho sob o enfoque geográfico, é compreendido por nós, pois, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu ir sendo ou em seu vir a ser está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. A dupla linha de ação entre a ideiação, a previsibilidade (a finalidade), enfim a teleologia (inexistente na natureza), e a materialidade fundante (causalidade), formam uma conexão interativa que solda a práxis ontológica do trabalho diante do agir societal. (THOMAZ JÚNIOR, 2002b, p.4)

Contudo, esta relação do trabalho entre o homem e a natureza no sistema capitalista de produção, assume seu caráter historicamente determinado de produtor de valor de troca. O trabalhador não se reconhece mais como agente principal desta relação, esta relação é estranhada, é desapropriado do resultado de seu trabalho. Por isso, devemos compreender que

[...] o trabalho enquanto ato teleológico redefine constante e contraditoriamente o processo social e o espaço geográfico. Entendemos que a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações. (THOMAZ JÚNIOR, 2002b, p.5)

Sendo assim o processo de trabalho como revela Moreira (1994), possui sua materialidade em formas que ao mesmo tempo do trabalho derivam, e a ele reverterem, e são geradas tendo esse fim. E para a Geografia esta materialidade dialética articulada com o processo do trabalho é espaço geográfico. Afinal

Espaço e trabalho estão numa relação de aparência e essência: o espaço geográfico é a aparência de que o processo historicamente concreto do trabalho (a relação homem-meio concreta) é a essência. (MOREIRA, 1994, p.85).

Para o capital, o trabalho só é produtivo quando for trabalho produtor de mais-valia, logo o trabalho que não gera mais-valia é trabalho improdutivo. E ainda segundo Moreira (1994), para produzir mais-valia e garantir sua apropriação e realizá-la, o capital cria o espaço geográfico apropriado, o espaço do capital. E esse espaço do capital é dotado a um só tempo, da relação econômica e da relação de poder.

Portanto, diante desse estudo, visa-se entender a importância e a dinâmica organizacional dos sindicatos para a classe trabalhadora nos dias atuais. Diante disso, as imprensas sindicais servem como um mecanismo de constatação do meio interlocutor comunicacional e informativo dos e para os próprios trabalhadores, constituindo-se como um possível mecanismo de luta e resistência frente aos interesses do capital, daí a relevância deste estudo sob um viés geográfico.

Afinal, como já destacamos, a imprensa sindical é um importante instrumento metodológico para vislumbrarmos os diferentes posicionamentos políticos dos sindicatos, aspecto importante para entender a territorialização dos sindicatos e dos trabalhadores, pois tais posicionamentos deixam marcas no território ao assumirem posturas de confrontação/resistência/conformação à dinâmica territorial do capital.

Para tanto se faz necessário definirmos o que neste estudo trataremos por território, que segundo Moraes (2005), é decorrente de um processo histórico da relação entre sociedade e espaço, sendo uma entidade de movente transformação, que está relacionada a um grupo social que o ocupará e o explorará, isto é, dotará este território de um uso social, daí a dita territorialização.

Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referencia para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. (MORAES, 2005, p.59).

Além disso,

O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território. (SAQUET, 2007, p.127)

Contudo, é necessário diferenciar espaço e território, pois essas duas categorias de análise geográficas são fruto de muita confusão entre os geógrafos. Essas duas categorias não são termos equivalentes nem sinônimos, como revela Saquet (2009), já que fundamentalmente o espaço está em posição que antecede o território, pois este é gerado a partir do espaço e constitui o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. O ator ao se apropriar concretamente ou abstratamente de um espaço, territorializa-se. O ato de projetar no espaço a construção de um território, através do trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades que apresenta uma comunidade ou até mesmo uma sociedade.

O território, portanto, poderia ser entendido de acordo com Saquet (2011) como produto

[...] de relações sociais organizadas tanto política como espacialmente e, ao mesmo tempo, como um importante conceito que poderia orientar a organização política e a conquista de melhores condições de vida, ou seja, a transformação social. (SAQUET, 2011, p.39)

Desta forma, o que se constata é que o território vem carregado de relações sociais e relações de poder, de modo que este conjunto de relações proporciona um conjunto de dinâmicas, movimentos, jogos de forças, interesses, discursos e ideologias, o que neste presente estudo, partilharemos como uma ideia básica para o que se entende por territorialização, no caso em específico a territorialização da imprensa sindical no município de Ourinhos-SP. Afinal, tanto o território como a territorialização “[...] são o elo entre o ator e o objeto, e resultam nas marcas objetivadas pela busca do domínio sobre o espaço.” (HEIDRICH, 2009, p.275).

Pensando nisto, partilhamos da ideia de que a territorialidade

[...] representa os vínculos que determinado indivíduo e/ou grupo social possuem com um ou mais territórios materiais (físicos) ou imateriais (virtuais), como algo subjetivo, ligado à percepção. A identidade individual ou coletiva é decorrente do reconhecimento e da valorização das territorialidades, haja vista que estas são fundamentais

para a construção de identidades. (CANDIOTTO; SANTOS, 2009, p.321)

Portanto, entendemos que o território, como bem explicado por Saquet (2009), é o produto dos atores sociais, pois são esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada que é o espaço. E a apropriação concreta ou abstrata de um espaço, dotada de sentidos, símbolos, utilidades, vem através da apropriação de um ator se tornar a territorialidade de um espaço, ou seja, é aquilo que pode diferenciar ou não um território de outro no espaço geográfico.

Sendo assim um movimento sindical comprometido com as reais necessidades da classe trabalhadora, buscará através dos seus instrumentos de luta contra a sociabilidade imposta pelo capital, formas de romper com a lógica predatória e precarizante que aterroriza o mundo do trabalho e os trabalhadores. E neste estudo sobre a imprensa sindical e a sua territorialização que buscamos vê-la como um instrumento classista, na organização dos interesses de classe, contrapondo-se a ofensiva do capital, e assim idealizar e buscar um contra-espaço onde a sociabilidade seja determinada a partir daqueles sujeitos que vivem do trabalho.

Logo, a imprensa sindical é um importante instrumento metodológico para vislumbrarmos os diferentes posicionamentos políticos dos sindicatos, aspecto importante para entender a territorialização dos sindicatos e dos trabalhadores, pois tais posicionamentos deixam marcas no território ao assumirem posturas de confrontação/resistência/conformação à dinâmica territorial do capital. Neste sentido o que se constata é que o território vem carregado de relações sociais e de relações de poder, determinando um conjunto de relações que proporciona múltiplas dinâmicas, ou seja, movimentos, jogos de força, interesse, discursos e ideologias. O que neste estudo partilhamos como ideia básica para o que se entende por territorialização.

Neste sentido os sindicatos, enquanto entidades de representação coletiva dos trabalhadores assalariados possuem uma territorialização dependente do desenvolvimento capitalista, de forma que sua existência é precedida pelo processo de assalariamento, ou seja, a transformação das relações de trabalho em trabalho assalariado. Portanto a desigualdade espacial do assalariamento é a condição primária para a territorialização diferenciada dos sindicatos. Obviamente que essa condição primária é insuficiente para entender como os sindicatos reagem de formas diferenciadas aos processos precarizantes do capital. (BARROS; CARVALHAL, 2013, p.23)

Para isso a própria trajetória local de constituição dos sindicatos nos fornece elementos, isto é, nos revela as suas variadas territorialidades para que possamos

analisar e investigar seus desdobramentos nos lugares. E assim, a compreensão da dinâmica da luta de classes manifesta na imprensa sindical é, portanto, o desafio a ser enfrentado, constituindo-se como um instrumento metodológico que permita-nos apreender seus usos e com isso tecer considerações sobre a territorialização sindical, ou seja, as particularidades que assumem em Ourinhos, suas relações com a dinâmica sindical nacional, as lutas e omissões diante do quadro geral e particular de precarização do emprego no município.

3 A TERRITORIALIZAÇÃO DOS SINDICATOS EM OURINHOS

Antes de debruçarmos sobre a discussão da territorialização dos sindicatos em Ourinhos se faz necessário, primeiramente, uma pequena contextualização histórica da cidade (recorte espacial desta pesquisa). Afinal os processos históricos que levaram o surgimento desta cidade são de suma importância para a compreensão dos elementos que possam influenciar na dinâmica local dos sindicatos presentes no município.

Posteriormente, isso nos possibilitará adentrar na análise empírica da pesquisa, a partir da entrevista realizada com as lideranças sindicais de Ourinhos, e da coleta e análise dos materiais obtidos durante a pesquisa de campo.

Por fim, permitindo que haja uma maior compreensão da realidade sobre o foco desta pesquisa, que é o de compreender e discutir a territorialização da imprensa sindical em Ourinhos.

3.1 Contextualização histórico-geográfica da área de estudo: o município de Ourinhos/SP

Diante desse estudo, sobre a territorialização da imprensa sindical, sentimos a necessidade de realizar uma breve contextualização histórica e geográfica da nossa área de pesquisa, no caso o município de Ourinhos, localizado no oeste do Estado de São Paulo.

Deste modo, a título de localização, o município de Ourinhos representado na Figura 1, está localizado na divisa do norte do estado Paraná com o estado de São Paulo, nas coordenadas 22°58'28"S e 49°52'19"W, possuindo uma área de 296 km² e uma população de aproximadamente 104.542 habitantes (IBGE, 2009).

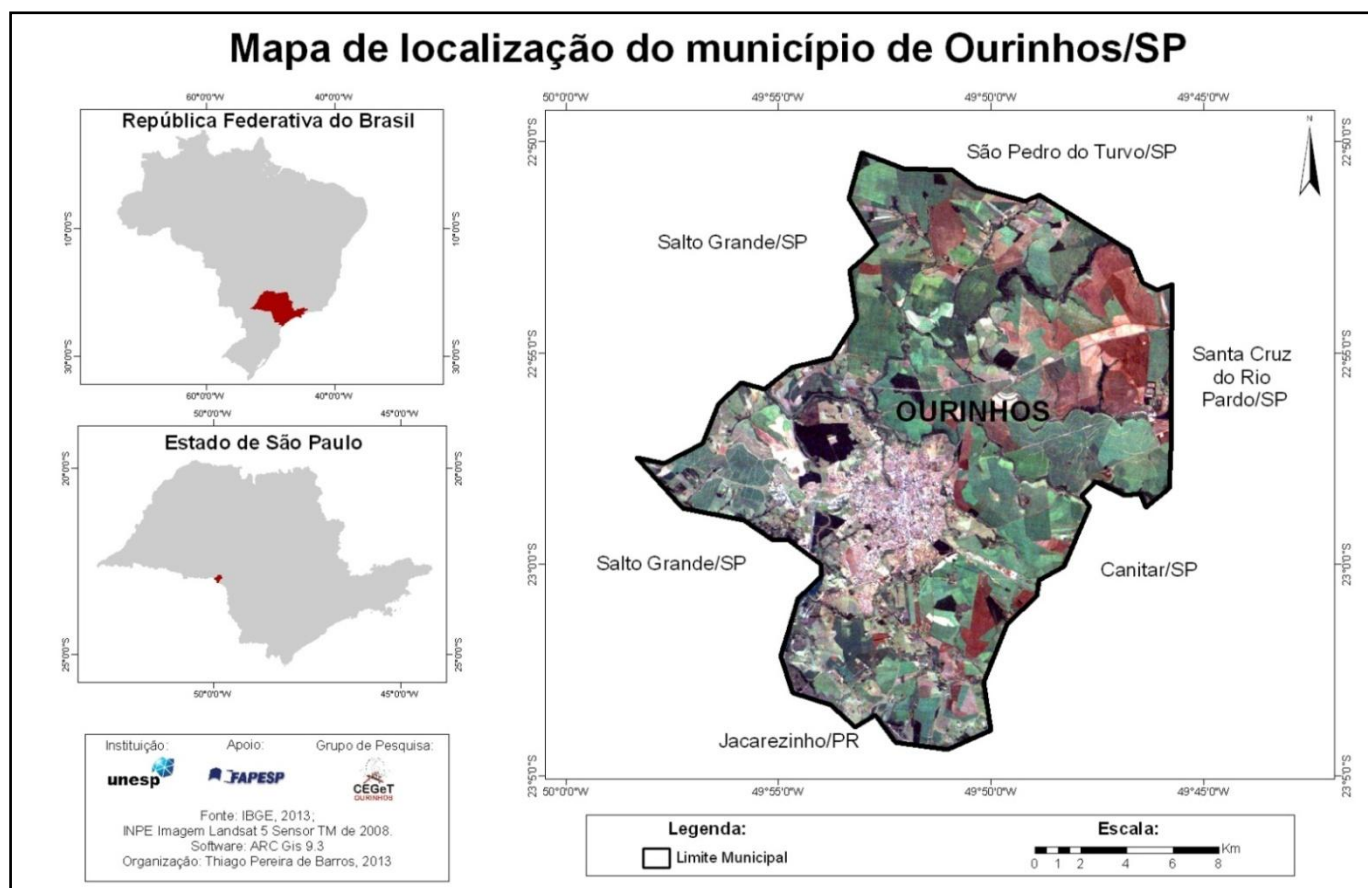


Figura 1: Localização da área de estudo: município de Ourinhos – SP.

É importante comentar que a região que deu origem a criação da cidade de Ourinhos em 1918 tem seu desenvolvimento histórico e espacial de acordo com Oliveira Filho (2011) ligado a vários fatores econômicos e de sucessivos processos de colonização, o que resultou em povoamentos decorrentes de iniciativas estatais e particulares, caracterizando assim atuações diferenciadas e com propósitos distintos de acordo com cada agente. Neste sentido, de acordo com o mesmo autor, vale mencionar que a porção Oeste do Estado de São Paulo e a Norte do estado do Paraná tiveram processos distintos de povoamento. O primeiro está ligado à fase pastoril, que ocorreu em meados do século XIX e foi caracterizado pelo avanço de contingentes populacionais oriundos do estado de Minas Gerais que vinham com o intuito de continuar suas atividades de origem, a criação de gado bovino. Já a segunda está ligada ao pioneirismo agrícola, tal atividade ligada ao cultivo da monocultura de café e algodão no início do século XX. E por fim, um terceiro movimento, ligado ao processo de desconcentração urbano-industrial que atinge a metrópole paulista e brasileira a partir do ano de 1970, contudo este processo irá influenciar muito pouco a região de Ourinhos devido a sua localização e a distancia do eixo preferencial que tomou essa fase

de desconcentração industrial da metrópole paulistana, o eixo rodoviário Anhanguera/Bandeirantes e Via Dutra.

Vale ainda esclarecer, segundo dados disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Ourinhos³, que a cidade passou de um pequeno povoado à Distrito da Paz subordinado a Salto Grande de Paranapanema em 1915, e em 13 de dezembro de 1918 foi elevada a categoria de município sendo que sua instalação se deu apenas em 20 de março de 1919.

O principal fator de dinamismo da economia ourinhense e de sua região ocorre com o avanço do café no Oeste Paulista junto ao Rio Paranapanema no final do século XIX, e também pela chegada de imigrantes italianos que se dedicaram ao cultivo do café e do algodão. Este elemento vai se configurar como o principal fator de organização regional destes espaços, pois esta atividade agrícola proporcionou um grande enriquecimento econômico neste período histórico.

Como continuidade deste progresso da cidade foi criado em 1908 o posto da Estrada de Ferro Sorocabana, que após quatro anos se transformou em uma estação, servindo de baldeação aos passageiros com destino a cidades vizinhas de Ourinhos como, Jacarezinho/PR, o que proporcionou um desenvolvimento importante à cidade.

Assim, como é possível constatar, o município de Ourinhos em sua gênese tinha o propósito de servir como base logística da ferrovia Sorocabana em sua expansão rumo ao interior paulista a partir de 1908. Essa função original acabou por lhe legar uma configuração territorial e expansão urbana marcada pelo traçado do entroncamento férreo e, posteriormente o rodoviário, os quais na atualidade dão a sensação que recortam a malha urbana de forma arbitrária. É sob a égide dessa espacialidade de nó de sistemas de transportes que o espaço urbano de Ourinhos cresceu, margeando trilhos e estradas, preenchendo seus recortes e indo além desses. Respeitando a um sistema de normas voltadas ao bom desempenho dos escoamentos de produtos extraídos e produzidos na região como: madeira, café, gado, cana-de-açúcar e outros (SANTOS, 2011 apud SILVEIRA, 2011).

No entanto, a crise econômica de 1929 afetou profundamente a atividade cafeeira, levando a região de Ourinhos, a buscar novas culturas alternativas ao

³ Informação obtida na página da Prefeitura de Ourinhos sobre a História do município. Disponível em: <<http://www.ourinhos.sp.gov.br/conteudo/mostrar/id/756/titulo/Hist%C3%B3ria>>. Acessado em: 25/02/13.

desenvolvimento econômico, sendo assim a cana-de-açúcar apareceu, substituindo os espaços agrícolas destinados aos cafezais, ambiente favorável para a implementação de futuras agroindústrias sucroalcooleiras. Desta forma, veremos a mudança da produção de café e algodão para o fortalecimento das culturas de cana-de-açúcar, milho, feijão, e outras.

Já nos anos 70, com a modernização agrícola há uma severa diminuição da população rural. Contudo em meados daquela década com a instalação de indústrias não relacionadas ao segmento agroindustrial, a instalação de instituições de ensino superior e o crescimento do comércio fomentaram a recuperação da economia. Porém, vale mencionar, que esses setores da economia apresentam pouco desenvolvimento nos últimos anos, por outro lado, a diversificação de culturas e a iniciação do turismo ajudaram a elevar o índice de desenvolvimento da cidade.

Em 1980 ocorre uma reorganização do espaço agrário de Ourinhos, onde o café deu lugar aos cultivos de cana-de-açúcar, soja, milho, laranja, mandioca, arroz e feijão, entre outros. E atualmente junto a Assis, Ourinhos vem se consolidando como um pólo comercial e de serviços para os Municípios da região. Devido à alta produtividade agrícola, relacionada à produção de cana-de-açúcar, Ourinhos é um dos principais distribuidores de combustíveis para a região Sul do país.

Desta forma, o que se observa atualmente é que o município ourinhense tem sua economia baseada no setor de serviços, seguida do setor industrial e agroindustrial – setores estes que se intensificaram a partir da desconcentração industrial em São Paulo a partir dos anos 60, como é o exemplo da empresa Café Jaguari, a Usina São Luís, etc. Além disso, a cidade está rodeada por um sistema ferroviário e rodoviário que compreende as Rodovias Transbrasiliana, Raposo Tavares, Orlando Quagliato e Melo Peixoto.

Em relação à economia do município de Ourinhos veremos que esta apresenta um PIB de R\$ 1.779.969,00⁴. Sendo que o setor da economia municipal que mais contribui para esse valor é o de Serviços, com uma receita de R\$ 1.115.659,00, seguido pelos demais setores: a Indústria, com um valor adicionado de R\$ 458.642,00; impostos com R\$ 176.060,00; e o setor Agropecuário, com um valor adicionado no valor de R\$ 29.608,00, como podemos melhor observar no Gráfico 1, que segue abaixo.

⁴ Dados do IBGE Cidades, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado em: 07/03/2012.

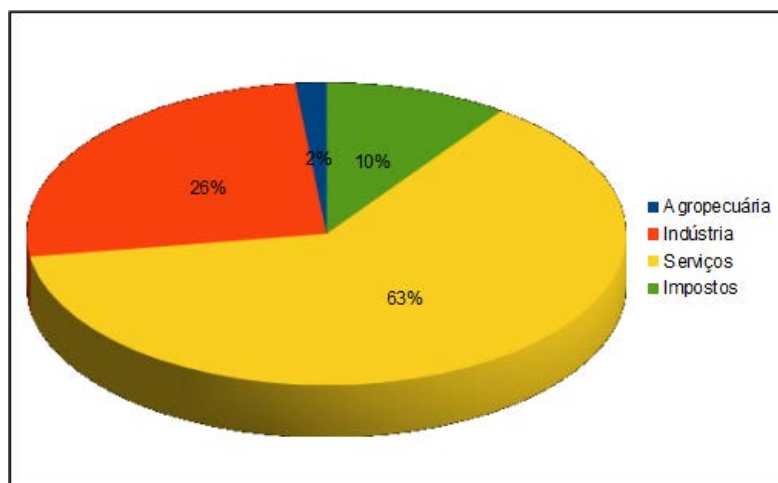


Gráfico 1: Participação dos setores no PIB. Fonte: IBGE, 2010, organizado pelo autor (2013).

No município de Ourinhos, segundo dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵, possui uma população de 103.035 habitantes, sendo que deste total temos o número de 27.076 trabalhadores com carteira de trabalho assinada, distribuído pelos setores da economia. Constatase que o setor da economia que mais emprega é o de Serviços, com um número de 21.118 trabalhadores representando 43,65% do total de trabalhadores ocupados. Em seguida vem o setor de Comércio com 10.129 trabalhadores, representando 20,94%; a Indústria com 7.482 trabalhadores, representando 15,47%; a Agropecuária com um número de 1.632 trabalhadores, representando 3,37%; a Construção Civil, com um número de 3.799 empregados, representando 7,85% e, por fim, o setor de Serviços Indústrias de Utilidade Pública, com 987 trabalhadores, representando 2,04%.

3.2 Os sindicatos e a territorialização das imprensas sindicais: o caso de Ourinhos

Antes de adentrarmos na discussão específica sobre a territorialização dos sindicatos em Ourinhos é necessário detalhar alguns dos procedimentos que foram utilizados na construção deste capítulo.

Para tanto, vale mencionar que esse capítulo é constituído basicamente da pesquisa empírica, onde foram realizados trabalhos de campo com a finalidade de coletar materiais relacionados à imprensa sindical dos sindicatos presentes no município, como também foram realizadas entrevistas com lideranças sindicais representativa dos 14 sindicatos em Ourinhos, como demonstrado pela Tabela 4.

⁵ Dados retirados do site do IBGE/SIDRA Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acessado em: 14/03/13.

Sindicatos	Elementos da Comunicação Sindical		
	Jornais - Folhetins	Internet (site)	Internet (e-mail)
Sindicatos dos Funcionários Servidores da Educação (AFUSE)	X	X	X
Sindicatos dos Professores e Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)	X	X	X
Sindicatos dos Trabalhadores Industriais Metalúrgicos, Mecânicos e Materiais Elétricos de Ourinhos	X		
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energia Hidroelétrica de Ipaussu	X		
Sindicatos dos Bancários em Marília e região	X	X	
Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Ourinhos	X		
Sindicato dos Trabalhadores Indústrias de Alimento de Marília	X	X	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ourinhos	X		
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias Zona Sorocabana	X	X	X
Sindicato dos Trabalhadores de Indústria de Construção Mobiliário de Ourinhos	X		
Sindicato dos Frentistas Bauru e Região	X	X	
Sindicato dos Comerciantes em Ourinhos- SP	X	X	
Sindicato dos Trabalhadores Estabelecimento Saúde Comarca de Ourinhos	X		X
Sindicato dos Trabalhadores em Hotelaria, Restaurantes e Bares Similar de Ourinhos, Marília e Região	X	X	

Tabela 4: Sindicatos presentes em Ourinhos-SP. Fonte: pesquisa de campo, 2012.

Neste sentido, buscamos analisar as entrevistas de forma semiestruturadas (isto é, utilizamos de um roteiro de perguntas para nortear nossa conversa – o roteiro pode ser visto no Anexo 1), afinal no decorrer destas acabaram surgindo novos questionamentos sobre a atuação dos sindicatos e o valor que essas entidades dirigem a imprensa sindical, dentro de suas instituições. Sendo assim surgindo novas questões para a entrevista que, portanto, não tinha um roteiro de caráter restritivo, mas sim pensado numa perspectiva mais abrangente e qualitativa. Apesar disso, nem todas as entrevistas conseguimos aprofundar as discussões, afinal isso dependeu muito da personalidade da liderança e da atenção destes durante as entrevistas.

O período de realização das entrevistas foi de 04/12/12, com a primeira entrevista realizada no Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, ao dia 18/07/13, data da última entrevista realizada com a liderança do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Ourinhos e Região.

Todavia, é importante mencionar que, as entrevistas e os materiais coletados nos sindicatos não se realizaram nas 14 entidades inicialmente apontadas neste estudo, por inúmeros motivos: a indisponibilidade das lideranças; remarcações de entrevistas constantemente; algumas lideranças tiveram receio de conceder a entrevista; outros sindicatos como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ourinhos tiveram um período de atividade conturbado, passando ainda por eleições o que impossibilitou as entrevistas; outro motivo foi à falta de interesse de algumas lideranças, o que ocorreu com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Energia Hidroelétrica de Ipaussu; e outros motivos. Desta forma, os materiais relacionados à imprensa sindical obtidos junto aos sindicatos, como também as entrevistas realizadas nas mesmas, só ocorrera em 11 entidades, sendo que no Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Ourinhos só foi possível realizar a entrevista com a liderança sindical, isto é, não conseguimos obter nenhum material referente à sua imprensa.

Neste sentido as análises dos materiais coletados nos sindicatos, no caso os jornais e boletins informativos, foram analisados sob duas perspectivas: uma quantitativa, isto é, compreendendo os assuntos mais tratados nestes materiais e a frequência da publicação destes; já numa perspectiva qualitativa, buscou-se analisar a presença ou não de alguns conteúdos nestas imprensas como: aspectos políticos, trabalhistas, econômicos, assistencialistas, aproximações com outras categorias; entre outros.

A seguir apontaremos mais especificadamente os principais elementos alusivos a cada entidade sindical, que conseguimos abordar nesta pesquisa de campo, seguindo a ordem cronológica das entrevistas que realizamos. Sendo assim aprofundaremos mais especificamente em cada um dos sindicatos e conseqüentemente nas discussões sobre a territorialização da imprensa sindical em Ourinhos.

3.2.1 Análise das entrevistas com as lideranças sindicais e dos materiais coletados

3.2.1.1 *Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)*

O primeiro sindicato visitado foi a APEOESP. Este sindicato foi criado em 13/01/1945 na cidade de São Carlos, possuindo abrangência estadual, tendo mais de 180 mil associados. Esta entidade é o maior sindicato de professores da América Latina,

sendo que sua sede central se localiza na cidade de São Paulo. Este sindicato tem grande abrangência com diversas subsedes distribuídas pelo estado, apresentando um total de 93 subsedes, inclusive na cidade de Ourinhos.

Em Ourinhos, a APEOESP foi criada a partir das manifestações dos professores locais, no ano de 1989. Segue abaixo na Figura 2 a subsede da APEOESP presente no município.



Figura 2: Prédio da APEOESP em Ourinhos. Fonte: autor, 2012.

A liderança sindical da APEOESP expôs na entrevista, realizada em 04/12/12, que um dos objetivos central do sindicato é a integração da luta dos trabalhadores e da sociedade de modo geral, buscando a efetivação dos direitos humanos, considerando assim em todas as suas dimensões.

Vale mencionar, que este sindicato possui várias tendências ideológicas dentro de sua base, e atualmente, é marcada segundo sua atual presidente da central da APEOESP pela corrente majoritária. Essas correntes presentes dentro da APEOESP são importantes para discussão, pois muitas vezes estão relacionadas a partidos políticos, como é o caso da atual presidenta, que faz parte da corrente articulada organicamente ao Partido dos Trabalhadores (PT). Neste sentido, diante da entrevista foi constatado, que em contrapartida a subsede de Ourinhos faz parte do bloco de oposição a essa corrente majoritária dentro da categoria.

A APEOESP de Ourinhos, segundo dados fornecidos na entrevista com a liderança sindical (2012), possui mais de 750 professores filiados inclusive professores da rede municipal de ensino. Em relação à filiação dos trabalhadores no âmbito estadual tem aproximadamente 70% dos professores filiados ao sindicato. Sobre a imprensa sindical, constatamos diante da nossa pesquisa de campo que a APEOESP possui uma variedade de periódicos (impressos e digitais) que versa sobre várias temáticas ligadas ao professor, ou seja, apresenta vários setores de comunicação, como é o caso do setor da mulher, boletim dos aposentados e outros (com notícias mais específicas para um dado assunto). No entanto, centramos nossa pesquisa para o periódico chamado Jornal da APEOESP, como demonstramos no exemplar da Figura 3, já que este é o principal instrumento de comunicação do sindicato com a categoria, com grande variedade de assuntos e notícias ligada à categoria. Este jornal é difundido pela sede-central às subsedes, e das subsedes para as escolas de sua base territorial (até o professorado). Mas este é também distribuído em meio digital, através do site do sindicato e ainda enviado por e-mail aos trabalhadores da categoria cadastrados em suas respectivas subsedes. Sua periodicidade é mensal, contudo dependendo da mobilização o sindicato se utiliza de boletins e informativos mais constantes. Vale informar que as notícias constantes neste material são elaboradas na sede-central, porém as subsedes podem enviar conteúdos referentes à sua base local para serem publicadas no mesmo.

Neste sentido, conseguimos analisar o Jornal da APEOESP referente aos anos de 2010 a 2013. De maneira geral, a maioria dos jornais publicados nesse período abordam cinco temáticas variadas.

Existem os conteúdos econômicos voltados à categoria, como é o caso da data base, do poder de compra da categoria, entre outros. Além disso, o Jornal da APEOESP também apresenta conteúdos políticos, como por exemplo, análise política do governo do Estado e de suas ações, o caso da reintegração de posse do Pinheirinho em São José dos Campos e as ações truculentas da polícia, entre outros casos. O jornal também apresenta conteúdos culturais, como por exemplo, dicas de livros e cinema. Apresenta ainda uma parte destinada a central sindical a qual o sindicato é filiado, no caso a CUT, e as notícias referentes à Confederação. E por fim o Jornal da APEOESP versa também por temáticas gerais como: discriminação social, racismo, direitos das mulheres, informações sobre as realidades encontradas nas escolas estaduais, depoimentos de professores e outros, como se pode notar na Figura 4.

Desse modo, foi possível analisar que a imprensa sindical desse sindicato elabora um jornal com um conteúdo político consistente, estando presente em todas as edições analisadas, que traz elementos e acontecimentos sociais, manifestações sociais, acontecimentos políticos (no âmbito nacional e internacional), mas também conteúdos econômicos que buscam descrever as campanhas salariais da categoria, análise da conjuntura econômica do Estado, além de informes culturais e preocupações para com os trabalhadores. Ou seja, o Jornal da APEOESP trabalha com vários conteúdos importantes que estão direta ou indiretamente relacionados com a categoria.



Figura 3: Capa do Jornal da APEOESP Fonte: APEOESP. Disponível em: <<http://www.apoesp.org.br/publicacoes/jornal-da-apoesp/jornal-da-apoesp-n-293-maio-de-2012/>>. Acessado em 22/09/13.

DICAS

Subsede debate a crise do capital



O Trabalho e a Crise do Capital foi o tema de debate organizado pela subsede Sudeste-Centro no dia 12 de maio. A atividade fez parte da celebração do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, e contou com a participação do professor João Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT, ex-presidente da APEOESP.

O debate foi precedido do filme Capitalismo: uma história de amor, do cineasta norte-americano Michael Moore.

Durante o evento, João Felício ressaltou que os trabalhadores não podem ser penalizados por uma crise econômica sobre a qual não têm culpa, referindo-se aos países europeus e aos EUA. Para que os brasileiros estejam "protegidos" desta onda, Felício acredita ser necessário manter a queda dos juros, ampliando a política de valorização do salário mínimo e de vultuosos investimentos públicos em obras de infraestrutura, aliada à manutenção das relações comerciais com a América Latina, Ásia e África, criando condições mais favoráveis para o país enfrentar os impactos negativos da crise internacional.

Cartas

Site

Gostei muito do atual visual do site da APEOESP. Está muito bem informativo. Muito bom disponibilizar o programa APEOESP na TV.

Prof. Cassiano Alves da Mota

Publicações

As publicações melhoraram: este fator é de vital importância para que o professor tenha um modo prático de saber o andamento de sua vida funcional. Obrigada!

Profª Vilma Aparecida das Dores Viana

Blog

Bebel, fiquei sabendo da existência de seu blog na internet através do Jornal da APEOESP, resolvi dar uma olhada e tive a certeza de que ele é muito útil a todos nós professores.

A maior vantagem que a internet propicia em relação aos outros meios de comunicação é a possibilidade de podermos transmitir as informações de maneira completa, para o bem da elucidação dos fatos e acontecimentos reais.

Continuemos na luta por uma Educação Pública de qualidade. Tenho grande admiração por você, pelo fato de estar no "front" desta batalha, que acredito ser uma daquelas dignas de serem travadas na nossa vida.

Prof. Jairo

Desabafo

Sempre pensei que a escola pública fosse do povo, e que as pessoas pudessem dar sugestões para melhorar as práticas do dia a dia. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Constituição Federal não são mais respeitadas, em nome da manutenção da ordem hierárquica e opressora??? O pior é que ninguém faz nada e todos seguem agindo tranquilamente, como se não fossem livres para pensar, opinar e reivindicar direitos perante as autoridades públicas. Quando, alguns diretores, perceberão que o autoritarismo só distancia as pessoas ao invés de aproximá-las? Que a relação entre professores, coordenadores e funcionários acaba sendo de submissão, medo e raiva, podendo gerar desânimo e falta de interesse, o que leva a um estado de imobilidade em relação a tudo que se faz na escola???

Prof. Wolner Pope Mossale

Assinatura

A S: Professor Wolner, a APEOESP faz constantes campanhas em defesa da democratização das relações escolares. Defendemos a participação de todos os entes da unidade, juntamente com a comunidade, nas decisões dos projetos político-pedagógicos. Não podemos ceder a posturas autoritárias e asséclimas. Temos que reagir!

Lançamento

Genocídio



Jornalista e também professor da rede estadual, Thiago Pérez acaba de lançar um livro-reportagem sobre a situação indígena no Brasil. Para escrever "Genocídio Planejado: Diário de um jornalista paulista em território xavante e outros 500", Pérez estudou a língua tupi e visitou aldeias guaranis. O autor realiza palestras sobre a experiência. O livro da AG Books pode ser adquirido no site da Editora: www.agbooks.com.br ou através do e-mail do autor: escrevapapeothiago@yahoo.com.br

A rima na escola



Inspiração no diário de viagens de Maira de Andrade pelo norte e nordeste do Brasil, Maira Soares Ferreira apresenta em seu novo livro, "A rima na escola, o verso na história", a luta pela preservação da cultura popular afro-indígena e sertaneja e sua transmissão às novas gerações, em comunidades como a da favela do Real Parque, na capital paulista, formada por migrantes descendentes da aldeia Pankararú (PE). Este livro resultou de sua pesquisa-intervenção em torno da criação poética, desenvolvida em sala de aula com professores e alunos do 8º ano do ensino fundamental. A obra, da Boitempo Editorial, está à venda nas principais livrarias.

Oiteiro

Professor de matemática, José Soares lançou no dia 12

Cursos

Estão abertas as inscrições para o curso "Uso escolar do sensorialmente remoto para estudo de meio ambiente", que será realizado entre os dias 16 e 20 de julho, no Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em São José dos Campos. Professores da rede pública têm desconto nas inscrições, que podem ser feitas através do site www.dsr.inpe.br/vcsr. Mais informações: (12) 3208 6448.

Educação na TV





Figura 4: Parte do conteúdo contido no Jornal da APEOESP. Fonte: APEOESP. Disponível em: <<http://www.apecesp.org.br/publicacoes/jornal-da-apecesp/>>. Acessado em: 22/09/13.

Em relação às novas tecnologias, diante da entrevista com a liderança da subsede da APEOESP de Ourinhos (2012), constatou-se que essa entidade sindical se utiliza destas tecnologias como uma alternativa de aproximação com a base. Sendo assim, as ferramentas utilizadas compreendem desde: e-mail, site, programas de televisão disponibilizados no site do sindicato; como também se utilizam das webs conferências, chamadas a mobilização na TV aberta (canais comerciais), entre outras fontes.

Outro aspecto fundamental a ser considerado nesta pesquisa é em relação à formação política dos militantes e os trabalhadores da base. No caso da APEOESP, este

sindicato realiza cursos de formação sindical que é feito durante as Reuniões de Representantes (RE). Também são realizados cursos de formação sindical pela central da qual o sindicato é filiado. Contudo, segundo dados fornecidos em entrevista pela presidente da subsede de Ourinhos (2012), o curso oferecido pela central sindical (CUT) não é aplicado na subsede devido às divergências ideológicas contidas dentro da central. Desta forma, as subsedes que são contrárias a corrente majoritária, presente dentro do sindicato (como já mencionamos anteriormente), acabam realizando um curso de formação diferenciado ao fornecido pela central sindical, estando, pois, baseado em outra metodologia e conteúdo. O que demonstra até certo ponto, divergências das subsedes para com a sede central, não num aspecto negativo, mas, sobretudo, num aspecto no mínimo interessante, a ponto de produzir discussões e debates sobre os anseios e lutas desses trabalhadores e o seu sindicato representativo. Do mesmo modo, vale mencionar que a subsede de Ourinhos, segundo a presidente da mesma, possui total autonomia financeira, assim como autonomia para realizar eventos, cursos de formação, entre outras atividades.

Sobre a formação sindical, comenta a liderança da APEOESP de Ourinhos que

É importante, é muito importante pela formação inicial profissional que os professores tem hoje, porque é na formação sindical que você consegue passar alguns pontos, princípios da luta coletiva, da questão do capitalismo, monopólios, os bastidores da luta sindical. Os esclarecimentos através da formação sindical são fantásticos para que as pessoas não sejam tão alienadas. Embora a formação sindical esta muito a desejar, devido aos princípios que algumas organizações defendem hoje, até do próprio sindicato. [...] Devido às correntes dentro do sindicato. (fala da liderança sindical da APEOESP de Ourinhos em entrevista, 2012)

Com base nisso, outro elemento importante colocado pela presidente do sindicato no município em entrevista (2012) é referente a esta relação entre as correntes presentes no sindicato. Onde segundo ela, o sindicato ainda consegue manter e preservar a autonomia das tendências diversas que compõem a entidade, garantindo sua representação dentro das reuniões, assembleias e outros eventos realizados pela categoria. Ou seja, reforçando aquilo que expomos anteriormente sobre as divergências de posicionamentos e correntes ideológicas no sindicato.

Por fim, para concluir quanto aos dados deste sindicato, veremos que em relação à comunicação sindical e a importância da imprensa sindical para o sindicato, segundo apontamentos expressos pela liderança em entrevista (2012), este é um dos instrumentos mais importantes da ação do sindicato e que as subsedes podem enviar

conteúdos para saírem no jornal da entidade. Contudo, alerta a entrevistada de que, esses conteúdos antes de serem publicados passam por uma filtragem no setor de imprensa, e posteriormente são publicados. Por outro lado, segundo a presidente este sindicato possui uma ótima estrutura em relação à imprensa sindical, possuindo gráficas próprias e setor de imprensa. Mesmo que ainda, nas subsedes não haja gráficas, estas quando possuem uma informação urgente, acabam tendo que por si mesmas utilizarem gráficas particulares presentes nos municípios, todavia o conteúdo destas informações é ainda elaborado pelos delegados e a diretoria local, reforçando um caráter da proximidade dos anseios e preocupações para com a categoria.

3.2.1.2 Sindicato dos Ferroviários Sorocabano (STEFZS)

O segundo sindicato visitado durante a pesquisa de campo foi o STEFZS no dia 07/12/12. Este sindicato, assim como o anterior é uma subsele. O STEFZS foi fundado em 1986, sendo que só em 1991 mudou-se para o então prédio atual (cujo nome é uma homenagem a um antigo ferroviário Antonio Carlos Machado), como se pode ver na Figura 5. O sindicato possui no estado de São Paulo aproximadamente 12 mil filiados e no município de Ourinhos aproximadamente 300 filiados. A filiação ao sindicato é de aproximadamente 90% da categoria.

O motivo da instalação do sindicato em Ourinhos, segundo dados do presidente do sindicato entrevistado em 2012, é devido à importância geográfica da cidade, ou seja, sua localização, pois se encontra em um entroncamento rodoferroviário constituindo um importante polo de distribuição, principalmente de açúcar para São Paulo, e de combustíveis para o Sul do país. O município de Ourinhos tem uma história rica em torno da ferrovia, inclusive foi em Ourinhos que antigamente existia a linha de trens elétricos entre o município e a cidade de Assis-SP, mas foi deteriorada a partir da privatização emplacada pelo governo FHC na década de 1990. Contudo a importância da ferrovia para cidade ainda é acentuada e persiste.



Figura 5: Sede do STEFZS em Ourinhos. Fonte: autor, 2012.

O sindicato dos Ferroviários em Ourinhos possui autonomia em relação à sede de São Paulo, inclusive nas negociações com as empresas ferroviárias. Tal autonomia ocorre até mesmo em relação à data base da subsede de Ourinhos que é diferenciada em relação à da sede. Um dos motivos disso aponta o presidente do sindicato entrevistado (2012), se deve à política de privatização das ferrovias brasileiras, que foi fatiando as linhas entre as empresas. Desta forma a ALL (América Latina Logística) adquiriu primeiramente o recorte de trilhos onde está localizado na região de Ourinhos e, depois foi conquistando a concessão de outras regiões. Sendo assim, esse é um dos motivos da autonomia do sindicato em Ourinhos em relação à data base e nas negociações salariais.

Este sindicato em Ourinhos, conforme mencionou a liderança entrevistada (2012), possui curso de formação sindical, contudo este é só oferecido para os delegados e os representantes dos sindicatos, enquanto que para os trabalhadores da base, são organizadas reuniões periodicamente de esclarecimentos ou prestação de contas das ações do sindicato.

Neste sentido, referente à comunicação sindical, veremos que a liderança deste sindicato acredita que, “[...] a comunicação sindical é totalmente importante porque ela faz com que a categoria seja unida e comprometida com o trabalho do sindicato e o sindicato com a categoria.” (fala da liderança sindical do STEFZS em entrevista, 2012).

Diante da pesquisa de campo, selecionamos alguns materiais desta instituição, como foi o caso do jornal chamado Sorocabano, como se observa no exemplar da Figura 6. Este jornal do sindicato possui uma periodicidade mensal e dependendo da mobilização da categoria também se utilizam de boletins informativos, normalmente num caráter de urgência.

O sindicato, segundo o presidente entrevistado (2012), possui assessoria de imprensa especializada na sede central que elabora as notícias e publica no jornal, que é distribuído para as demais sedes pelo Estado. Porém, de acordo com o entrevistado (2012), as subsedes têm autonomia para elaborar conteúdos a serem publicados no jornal, que após serem elaborados devem ser enviados para a assessoria de imprensa que o adapta ao formato jornalístico e posteriormente o publica.

Já em relação à procura dos trabalhadores ao sindicato para sugerirem demandas e novas reivindicações, a liderança sindical explicitou em entrevista (2012), que isso ocorre constantemente, inclusive por parte dos aposentados.

Com referência as novas tecnologias, o sindicato considera ser mais uma forma de aproximação entre a liderança e os trabalhadores. Utilizando-se de e-mail, do site na internet (inclusive contendo os últimos jornais, a história do sindicato, entre outros elementos).



Figura 6: Exemplar do Jornal Sorocabano. Fonte: Arquivo do sindicato, fevereiro de 2013.

Adentrando no conteúdo contido no jornal Sorocabano, vale mencionar, que os jornais coletados e analisados nesta pesquisa para este material de imprensa foi de 2008 a 2013. No caso como o jornal é mensal, analisamos mais precisamente dois de cada ano, devido a disponibilidade de materiais fornecidos pelo próprio sindicato para análise neste estudo. Sendo assim neste recorte histórico os principais conteúdos presentes nestes jornais abordam temas como o trabalhista: relacionado às condições de trabalho,

falta de equipamentos de proteção, problemas na jornada de trabalho, etc. Também aborda elementos da esfera econômica ligada a categoria, como por exemplo, informações referentes à data base, a defasagem salarial, efeitos da inflação no poder de compra da categoria, gastos de dinheiro indevido por empresas ligadas ao setor, e etc. Há ainda notícias referentes à história do sindicato, denúncias de trabalhadores, entrevistas com funcionários comentando sobre suas vidas e seus hobbies, informes jurídicos, e as falas do presidente. Além disso, o jornal Sorocabano aborda notícias presentes nos jornais da grande mídia que estão mais ligadas à categoria, como é o caso de acidentes envolvendo trens, os projetos de privatização, a flexibilização das leis trabalhistas, entre outros. Já em relação ao caráter político presente no jornal, este elemento foi muito pouco observado no mesmo; dos conteúdos que encontramos a principal foi uma fala do presidente do sindicato sobre a conjuntura política do país (era uma análise entre a esquerda e a direita, abordando suas diferenças e onde o atual governo se encaixa), como se observa pela Figura 7, que elucida este fato.

Editorial
Jornal Sorocabano // Nº 001 - Abril 2013 // Publicação 102 // Página 02



Com os olhos em 2014

O PT venceu as eleições municipais na cidade de São Paulo. Ótimo, pois rompeu a presença hegemônica do PSDB no governo do Estado e da capital. Se em dois anos o PT praticar uma administração compatível com as promessas de campanha, certamente será um forte concorrente nas eleições de 2014, ao governo do Estado de São Paulo. Para os ferroviários de trens de passageiros, as eleições de 2014 são muito importantes, uma vez que a CPTM é administrada, no plano maior, pelo governo do Estado. Nessa medida, igualmente importante para os usuários desses trens, pois da visão, do carinho e dos cuidados do governo estadual dependem a quantidade, qualidade e segurança dos serviços a eles prestados. Embora muitas pessoas coloquem em dúvida a nossa reiterada afirmação de independência partidária, essa é a verdade não temos, enquanto instituição, nenhuma cor ideológica, partidária ou religiosa, e não apenas por força de estatuto, mas por convicção. Não temos isso, muitas vezes, nem mesmo na qualidade de pessoas físicas. Petistas nos acusam de serviços do PSDB, e Psdbistas de uma invenção do PT. Não somos uma coisa e nem a outra, não queremos ser, não seremos, e tampouco estamos preocupados com o que pensam e dizem esses binários a nosso respeito. Queremos mais e melhores meios de transportes de pessoas sobre trilhos, mas com qualidade de vida e segurança para ferroviários e usuários, condições que

o governo do PSDB não atende. Foi pelas mãos do PSDB, porém, que perdemos o controle sobre um imenso patrimônio de todos os paulistas a malha ferroviária paulista. Também é pelas mãos do PSDB que o ferroviário, categoria histórica, em especial no Estado de São Paulo, está sendo substituído por trabalhadores não ferroviários, embora prestando serviços na ferrovia, pela prática do entreguismo ao setor privado. Quando um trem quebra no percurso, algumas vezes o usuário quer linchar o maquinista, ferroviário, mas não o trabalhador "genérico", a serviço de uma empreiteira qualquer, e que cuida da manutenção dos trens. Evidente que não deve agredir a um e nem a outro. O governo do PSDB, nestas duas décadas, de fato comprou trens novos, mas para circular em sobre a imensa sucata representada pela falta de substâncias de energia, de uma rede aérea envelhecida, de sistemas de comunicação obsoletos, de sistemas de sinalização precários, de uma via permanente nem sempre renovada, de manutenção entregue a não ferroviários, de estações envelhecidas mesmo quando reformadas, e de tratamento indígio da qualidade e da segurança que o usuário merece, ou deveria merecer. Não é verdade? Compare o leitor a CPTM com o Metrô. Duas empresas que prestam serviço de transporte de pessoas sobre trilhos, sob o comando de um mesmo governo, e com duas realidades tão distintas para seus trabalhadores e para os seus usuários. Clássimo, indizível tratamento diferenciado para públicos usuários do Metrô, em detrimento da massa usuária da CPTM. Estamos falando disso faz tempo, e continuaremos falando. O governo do PSDB conseguiu, em menos de um ano, o saldo de sete ferroviários mortos em serviço nos trilhos da CPTM, e todos por falta de medidas adequadas de segurança da parte da empresa. Clinicamente, responsabilizou os sete pelas próprias mortes, antes mesmo de qualquer apuração de causas. Não sabemos até hoje quem está investigando, mas sabemos que o governador, do PSDB, extinguiu uma delegacia especializada em crimes contra a organização do trabalho, dois dias depois de um dos acidentes, no qual vieram a falecer dois ferroviários experientes. Nos acidentes com trens, dentre eles os que envolveram passageiros, o governo do Estado de São Paulo dispensou, de imediato, antes, também, de qualquer sindicância, e por justa causa, os ferroviários envolvidos. Estamos falando disso faz tempo, e continuaremos falando. Por falar-mos disso, e o tempo todo, o governo do Estado de São Paulo passou a perseguir dirigentes do sindicato, e conseguiu desalojar a entidade da sede social, em Osasco (SP). Como se pode observar, não temos nenhum motivo para apreciar o PSDB. Isso, entretanto, não quer dizer que temos motivo para apreciar qualquer outro partido, até mesmo porque, com os fatos acima, e fartamente divulgados, não nos recordamos da presença de nenhum deles ao menos para perguntar: "O que está acontecendo, hein?". Dentre desses "fatos", nós, que já éramos independentes, nos tornamos ainda mais. Com a proximidade das eleições de 2014, entretanto, vemos a possibilidade de mudar esse estado de coisas. Não sabemos se poderá mudar para melhor com qualquer outro partido a frente do governo do Estado de São Paulo, mas do atual conhecemos as práticas, e não aprovamos. O atual governo do Estado de São Paulo resolveu recuperar o tempo perdido, e está investindo em melhorias na infraestrutura da CPTM. É verdade. É verdade igualmente, porém, que passou a fazer isso depois de nossa pesada campanha sobre a ruína de flamaça em torno dos trens novos. Está investindo pelo fato de não ter outra opção, depois de ser por nós emparedado. Vai investir mais, muito mais, pois os trens metropolitanos serão bandeira de campanha para 2014. Nessas portas sempre estiveram abertas para quem tenha por desejo discutir ferrovia, em especial quando a serviço de passageiros. Não veio e não vem quem não quer. Continuam abertas a todos, na verdade a quase todos, pois, depois das investidas do atual governo do Estado de São Paulo contra a entidade e dirigentes, elas, as portas, estão completamente fechadas para o PSDB, seus aliados e prepostos. O governo do PSDB desalojou os ferroviários de sua sede. Em 2014, hora dos ferroviários desalojarem o PSDB do Palácio dos Bandeirantes, pois pertence a todos nós.

Rubens dos Santos Craveiro
Presidente SINFER

Mantenha seu cadastro atualizado!
Para que nosso Sindicato possa entrar em contato com você divulgando todas as novidades e informações.
Fale com a consignação :
(11) 3826-5299 ou
pelo e-mail:
consig@sinfer.org.br

Datas Especiais

01 de Maio
Dia do Trabalho

12 de Maio
Dia das Mães

Parabéns!

São os votos do
Sindicato dos Ferroviários do Sorocabano

Figura 7: Exemplar do Jornal Sorocabano. Fonte: STEFZS. Disponível em: <<http://www.sinfer.org.br/site/wmanager/jornais/arquivos/44833144.pdf>>. Acessado em: 22/09/13.

3.2.1.3 Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde de Ourinhos, Chavantes, Salto Grande e Ribeirão do Sul (SINHSFIL)

O terceiro sindicato visitado foi o SINHSFIL no dia 10/12/12. Este sindicato, segundo a liderança sindical em entrevista (2012), foi fundado em 1990 a partir de uma cisão dos trabalhadores do município e da região de Ourinhos, substanciada por inúmeros problemas com o então sindicato que os representavam, no caso, o Sindicato

dos Trabalhadores da Saúde, que tem sua sede na cidade de São Paulo, como se constata pela matéria apresentada na Figura 8. A criação deste sindicato, segundo o entrevistado (2012), se deu por falta de representatividade e outros diversos problemas locais que a categoria enfrentava na região e em Ourinhos, assim cerca de 60 trabalhadores da Santa Casa da Saúde do município se organizaram e chamaram uma assembleia de criação do sindicato realizada na cidade de São Paulo, fundando o sindicato no início dos anos 90. Contudo, o sindicato só foi legalizado após dois anos de sua criação. Nesta fase de luta pela aprovação o sindicato obteve apoio da CUT, e de outros sindicatos, como: APEOESP e o Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo (AFUSE).



Figura 8: Notícia de um jornal da cidade de Ourinhos referente à criação do SINHSFIL. Fonte: Arquivo do sindicato.

Vale mencionar, que este sindicato devido a problemas financeiros não possui uma sede própria, de tal modo que utilizam a sede da CUT/Ourinhos, como se nota na Figura 9. A base territorial desta entidade é composta por 3 municípios além de Ourinhos, são eles: Salto Grande, Ribeirão do Sul e Chavantes. Contudo o sindicato da saúde de Ourinhos acaba representando outros municípios, além desses quatro citados, devido aos problemas de representatividade e da distância entre o sindicato e a sua base. O sindicato da saúde de Ourinhos, segundo dados do presidente em entrevista (2012), possui cerca de 250 a 300 filiados, sendo que mais de 1000 trabalhadores na base não estão filiados ao sindicato, porém são representados pela entidade.



Figura 9: Sede do SINHSFIL em Ourinhos. Fonte: autor, 2012.

O sindicato, conforme explicou o presidente em entrevista (2012), não possui um curso de formação política nem de formação sindical próprio, contudo realiza cursos de formação através dos cursos promovidos e elaborados pela central sindical.

Referente à importância da imprensa sindical e a valorização que a entidade lhe confere é possível de ser compreendida através das palavras a seguir,

A comunicação sindical é importante porque quando você é um trabalhador você possui direitos. E na maioria das vezes os trabalhadores desconhecem seus direitos que possuem e quando você se utiliza da imprensa sindical, da comunicação sindical você pode utilizar a imprensa sindical como forma de passar aos trabalhadores leigos seus direitos trabalhistas. Os meios de comunicação de massa são pautados na violência, tragédias em suas transmissões, e não fala sobre os direitos dos trabalhadores, quando fala é pra diminuir os

direitos já conquistados. Sendo assim a importância da imprensa sindical serve para passar informações políticas, da luta sindical para os trabalhadores. (fala da liderança sindical do SINHSFIL em entrevista, 2012)

Baseado nessa informação da relevância que a imprensa sindical possui a categoria e aos sindicatos, segundo o entrevistado. Obtivemos em pesquisa de campo contato com o jornal chamado Plantão da Saúde, como se observa na Figura 10. Vale esclarecer que este jornal é confeccionado pela diretoria do sindicato, pois este não possui secretária de imprensa, e segundo a liderança entrevistada (2012), os trabalhadores não possuem o hábito de procurar o sindicato para sugerir demandas, pautas, ou conteúdos que possam conter no jornal. Além disso, é importante destacar que a periodicidade dos jornais se dá de acordo com a mobilização da categoria, mas normalmente são elaborados no período da data base e de campanhas salariais.



Figura 10: Exemplar do Jornal Plantão da Saúde do SINHSFIL. Fonte: Arquivo do sindicato, novembro de 2002.

Em relação às novas tecnologias da informação, o entrevistado (2012) apontou que o sindicato utiliza de e-mail e redes sociais para manter contato com sua base, contudo não possui um site, pois não têm condições financeiras para mantê-lo.

Os materiais coletados e analisados, durante a pesquisa de campo do jornal Plantão da Saúde foram dos anos de 2002, 2005, 2006 e 2007. Sendo dois jornais de cada ano. Desta forma, diante das nossas análises constatamos que de modo geral os conteúdos são referentes às problemáticas que afetam a categoria no ambiente de trabalho e às questões econômicas em relação aos ajustes salariais da categoria, erosão

do poder de compra, inflação, problemas diversos que atingem a categoria no ambiente de trabalho e outros. De tal modo que os elementos políticos são poucos explorados. Entretanto em uma de suas edições havia uma leitura conjuntural sobre as eleições presidenciais e em outro momento foi elaborado um artigo em forma de denúncia contra políticos que apoiaram a retirada de direitos trabalhistas da CLT, inclusive nomeando os políticos que votaram a favor. Outro elemento de caráter político observado neste jornal foi um texto elaborado explicitando o porquê o Brasil não deveria aceitar a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas) como pode se observar na Figura 11.



Figura 11: Exemplar do Jornal Plantão da Saúde do SINHSFIL. Fonte: Arquivo do sindicato, novembro de 2002.

Há ainda nesses jornais uma constante “chamada” a sindicalização para a categoria e as informações de caráter assistencialista desenvolvido pelo sindicato junto

aos trabalhadores, como: cabeleireiros, manicure, colônia de férias, eventos esportivos, entre outros.

Além disso, durante a pesquisa de campo, constatamos que este sindicato, ainda possui um boletim informativo chamado de Sindicato da Saúde. No entanto, diante da análise que realizamos de cinco exemplares (de 2005 a 2007) constatamos que, tanto o jornal como o boletim deste sindicato trabalham dentro das mesmas esferas, em referência aos conteúdos abordados por esta imprensa. Trazem conteúdos, em sua maioria, ligados ao caráter econômico, e em alguns momentos fazem uso de outras temáticas mais gerais que podem influenciar a categoria, como é o caso da notícia sobre a ALCA e também referente às eleições presidenciais (como já visto acima). Entretanto esses dois últimos conteúdos aparecem de forma muito tímida ainda na imprensa deste sindicato.

3.2.1.4 Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo (AFUSE)

Em sequência, outro sindicato visitado foi o AFUSE criado em 1985. Contudo, vale esclarecer, de acordo com a liderança sindical entrevistada (2012) de que os trabalhadores da educação antes da fundação da AFUSE eram todos filiados a APEOESP, já no ano de 1978. Porém por necessidades específicas dos funcionários da educação os mesmos iniciaram um processo de criação do sindicato que representasse a categoria, criando a Comissão Pró-Entidade em 1984 para estabelecer as demandas necessárias para criação de uma entidade que só representassem os funcionários na educação o que, foi conquistado no I Congresso Estadual da AFUSE, fundando a mesma em 1985.

Vale mencionar que a entrevista com a liderança sindical da AFUSE em Ourinhos foi realizada no dia 18/12/12. O sindicato tem âmbito estadual e a AFUSE de Ourinhos é uma subsede da Macrorregião de Marília (contendo os municípios de Marília, Ourinhos, entre outros), sendo criada no ano de 1986. A entidade funciona em um prédio empresarial no centro da cidade. A entidade tem como base territorial toda a Macrorregião de Marília e Ourinhos. Em relação ao número de filiados a entidade possui em torno de 28 mil, sendo que destes, 350 na região de Ourinhos.

Em relação à formação política, segundo a liderança sindical entrevistada (2012), o sindicato não possui cursos desse tipo, no entanto realizam cursos de

formação que são repassados pela sede central para as subsedes, normalmente esses cursos vêm com temáticas, como por exemplo, de comunicação, seminário de políticas públicas, gênero, ética profissional, entre outros. Esses cursos para os trabalhadores além da sua formação podem ser usados pelos mesmos na progressão de carreira. No entanto, de acordo com o entrevistado (2012) atualmente a sede de Ourinhos não vem realizando esses cursos de formação política e sindical, porém pretende-se retomar esses cursos localmente.

Vale comentar que a subsede da AFUSE de Ourinhos possui total autonomia das atividades sindicais (burocráticas) e, não realizam atividades locais por conta própria a não ser as de caráter assistencialista, como é o caso das viagens às colônias de férias.

Além disso, diante da pesquisa de campo, constatou-se que este sindicato não publica mais jornais para a categoria, os últimos foram publicados na década de 1990 o chamado Jornal da AFUSE, ver um exemplar na Figura 12. Hoje a entidade trabalha apenas com boletins informativos chamado de Boletim AFUSE, ver exemplo na Figura 13, que vem sendo publicados e elaborados na sua maioria pela central e enviada para as subsedes, para serem distribuídas nas unidades escolares. A liderança sindical entrevistada (2012) exemplificou que, não se utiliza de e-mails para envio de boletins a sua base, porque os trabalhadores em sua maioria não tem acesso à internet e muito menos a computadores, tanto pessoal como também na unidade escolar que não proporciona esse tipo de ferramenta para maioria dos trabalhadores. Sendo assim os boletins são distribuídos diretamente nas unidades escolares.



Figura 12: Exemplar do Jornal da AFUSE. Fonte: Arquivo do sindicato, maio de 1997.

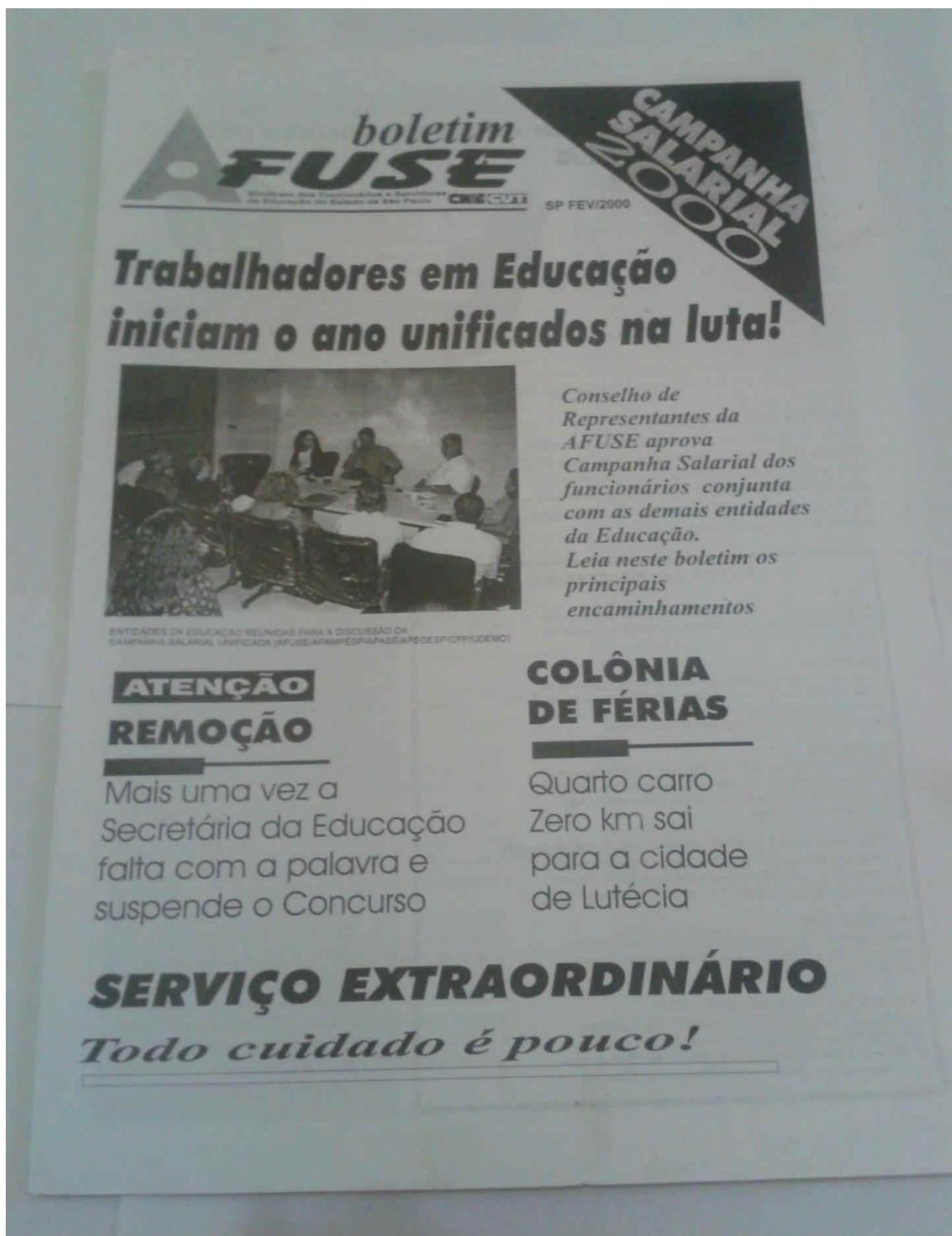


Figura 13: Exemplar do Boletim da AFUSE. Fonte: Arquivo do sindicato, fevereiro de 2000.

Neste sentido, direcionando nossa discussão mais propriamente para à imprensa sindical, a liderança entrevistada (2012) coloca que

A comunicação sindical é importante, pois é uma forma de passar aos trabalhadores seus direitos, leis, concursos irregulares feitos pelo Estado, [...] levar informação e tirar as dúvidas das pessoas mais leigas no assunto, referente às questões trabalhistas e a luta do sindicato. (fala da liderança sindical da AFUSE em entrevista, 2012)

Diante disso, constatou-se em pesquisa de campo que, a maior dificuldade que o sindicato enfrenta atualmente gira em torno de questões referentes à mobilização da categoria, pois mesmo com as dificuldades que a categoria enfrenta sejam elas, econômicas, trabalhistas, entre outras, a mesma não consegue realizar paralisações há mais de dois anos. A liderança sindical entrevistada (2012) também comenta que não há interesse da categoria em participar nas assembleias e reuniões promovidas pela entidade. A filiação ao sindicato também é outro problema enfrentado pelo sindicato. “Os trabalhadores enxergam os sindicatos apenas como um veículo que pode levar (demandas) ao governador do Estado, contudo apenas no viés econômico.” (fala da liderança sindical da AFUSE em entrevista, 2012 – grifo nosso).

Em relação à análise dos boletins da AFUSE publicados pelo sindicato é importante destacar que a entidade local não tem o costume de arquivar os seus boletins e antigos jornais, o que dificultou a análise desses materiais, principalmente dos boletins, pois são enviados pela central via e-mail e não são arquivados nos computadores da entidade. Contudo conseguimos alguns exemplares dos anos 2000 (um exemplar), 2003 (dois exemplares), 2004 (dois exemplares) e de 2009 (um exemplar).

Desta forma, é importante destacar que diante das análises desses materiais coletados durante a pesquisa, notou-se que o conteúdo trabalhado pelos boletins em sua maioria tem um caráter explícito sob o viés econômico, isto é, voltado para informes de campanhas salariais, perdas do poder aquisitivo da categoria, inflação, os salários dos trabalhadores. Por outro lado, apresenta ainda elementos trabalhistas e da saúde do trabalhador, como é o caso de denúncias das questões trabalhistas, falta de equipamentos, problemas de saúde agravados pelo ambiente escolar, falta de ferramentas para o trabalho. No aspecto político, notou-se uma defasagem, havendo poucos boletins que buscam trabalhar com informes nesta temática, um exemplo disso, foi um exemplar que continha um breve histórico do sindicato e suas principais conquistas e batalhas enfrentadas com o governo do Estado de São Paulo. Além disso, observou-se a presença de conteúdos referentes a propagandas de empresas de serviços na cidade, informes sobre os convênios médicos que o sindicato mantém, ou seja, notícia de caráter mais assistencialista.

3.2.1.5 Sindicato dos Frentistas de Bauru e Região (SFBR⁶)

O quinto sindicato visitado foi o SFBR, no dia 25/03/2013. Este sindicato de Ourinhos surgiu de uma cisão do antigo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de Bauru e Região (criado em 1988), que representava não só a categoria dos frentistas, mas também outras. Sendo assim, de acordo com a liderança entrevistada do SFBR (2013), a categoria se uniu e fundou em 1995 o Sindicato dos Frentistas de Bauru e Região.

Assim é importante pontuar que a sede central dos frentistas se localiza na cidade de Bauru/SP. E a intenção de criar uma subsede em Ourinhos foi para facilitar a representação dos trabalhadores na região, já a sede central fica distante 120 km. Sendo assim a subsede de Ourinhos, conforme se observa na Figura 14, representa uma região de 18 municípios entre eles estão: Santa Cruz do Rio Pardo, Chavantes, Salto Grande, Palmital, Canitar, entre outros. Em relação ao número de trabalhadores filiados da categoria ao sindicato a entidade possui em torno de 40 a 50% dos trabalhadores de sua base filiados. Contudo esta categoria apresenta grande rotatividade, o que dificulta a atividade de filiação do sindicato. O número aproximado de trabalhadores dessa categoria na base deste sindicato é em torno de 3500 trabalhadores, segundo dados fornecidos pela liderança sindical em entrevista (2013).



Figura 14: Sede do SFBR em Ourinhos. Fonte: autor, 2013.

⁶ SFBR: sigla para o Sindicato dos Frentistas de Bauru e Região, criada pelo autor para facilitar a dissertação do texto.

Vale destacar que, segundo o entrevistado (2013), o sindicato não possui nenhum tipo de formação política e nem sindical. Os militantes e dirigentes da entidade fazem estes tipos de formação nos cursos promovidos pela Confederação e pela central sindical. No caso deste sindicato a central sindical a que está filiada é a CUT.

Este sindicato possui o boletim informativo denominado de O Bronca, ver modelo do exemplar na Figura 15. A elaboração deste informativo dentro do sindicato fica a critério de cada subsede, ou seja, cada subsede elabora os conteúdos a serem publicados para a sua unidade, porém a sede central pode publicar informações nestes boletins locais. A periodicidade deste informativo é intermitente, como se constou durante a pesquisa, sendo publicado apenas durante a data base da categoria e em alguns momentos urgentes, como em caso de greves, ou chamados de assembleias e reuniões. Vale ainda mencionar que este sindicato, em relação às novas tecnologias de comunicação, utiliza-se de e-mail e site na internet, onde são publicadas informações referentes à categoria.

O BRONCA
INFORMATIVO EXTRA / ABRIL - 2012

Sindicato dos Frentistas fecha acordo em 8,367% de reajuste salarial e mantém todos os benefícios da convenção coletiva de trabalho.

No último dia 29 de março de 2012, depois de várias rodadas de negociação com o setor patronal (sincopetro) chegou a um acordo salarial.

Aumento de 8,367% ou seja 5,4704% INPC de repasse da inflação do período de primeiro de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2012 e mais 2,8966% de aumento real e ficou garantido

manutenção da cesta básica que passou de 27 kilos para 30 kilos aumentando (1 kilo feijão, 2 pacotes de macarrão e 1 kilo de leite em pó, o vale refeição passou para R\$ 9,20 por dia trabalhado e uma nova cláusula que nos feriados trabalhados não poderão ser compensado com folgas e sim receber em dobro pelas horas trabalhadas.

Os salários ficaram assim:

Frentista diurno R\$ 1.027,00	Frentista noturno R\$ 1.283,75	Gerente R\$ 2.054,00
Frentista caixa R\$ 1.185,00	Frentista noturno caixa R\$ 1.481,00	

Vale Refeição por dias trabalhados no mês, em média 26 dias - R\$ 239,20

Lembrando que a data base é 1º de março e negociações foram unificados a nível de estado.

DEMONSTRATIVO DOS VALORES ATRIBUÍDOS A CATEGORIA A PARTIR DE 01/03/2012.

TRABALHADORES EM POSTOS DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS - O reajuste atribuído à categoria foi de 8,367%

Frentista Diurno		Frentista/Caixa Diurno	
Piso Salarial	R\$ 790,00	Piso Salarial	R\$ 790,00
Adicional de Periculosidade 30% sobre o piso	R\$ 237,00	Adicional de Periculosidade 30% sobre o piso	R\$ 237,00
Total	R\$ 1.027,00	Adicional de Dupla Função 20%	R\$ 158,00
		Total	R\$ 1.185,00

Frentista Noturno		Frentista/Caixa Noturno	
Piso Salarial	R\$ 790,00	Piso Salarial	R\$ 790,00
Adicional de Periculosidade 30% sobre o piso	R\$ 237,00	Adicional de Periculosidade 30% sobre o piso	R\$ 237,00
Adicional Noturno 25% sobre a remuneração	R\$ 256,75	Adicional de Dupla Função 20%	R\$ 158,00
Total	R\$ 1.283,75	Adicional Noturno 25% sobre a remuneração	R\$ 296,25
		Total	R\$ 1.481,25

Figura 15: Exemplar do Boletim Informativo: O Bronca do SFBR de Ourinhos. Fonte: Arquivo do sindicato, abril de 2012.

Neste aspecto, em relação à comunicação sindical e a importância que o sindicato dá a esse elemento, veremos que a liderança sindical em entrevista (2013) coloca que,

A comunicação sindical para o sindicato é essencial, pois os trabalhadores tem que saber o que acontecesse no dia a dia da ação sindical. Por exemplo, aqui na cidade tem uma farmácia popular que distribui alguns remédios gratuitamente, porém muitas pessoas não sabem disso e acaba comprando os medicamentos que são na verdade distribuídos gratuitamente. Por isso é muito importante à comunicação sindical para passar esse tipo de informação para os trabalhadores. (fala da liderança sindical do SFBR em entrevista, 2013)

Desta forma, como se notou temos uma perspectiva da compreensão da liderança sindical entrevistada (2013) sobre o papel da comunicação, especialmente da imprensa sindical na ação dos sindicatos. Esta percepção sobre a importância da comunicação sindical nesta entidade está baseada no caráter assistencialista que o sindicato pratica em relação aos trabalhadores. Em outras palavras a imprensa sindical nesta entidade é utilizada para levar aos trabalhadores informações de cunho assistencial, não estando, pois preocupado/voltado para outras demandas e interesses da categoria.

Sendo assim, adentrando nas discussões sobre a análise dos materiais coletados no sindicato referente à sua imprensa, vale explicar que, foram coletados alguns Boletins do O Bronca dos anos de 2003 (um exemplar), 2006 (um exemplar), 2008 (um exemplar), 2009 (um exemplar) e 2012 (dois exemplares). Infelizmente não foi possível analisar mais periódicos, já que o sindicato não mantém arquivo desses documentos.

Diante disso, os conteúdos que mais se fez constante nas publicações analisadas foram informações de caráter econômico, referente à campanha salarial, índice de aumento dos salários, inflação e suas influências no poder de compra da categoria, além de informes sobre os acordos salariais firmados com o sindicato patronal. Outro elemento presente nesses boletins é o caráter trabalhista, como os direitos dos trabalhadores da categoria, cesta-básica, estrutura salarial, entre outros. No entanto, o conteúdo mais constante nesses materiais concentram-se nas atividades assistenciais promovidas pelo sindicato, como as colônias de férias, consultórios clínicos, salões de festas e eventos. Neste sentido, vale destacar, que num desses boletins é até mesmo mencionado que a filiação ao sindicato pela categoria poderia melhorar e aumentar as atividades assistenciais prestadas pela entidade à sua base, ou seja, demonstrando assim o caráter político que embasa essa imprensa sindical do SFBR, como podemos ver na Figura 16.

ÔNIBUS E CAMINHÃO DE SOM ESSE PATRIMÔNIO AUXILIA VOCÊ ???

O Sindicato tem a sua disposição um ônibus com 48 lugares, que você pode utilizar pagando somente o combustível e a diária do motorista, basta ser SÓCIO do sindicato, marque um dia para passear com seus amigos e família. O caminhão de Som FRENT SOM, utilizamos para a mobilização da categoria, eventos, manifestações, auxílios e outras entidades que necessitarem. É um instrumento de trabalho. Para quem não conhece veja que MARAVILHA !!!

AGORA NO MÊS DE DEZEMBRO A NOSSA ÚLTIMA CONQUISTA DO ANO !!!

Uma super **CASA DE PRAIA** de frente para o mar, sendo um chalé, com todas as suas instalações totalmente mobiliada para você, sua família e seus amigos. O chalé contém uma sala, copa, cozinha, banheiro, dois quartos, área de serviço e capacidade para oito pessoas. **E AINDA TEM MAIS**, garagem para oito carros, uma edícula nos fundos com dois quartos e banheiro, sendo então mais oito pessoas, ao todo cabem dezesseis pessoas e mais o "cachorro", a nossa casa de praia fica localizada na cidade de Iguape, no entanto é uma praia conhecida como **PRAIA DA JUREIA**, para mais informações sobre a nossa nova conquista ligue para seu sindicato e se informe. Você não paga nada para usufruir da casa!!! Veja as Fotos dessa maravilha!!!

Foto do Chalé 1

Foto do Chalé 2

Ilhas dentro da cidade

Ponto turístico da cidade de Iguape

Copa e Cozinha

Garagem p/ 8 carros

Vista do quarto a 100m

Edícula dos fundos

Carlinhos - Diretor

...PARE.....PENSE.....REFLITA.....

Viver hoje em dia é estar face a face com uma quantidade de fatos e situações, circunstâncias, ocasiões, acontecimentos, muito diferentes uns dos outros. Esses problemas da vida cotidiana tendem a encontrar soluções dentro do bom senso, entretanto alguns deles requerem um mínimo de conhecimento, afinal, o bom senso não pode resolver tudo, esta é a razão do lançamento deste jornal, porém para instalar e manter em funcionamento, o sindicato necessita aumentar o número de associados para justificar tal empreendimento, por isso se a sua cidade não tem todos os benefícios como as outras é por que não tem o número necessário de sócios para tal empreendimento.

POR ISSO COMPANHEIRO PROCURE A NOSSA SEDE OU SUB-SEDE E FILIE-SE. VOCÊ SÓ TEM A GANHAR !!!

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS FRENTISTAS DE BAURU E REGIÃO

Figura 16: Boletim Informativo: O Bronca do SFBR. Fonte: Arquivo do sindicato, dezembro de 2013.

3.2.1.6 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Marília e Região (STIAM)

A sexta liderança sindical entrevistada foi a do STIAM, no dia 27/03/13. Este sindicato mantém uma subsede na cidade de Ourinhos, conforme se pode observar pelo prédio na Figura 17, localizada no centro da cidade. Entretanto esta entidade só funciona na cidade como uma secretaria. De acordo com a liderança entrevistada (2013), o sindicato possui em torno de 30% da categoria filiada ao sindicato, sendo que sua base territorial possui aproximadamente 10 mil trabalhadores. Os motivos desse número reduzido é que a categoria possui uma alta rotatividade. Na cidade de Ourinhos o sindicato possui 800 trabalhadores na base. A subsede do sindicato local compreende 18 municípios, entre eles: Herculândia, Garça, Marília, Oriente, Ourinhos, Vera Cruz, Santa Cruz do Rio Pardo, Ipaussu, Ribeirão do Sul, Pompéia, Campos Novos, Oscar Bressane, Ocaúçu, entre outros.

A liderança da entidade em entrevista (2013) coloca também que o sindicato possui uma grande preocupação em preservar sua memória e que estão buscando encontrar um meio de transmitir a história do movimento para os novos trabalhadores da categoria, neste sentido, o entrevistado comenta que,

Eu sempre me preocupei com isso, nós estamos fazendo uma revista do nosso sindicato, pois ele possui duas fases, uma de 1957-69 quando foi cassado na época da ditadura militar. A outra fase iniciou-se em 31 de março de 1980, nos juntamos um grupo de trabalhadores em Marília, voltamos à atividade como associação (durante um ano), e em 11 de setembro de 1981 conseguimos a carta sindical de novo para o nosso Sindicato da Alimentação, contudo ele foi dado só para Marília. Em 1988 participamos da Constituinte, fizemos mobilização, passeatas para Brasília. Neste período conseguimos estender nossa base para a região de Ourinhos, pois tínhamos conhecimento de muitos casos de exploração dos trabalhadores nessa região pelas usinas e as fábricas [...]. Desta forma estamos fazendo uma revista para contar a nossa história para os trabalhadores que estão ingressando na categoria. (fala da liderança sindical do STIAM entrevistada, 2013)



Figura 17: Sede do STIAM em Ourinhos. Fonte: autor, 2013.

Neste sentido, como se nota nas falas da liderança sindical entrevistada (2013), a subsede do sindicato em Ourinhos é um fator estratégico, pois é um ponto de referência, na tentativa de estar mais próximo da categoria. Em relação a sua autonomia, a subsede tem total liberdade em negociação e da mobilização na sua microrregião. A participação política do sindicato, de acordo com a liderança entrevistada (2013), se faz presente na participação dos conselhos municipais (referente à mulher, transporte, saúde, etc.), participam também da associação de moradores. E dentro da formação sindical, a entidade tenta realizá-la a partir da aproximação dos trabalhadores, através das ferramentas disponibilizadas pelas novas tecnologias como: site, e-mail, internet, redes de relacionamento, entre outros. Já em

[...] relação a cursos de formações sindicais tentamos realizar, mas não conseguimos devido à baixa presença de trabalhadores durante os cursos. O que costumamos fazer é pegar um trabalhador da base mais informado, entendido no assunto e dar orientações sobre política sindical e a própria formação sindical. (fala da liderança sindical do STIAM em entrevista, 2013)

Em relação à comunicação sindical e a importância desse elemento do sindicalismo veremos que neste caso

Ela proporciona o conhecimento de procurar melhorar as condições de trabalho. De ter um trabalho mais centrado naquilo que o trabalhador possa saber. Tudo aquilo que o trabalhador passa para nós é uma ferramenta, um dado que nós temos para melhorar a condição de trabalho. Desta forma é tudo gravado, analisado, vai para o

departamento certo. [...] Nós realizamos alguns eventos, dia dos pais, das mães, entre outros. É nesse momento que pegamos dez a quinze minutos e tentamos nos aproximar mais dos trabalhadores, pois esses eventos não é só festa, a festa é um modo de levar os trabalhadores e, apresentamos o que acontece com a categoria. (fala da liderança sindical da STIAM em entrevista, 2013)

Neste sentido, vale mencionar que o sindicato possui o boletim informativo chamado Ação, conforme nota-se no exemplar da Figura 18. Este informativo é elaborado por uma assessoria de imprensa que presta serviço a entidade. Sua periodicidade é mensal, sendo que sua distribuição se dá nas empresas do setor e nas subseções da base.

Os materiais coletados e analisados durante essa pesquisa foi no total de seis boletins informativos Ação, que foram fornecidos pelo sindicato, todos do ano de 2012. Desta forma, constatou-se que de modo geral nestes boletins os conteúdos trabalhados compreendem duas perspectivas. Uma é a do viés econômico, ou seja, o sindicato se utiliza da imprensa apenas para transmitir aos trabalhadores da categoria informações referentes à data base, campanhas salariais, informações sobre a inflação, entre outros dados. Outra esfera abordada nesses exemplares são os conteúdos de cunho assistencial, como os informes de festas, eventos, e comemorações. Enquanto que as questões trabalhistas, as condições de trabalho, questões políticas, não estão presentes nestes informativos.

Desta forma, os boletins informativos Ação elaborados pelo sindicato apenas buscam informar os trabalhadores dos ganhos econômicos e da atuação das suas lideranças sindicais. Aspectos políticos relacionados à categoria não são transmitidos, muito menos visões conjunturais da sociedade e das problemáticas mais gerais que possam influenciar direta ou indiretamente a categoria.

STIAM **Ação**

BOLETIM INFORMATIVO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DE MARILIA E REGIÃO

ANÚNCIO DE SETEMBRO DE 2012 DISTRIBUIÇÃO GRATUITA CAMPANHA SALARIAL 2012-2013 Fone: (13) 3492-0040

ATENÇÃO TRABALHADORES EM PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

ACORDO ESTADUAL FECHADO
FEDERAÇÃO E SINDICATOS CONQUISTAM

10% DE REAJUSTE
CONFIRA OS PISOS



FUNÇÃO	Salário
Balconista	R\$ 828,00
Admissão	R\$ 885,00
Após 90 dias	
Ajudante geral	R\$ 828,00
Admissão	R\$ 954,00
Após 120 dias	
Faxineiro	R\$ 828,00
Caixa	R\$ 985,00
Forneiro	R\$ 1.045,00
Salgadeiro	R\$ 1.045,00
Petisqueiro	R\$ 1.045,00
Padeiro	R\$ 1.309,00
Confeiteiro	R\$ 1.309,00

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS/LUCROS
R\$ 340,00

As empresas ficam obrigadas a pagar a todos seus empregados, a título de Participação nos Lucros/Resultados, referente ao exercício de 2011/2012 a quantia de R\$340,00, a ser paga em duas parcelas de R\$ 170,00, nos meses de fevereiro e agosto.

Desconto de contribuição assistencial de 4% conforme assembleia, obedecendo TAC do Ministério Público do Trabalho referente oposição



FALE O SEU PÃO
BACONINHA
E DO
SEU LUCRO

Figura 18: Exemplar do Boletim Informativo Ação do STIAM. Fonte: Arquivo do sindicato, setembro de 2012.

3.2.1.7 Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Ourinhos (STTR)

O sétimo sindicato visitado foi o STTR, no dia 30/04/13, observa-se na Figura 19, a sede deste em Ourinhos. Esta entidade foi fundada em 1989, conforme explica a liderança sindical entrevistada (2013), a partir de demandas locais e pelo motivo de não haver sindicato dessa categoria na região. Sua formação teve apoio da Federação. A base territorial deste sindicato compreende os municípios: Salto Grande, Chavantes, Ipaussu, Santa Cruz do Rio Pardo, Ibirarema, Bernardino de Campos, Piraju, São Pedro do Turvo e Ourinhos. Possuem na base aproximadamente 2000 trabalhadores, sendo que destes, apenas 400 são filiados ao sindicato.



Figura 19: Sede do STTR em Ourinhos. Fonte: autor, 2013.

A entidade não realiza cursos de formação política nem de formação sindical aos trabalhadores da base. Contudo o sindicato realiza cursos de capacitação profissional. Os trabalhadores, de acordo com a liderança em entrevista (2013), procuram a sede para sugerir demandas e fazerem denúncias referentes ao seu dia-dia de trabalho.

Em relação à comunicação sindical o sindicato utiliza apenas boletins informativos para manterem contato com a base. Estes boletins tem sua periodicidade direcionada aos meses anteriores e posteriores à data base da categoria, e durante o período de negociação. Estes materiais são elaborados na própria sede do sindicato pela diretoria do mesmo e distribuídos nas empresas e nos postos de trabalho.

A consideração da liderança deste sindicato em torno da imprensa sindical e da comunicação é tratada como

[...] importante. Pois o transporte de carga nós negociamos em Bauru, com outras sedes. Lá apresentamos a pauta para o sindicato patronal e negociamos com o sindicato patronal e vamos discutindo as pautas até chegar a um ponto bom para a categoria. Ou seja, a comunicação é boa para dar a respostas dessas reuniões para os trabalhadores. (fala da liderança sindical do STTR em entrevista, 2013)

Contudo, o sindicato dos Rodoviários em Ourinhos não forneceu seus boletins para serem analisadas nesta pesquisa, desta forma as pontuações expressas sobre este sindicato é fruto apenas da entrevista realizado com a liderança sindical dessa entidade em Ourinhos.

Neste sentido, vale explicar também que, os rodoviários não possuem jornais próprios, distribuindo assim materiais da central sindical, no caso da Nova Central Sindical. A entidade também, segundo depoimento do presidente entrevistado (2013), usa apenas o e-mail, entre os instrumentos das novas tecnologias de comunicação. Não possuem site ou outras fontes de comunicações na internet.

As principais dificuldades que a categoria vem enfrentando atualmente, de acordo com a sua liderança entrevistada (2013), são as infrações trabalhistas que as pequenas empresas do setor cometem na região, juntamente com a falta de atuação referente às inspeções do Ministério do Trabalho. Já em relação às principais dificuldades que a categoria vem enfrentando, mais precisamente na cidade de Ourinhos, é que os motoristas urbanos acumulam duas funções na empresa que realiza o transporte coletivo na cidade. Esta realidade da categoria vem sendo aplicada há cinco anos pelas empresas e foi aprovada pela Câmara Municipal da Cidade, de acordo com o entrevistado (2013).

3.2.1.8 Sindicato dos Bancários de Marília e Região (SEEBM)

O oitavo sindicato visitado em Ourinhos foi à subsede do SEEBM, no dia 07/05/13, conforme se observa sua sede pela Figura 20. Contudo, vale mencionar que a sede central deste sindicato está localizada no município de Marília/SP.



Figura 20: Sede do SEEBM em Ourinhos. Fonte: autor, 2013.

O sindicato dos Bancários tem 70 anos de criação sendo que a subsede de Ourinhos foi criada em 1976 passando para o prédio próprio onde está localizada atualmente, no ano de 1992. A base do sindicato compreende 17 municípios (Marília, Campos Novos Paulista, Garça, Ipaussu, Salto Grande, Ourinhos, Ocaúçu, Echaporã, Vera Cruz, Chavantes, entre outros). De acordo com a liderança sindical entrevistada (2013), a categoria possui 90% de filiação dos trabalhadores em toda a sua base.

A estratégia de se ter uma subsede em Ourinhos é para estar mais próximo da categoria, como pontua a liderança entrevistada (2013). Ou seja, esta sede de Ourinhos foi criada para atender com maior qualidade as microrregiões dentro do território base do sindicato.

Em relação às ações políticas que o sindicato realiza, veremos segundo o entrevistado que,

As ações políticas que a subsede realiza são mobilização da categoria (greves), vão para a porta do Banco, conscientização da população de que estão demitindo os trabalhadores bancários, que os clientes serão mal atendidos devido à diminuição do quadro de funcionários. Além da preocupação com os trabalhadores também se preocupam com os clientes, pois os mesmos pagam taxas bancárias, juros, etc., e isso refletirá diretamente no dia-dia da população. Portanto sempre realizamos campanhas de conscientização junto à população para que ela entenda o porquê das manifestações. (fala da liderança sindical do SEEBM em entrevista, 2013)

Em relação aos cursos de formação política e sindical para a sua base, constatamos em pesquisa de campo que este sindicato não oferece esses cursos. Oferecem apenas cursos de qualificações e especializações para os dirigentes sindicais, isto ocorre de três a quatro vezes por ano. E o intuito de realizar essas atividades tendo os dirigentes como sujeitos centrais dos cursos, são as campanhas salariais em torno da data base da categoria, ou seja, para preparar os dirigentes às negociações salariais da categoria.

O sindicato, de acordo com a liderança sindical entrevistada (2013), tem como maiores obstáculos atualmente os seus patrões, ou seja, os banqueiros que são uns dos maiores arrecadadores no Brasil e os que mais ganham. Contudo, nas negociações salariais são os que menos cedem aos seus funcionários. Já em relação às dificuldades para a categoria é a forma como os banqueiros tratam os bancários. Hoje, segundo o entrevistado (2013), os banqueiros tratam seus funcionários como vendedores, exigem que os funcionários tenham que vender títulos, seguros, uma infinidade de produtos que os bancos têm. Assim os banqueiros colocam metas abusivas aos seus funcionários levando-os a adoecerem, ao stress. Outro elemento presente dentro da categoria é a flexibilização do trabalho.

Diante disso, constatamos que para a liderança sindical entrevistada (2013), a importância da imprensa sindical é vista como

[...] muito importante é por isso que mantemos os jornais, boletins, o site, a lista de e-mail dos trabalhadores. A comunicação é muito importante, mas infelizmente a categoria ainda não verificou a importância disso né, de verificar o site periodicamente, de estar verificando o que está acontecendo né. Quando vamos realizando as campanhas salariais ou greve nós procuramos nos aproximar mais dos bancários, pois precisamos prepará-lo para esse movimento. Desta forma, começamos a campanha geralmente com uma pesquisa e partir desse momento tentamos uma aproximação maior para estar conduzindo os bancários a participarem das assembleias. Mas hoje há um desinteresse muito grande da população em participar das assembleias, algo que não é privilégio dos bancários, isso é geral, as assembleias são muito esvaziadas, então temos uma convocação muito intensa para que os bancários venham para assembleia para votar em uma greve para que ela possa existir. (fala da liderança sindical em entrevista, 2013)

Sendo assim, a imprensa sindical para esta liderança é importante, contudo pontua que os trabalhadores não tem o costume de acompanhar os conteúdos que são veiculados por ela. Contudo, verifica-se que esse desinteresse dos trabalhadores em acompanhar o jornal pode surgir também do próprio desinteresse das lideranças

sindicais em não realizar cursos de formação sindical com a base, ou seja, na tentativa de aproximar essa categoria a sua história e mecanismos importantes de luta.

Neste sentido, constatamos que o sindicato possui um boletim informativo de periodicidade mensal chamado Agora, como pode ser observado no exemplar da Figura 21 e 22. Este informativo é elaborado pela central e disponibilizado nas subsedes. Contudo as subsedes podem enviar conteúdos de suas microrregiões para serem publicados no informativo. A entidade possui um setor de imprensa em sua sede onde são confeccionados os materiais. Também se utilizam de boletins de caráter urgente se forem necessários, normalmente feitos para as notícias, como por exemplo: em período de greves e de mobilizações. Já em relação às novas tecnologias (e-mail, site e outros) o sindicato vem se utilizando com frequência ultimamente, como aponta a liderança entrevistada (2013).

Boletim Informativo do Sindicato dos Bancários de Marília e Região - MAIO 2013

Agora

Sindicato on line acesso: www.bancariosmarilia.com.br

Sindicato dos Bancários de Marília e Região.

1943-2013

70

Anos

Fundado em 1943

Federação dos Bancários de SP/MS

CAMPANHA NACIONAL 2013

RUMO A NOVAS CONQUISTAS

Bancários começam a traçar estratégias de mobilização

Bancários de Marília junto com representantes de seis regiões do Estado de São Paulo e uma do Mato Grosso do Sul participaram dia 06/05 do lançamento regional da Campanha Salarial 2013. A data-base da categoria é 1º de setembro e até agosto, conforme antecipou o presidente do Sindicato dos Bancários de Marília e vice-presidente da Federação dos Bancários dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Edilson Julian, a pauta de reivindicações estará totalmente formatada. "Inclusive com o índice de reajuste. A categoria precisa encontrar um índice que recupere as perdas sofridas ao longo de um ano de inflação e acrescente um ganho real para o fortalecimento salarial. Esta campanha não será fácil, mas o movimento sindical, junto com todos os bancários, está compondo ação fortalecida",



que esteve presente com uma comitiva de oito diretores. Junto com Marília e Rio Preto, participaram do Erban sindicalistas e bancários de Tupã, Araçatuba, Votuporanga, Andradina, Pontaporã e Lins, totalizando aproximadamente 80 pessoas. Os participantes foram divididos em quatro grupos que analisaram temas e questões ligadas à remuneração, emprego, saúde e condições de trabalho, segurança e sistema financeiro nacional. "Estamos atentos com relação à segurança, já que no mês passado a Polícia Federal aplicou quase R\$ 6 milhões em multas em bancos que não cumpriram os requisitos básicos de segurança, como manter vigilantes nas agências", disse o presidente Julian.

garantiu Julian. O Encontro Regional dos Bancários (Erban) aconteceu nesta segunda-feira, dia 6, na sede do Sindicato dos Bancários de Marília. A Federação dos Bancários de SP e MS esteve representada por Edilson Julian, vice-presidente e os diretores Aparecido Roveroni e João Analdo. Roveroni ocupa a presidência do Sindicato dos Bancários de São José do Rio Preto,

Figura 21: Exemplar do Boletim Informativo Agora do SEEBM de Ourinhos. Fonte: Arquivo do sindicato, maio de 2013.

CONGRESSOS DEBATEM QUESTÕES ESPECÍFICAS E LANÇAM CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO

Bradesco

O Presidente do Sindicato participou, entre os dias 2 e 4 de abril, do Encontro Nacional dos Funcionários do Bradesco, em Atibaia (SP). Aprofundar a discussão sobre a importância da organização e revitalizar a campanha por mais respeito do banco e valorização dos funcionários. Precedido por encontros regionais, o Encontro Nacional também atualizou a pauta de reivindicações específicas, para ser discutida de forma permanente com o banco. A pauta tem como principais bandeiras a criação de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), melhores condições de trabalho e preservação da saúde e auxílio-educação para todos. Em sua propaganda, o Bradesco explora sentimentos de valorização do ser humano – o contrário do que o banco faz com seus funcionários. Por isso os sindicatos vão intensificar a mobilização em todo o país para pressionar o Bradesco a negociar as reivindicações.



ItauUnibanco

Campanha de Valorização dos Funcionários em resposta às milhares de demissões, às péssimas condições de trabalho e ao descaso da direção do Itaú em resolver os problemas dos trabalhadores.

O cara que está todo o tempo querendo vender. Porque já não sabe mais se o emprego vai ter.



O fim das demissões, da rotatividade, do horário estendido e das metas abusivas serão os eixos centrais da Campanha de Valorização dos Funcionários do Itaú. A mobilização foi aprovada por cerca de 160 delegados de todo o país que participaram do encontro nacional de dirigentes sindicais da instituição financeira entre 2 e 4 de abril, em Embu das Artes, São Paulo, e contou com a presença dos diretores do Sindicato Valter e Nivaldo.

O Itaú é o banco que mais demitiu no Brasil em 2012, apesar dos lucros recordes. A instituição fechou 7.995 postos de trabalho, uma redução de 8,09% de seu quadro funcional. Desde março de 2011, já são 13.694 empregos a menos. Enquanto isso, o lucro líquido recorde do Itaú atingiu R\$ 14.063 bilhões em 2012. Esse foi o segundo maior lucro de um banco no país. O maior foi o resultado do próprio Itaú em 2011, quando bateu R\$ 14.648 bilhões.

Sem contar que, embora tenha sido bilionário, o lucro teria sido ainda maior se o banco não tivesse a manobra contábil de superdimensionar as provisões para devedores duvidosos (PDU), que apresentou um crescimento de 20,88%, passando de R\$ 19,9 bilhões em 2011 para R\$ 24,025 bilhões em 2012. Ao mesmo tempo, a taxa de inadimplência real de dezembro de 2012 diminuiu 0,1 ponto percentual em

relação ao mesmo período de 2011. Na comparação de dezembro em relação a setembro de 2012, a variação foi de -0,3 ponto percentual, o que demonstra estabilidade.

O banco pagou em 2012 todas as despesas de pessoal apenas com receitas de serviços e tarifas e ainda apresentou um excedente de 44,8% da soma dessas receitas. Além disso, a despesa com pessoal cresceu apenas 0,5% de 2011 para 2012, isso mostra que o Itaú está se utilizando da rotatividade e do corte de funcionários para turbinar o seu lucro.

DIFERENÇA INJUSTA

O total desembolsado pelo banco para pagar a FLK em 2012 para seus funcionários foi de R\$ 702 milhões. Enquanto isso, o Itaú pagou de bônus aos 15 membros da sua diretoria executiva R\$ 125 milhões. Ou seja, cada um deles recebeu uma remuneração anual de R\$ 8,3 milhões. Pode?



Encontro Nacional dos Funcionários do Itaú realizado de 2 a 4 de abril em Embu das Artes (SP)

Santander

A Federação dos Bancários de SP e MS realizou, no dia 14, na sede do Sindicato de Campinas, encontro preparatório ao encontro Nacional, que irá acontecer entre os dias 4 e 6 de junho, em São Paulo. Na pauta do Encontro de Campinas, que terá início às 9h, temas como Emprego, Remuneração, Saúde e Condições de Trabalho, Previdência Complementar e Plano de Saúde.

Bancários do HSBC se reúnem na Federação para debater temas do Encontro Nacional

A Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul promoveu nesta sexta-feira, dia 3, uma reunião para preparar os bancários do HSBC para o Encontro Nacional, marcado para os dias 15, 16 e 17 de maio, em Curitiba (PR). No encontro, os funcionários aprofundaram os debates sobre emprego, saúde e condições de trabalho, remuneração, previdência complementar e plano de saúde. O Sindicato foi representado pelos diretores Jair, Adriano e Jefferson.

Neste sentido, quanto a análise dos materiais coletados nesta entidade sindical, vale mencionar que foram analisados alguns exemplares do boletim informativo Agora dos anos de 2003 (dois exemplares), 2005 (dois exemplares), 2006 (um exemplar), 2007 (dois exemplares), 2008 (um exemplar), 2009 (um exemplar), 2010 (um exemplar), 2011(um exemplar), 2012 (dois exemplares) e de 2013 (dois exemplares).

Em relação aos conteúdos contidos nesses boletins coletados no sindicato o que podemos mencionar é que, o boletim Agora tem uma estrutura que se repete em todas as edições. Utilizando-se sempre de charges, fotos e imagens para passarem o conteúdo. Em relação ao viés econômico, notou-se a presença deste elemento como constante nos materiais, trazendo informações de perdas salariais dos trabalhadores, campanhas salariais, dados referente à inflação. São publicados frequentemente notícias referente às mobilizações pelo território da base sindical, denúncia da condição de trabalho da categoria, notas sobre o jurídico, chamadas a sindicalização aos trabalhadores. Também contêm nesses exemplares analisados notícias sobre negociações salariais, falas do presidente referentes aos programas assistenciais que o sindicato oferece a sua base, como por exemplo, festas, colônia de férias, entre outros.

3.2.1.9 Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Motéis, Apart-Hotel, Flets, Restaurantes, Lanchonetes, Fast-Food, Bares e Similares de Marília, Ourinhos, Assis e Região (SINTHORESSOU)

A nona entrevista realizada com lideranças sindicais, foi no SINTHORESSOU, no dia 22/05/13, localizado na região central da cidade, conforme se observa a Figura 23. Este sindicato foi fundado em 1992, após um estudo de viabilidade de fundação deste sindicato pela Federação. Além disso, vale destacar que a região de Marília passou a ser representada por esta entidade a partir do ano de 2002.



Figura 23: Sede do SINTHORESSOU em Ourinhos. Fonte: autor, 2013.

A base do sindicato abrange 20 municípios, entre eles: Assis, Marília, Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, Salto Grande, Ipaussu, Piraju, Chavantes, entre outros. Filiados ao sindicato desta base territorial, a entidade possui em torno de 1100 associados. O número de trabalhadores da categoria é aproximadamente de 3500 trabalhadores. De acordo com a liderança sindical em entrevista (2013), um dos motivos que dificulta à taxa de filiação a entidade é devido à alta rotatividade da categoria e também pela prática utilizada por algumas empresas de utilizar trabalhadores sem registros.

O sindicato não possui nenhum curso de formação política ou de formação sindical com a base. O que é realizado são apenas assembleias, principalmente no período da data base da categoria com o intuito de chegar a uma meta de aumento salarial. Neste momento, os dirigentes sindicais procuram através do diálogo com a categoria chegar a um número e levar para a mesa de negociação com o sindicato patronal. A entidade também não possui curso de formação sindical para os militantes e dirigentes.

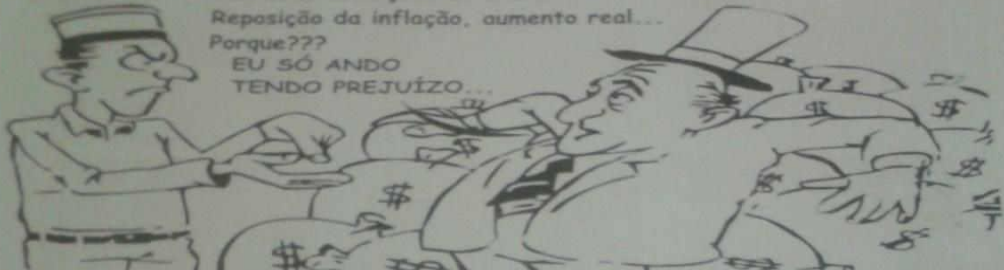
Já em relação à imprensa sindical a entidade utiliza boletins (de caráter urgente) e do jornal chamado Fique Por Dentro, conforme se pode observar no exemplar da Figura 24. Esses periódicos são utilizados para comunicar-se com sua base e levar as bandeiras de luta da categoria. O jornal é confeccionado por lideranças sindicais tendo periodicidade semestral, e são distribuídos nos locais de trabalho da categoria.

FIQUE POR DENTR

REUNIAMO-NOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, MOTÉIS, APART-HOTÉIS, FLATS, RESTAURANTES, LANCHINETES, FAST FOOD, BARRAS E SEMELHANTES DE MARILIA, OREINHON, ANÍS E REGIÃO.

1400-0000 E 044-Jardim, 307 - São João, 100 - Fone 3044-0077 - BOMFIM, 1 - Joo de Deus, 111 - Jardim - Fone 3234-0777 - 40000 - E São de Deus, 128 - Centro - Fone 3234-0000

Meiores condições de trabalho
Reposição da inflação, aumento real...
Porque???
EU SÓ ANDO
TENDO PREJUÍZO...



NEGOCIAÇÃO SALARIAL 2010

O Sindicato está em plena campanha salarial. A nossa pauta de reivindicação já está pronta.

NÃO POSSO PASSAR LA FAÇO MUITOS SACRIFÍCIOS.

Compareça nas assembleias convocadas pelo Sindicato. Tragam suas propostas para os companheiros e mostrar vontade de lutar para conquistarmos melhores condições de trabalho, salários e melhores benefícios sociais. O nosso Sindicato está firme nesta luta, mas sem sua participação na campanha salarial, esta batalha será ainda mais dura.

Não adianta ficar só reclamando dos baixos salários. É preciso participar, compareça e comparecer nas assembleias. Os companheiros, a hora é agora ou você entra na luta para melhorar sua condição de trabalho. Não se deixe enganar pelo patrão. Segundo o Presidente do Sindicato patronal de Marília em matéria dada no Jornal Diário de Marília do dia 05/07/2009,

"o setor hoteleiro é um dos ramos que mais vem crescendo, isso se deve a consolidação da cidade como polo de turismo de negócios". A explicação para esse fenômeno é a presença de indústrias e a posição geográfica privilegiada da cidade. Finaliza o Presidente do Sindicato Patronal. É isso aí companheiros está na hora de repartir o bolo.

O Sindicato não pode fazer milagre: Depende única e exclusivamente de você

TRABALHADOR

Não tenha receios ligue para o Sindicato, nunca se esqueça a "Bola de Cristal" do Sindicato é você TRABALHADOR!

VAMOS INVESTIGAR AS DENÚNCIAS, O PAU VAI COMER EM CIMA DOS RESPONSÁVEIS

LIGUE 2ª A 6ª DAS 08:00 AS 11:00 E DAS 13:00 AS 17:00 HS

COMPAREÇA ATÉ O SINDICATO PARA MELHORES INFORMAÇÕES

Figura 24: Exemplar do Jornal do SINTHORESSOU. Fonte: Arquivo do sindicato, 2010.

A importância da comunicação sindical, especialmente a imprensa sindical, para a entidade é que,

Sem ela o sindicato não vive, porque muitas vezes o que acontece né. Tem pessoas que procuram o sindicato porque veem na sua folha de pagamento um desconto referente à filiação no sindicato (contribuição voluntária) todo mês. E não entende o porquê deste desconto e liga pra gente perguntando o que é isso. Aí explicamos para essas pessoas que esta contribuição vem pra manter as atividades do sindicato né, como: para manter nossa colônia de férias, o departamento jurídico, falamos do piso que buscamos para esses trabalhadores, entre outros. Porque apenas o imposto sindical não dá conta de manter todos os serviços

que o sindicato quer efetivar para os trabalhadores. (fala da liderança sindical do SINTHORESSOU em entrevista, 2013)

Os jornais coletados desta entidade para podermos compreender melhor a utilização da imprensa sindical como mecanismo de aproximação do sindicato em relação à categoria foram os jornais Fique Por Dentro, publicados pelo sindicato entre os anos de 2004 a 2012. Seleccionamos no caso um exemplar de cada ano para analisar e estabelecer nossas relações para esta pesquisa.

O principal conteúdo das informações vinculadas pelos jornais Fique Por Dentro, nesse recorte histórico, foi de informações com o viés econômico, é o exemplo de notícias sobre os dissídios coletivos, reajustes salariais, quebra de caixa, inflação e perda de compra dos trabalhadores. Outras informações presentes nesses jornais são referentes a questões trabalhistas como: a precariedade no ambiente de trabalho, desvios de função, infração das leis trabalhistas em algumas empresas na cidade, o que se nota no exemplar da Figura 25. Outros elementos presentes no jornal são textos referentes à importância do sindicato para a categoria, o seu trabalho. Também estão presentes informações de caráter assistencialista, como as colônias de férias, cabeleireiros, departamento jurídico para apoiar os trabalhadores, etc. Referente a conteúdos de caráter político não foi encontrado nenhuma informação atuante e existente nesses jornais.

Seu patrão tá com maracutaia!
Tem chefe carrasco e sacana na empresa
onde você trabalha!

DISK DENÚNCIAS

Ouriinhos e Região: **3324-1077** | Marília e Região: **3454-8057**

Ligue para o sindicato a "Bota de Cristal" do Sindicato é o trabalhador. Exija seus direitos, exija ser tratado com dignidade. Não é obrigatório sua identificação. Vamos investigar as denúncias e onde houver sujeira o pau vai comer em cima dos responsáveis. Ligue de 2ª a 6ª das 8 às 17hs.



DENÚNCIAS E FISCALIZAÇÕES

As denúncias de abusos cometidos contra os trabalhadores continuam. Muitas empresas continuam pisando em cima da CLT e das convenções coletivas de trabalho. Não registram empregados, não pagam o piso normativo, desrespeitam horário e jornada de trabalho, não depositam FGTS, não pagam

feriados trabalhados, horas extras, adicionais noturno, etc. A diretoria do sindicato cumprindo seu papel fiscalizador, tem notificado e levado ao conhecimento do Ministério do Trabalho essas empresas que praticam irregularidades para evitar prejuízo à categoria.

VEJA ALGUMAS DAS RECORDISTAS EM RECLAMAÇÕES EMPRESAS FISCALIZADAS E AUTUADAS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO DE ASSIS

ASSIS

ROSANE M. DE ANDRADE VERÍSSIMO-ME
SHALON SOVETES-ME
BUFFET AQUARELA
CANTINA DO TATU

CHURRASCARIA CHOPÃO DE ASSIS
BAR E REST. CABRAL DE ASSIS LTDA-ME
ROTISSERIA GOURMET

CÂNDIDO MOTA

LANCHONETE DO JOAQUIM

MARÍLIA

NELORE GRILL

Como toda empresa que não gosta de cumprir a Convenção Coletiva de trabalho, esta empresa é recordista em reclamação dos trabalhadores, entra ano e sai ano e ela continua em destaque na lista dos maus patrões, empregados sem registro, não pagamento de horas extras, enfim, inúmeras irregularidades. SINDICATO NELE! E mais empresas fiscalizadas e autuadas pelo ministério do Trabalho em Marília.

MARÍLIA PALACE HOTEL-ME

RITA MARIA DE LYRA P MARÍLIA-ME
SABOR DA CASA
CENTRO DE DIVERSÕES ESMERALDA



OURINHOS

RESTAURANTE ILHA DO SOL

Nesse estabelecimento segundo denúncias, relógio é fichinha perto do que se trabalha. Aliás, os empregados só tem hora para entrar para sair só DEUS sabe. Mas o pagamento das horas extras, não pensar. Um outro absurdo é os empregados pagarem pelos materiais descartáveis utilizados por eles, sem contar as ofensas pessoais e humilhações que o patrãozinho e a patroazinha submetem os trabalhadores.

RESTAURANTE ALFAIAT

Eta restaurante problemático, hein? Nesse estabelecimento segundo denúncias, os empregados trabalham a jornada normal mas ganham só a metade do salário. E as denúncias não param aí além de limpar e lavar o estabelecimento, ainda a empregada que lavar as roupas do patrão e ser acusada de roubo. Fiscalizem nele!

HOTEL VILLAGE

Segundo denúncias, nesse estabelecimento tem que ser muito para trabalhar, tem que cumprir duas jornadas de trabalho reclamar, se não RUUUUU! Vamos mandar uma fiscalização no estabelecimento para verificar se ele está cumprindo o C. Coletivo/2004.

Figura 25: Exemplar do jornal Fique Por Dentro do SINTHORESSOU. Fonte: Arquivo do sindicato, 2004.

3.2.1.10 Sindicato dos Empregados no Comércio de Ourinhos e Região (SINCOMERCIÁRIOS)

O décimo representante sindicalista entrevistado foi do SINCOMERCIÁRIOS no dia 28/05/13, estando localizado no centro da cidade, conforme se vê a sede na Figura 26. O sindicato foi formado no ano de 1987, porém anterior a esta data de formação do sindicato e reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, já existia uma Associação Profissional dos Empregados no Comércio de Ourinhos (APECO) que foi a entidade que submeteu o pedido da carta sindical ao Ministério para formação do sindicato.



Figura 26: Sede do SINCOMERCIÁRIOS em Ourinhos. Fonte: autor, 2013.

O sindicato tem uma base territorial composta por 20 municípios, entre eles os que mais se destacam são: Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, Piraju, Chavantes, e Fartura. Esta base compreende nove mil trabalhadores, destes três mil e quinhentos estão filiados ao sindicato, conforme informou a liderança sindical entrevista (2013).

Vale explicar que o sindicato representa cinco categorias, são elas: supermercados, farmácias, concessionárias de veículos, comércio atacadistas e varejistas em geral. A rotatividade maior dentro dessas categorias comenta a liderança entrevista (2013), ocorre nos supermercados.

Em relação aos principais problemas que a categoria enfrenta de acordo com a liderança sindical entrevistada (2013) se deve as jornadas de trabalho, no que se refere aos trabalhos de sábados e domingos, horas extras, etc.

A entidade não possui cursos de formação política, nem sindical para a categoria, mas a liderança entrevistada (2013) aponta que utilizam os boletins, site, e-mails, rádio local, TV a cabo, e jornais comerciais da cidade (Jornal da Divisa, Diário de Ourinhos e outros) para realizar esse tipo de atividade junto à base. Entretanto a Federação está iniciando um trabalho de formação com as lideranças e os dirigentes sindicais, na qual esse projeto tem o nome de Corrente Comerciária.

Em relação à comunicação sindical e a importância dada pelo sindicato, diz sua liderança que

A comunicação é de grande importância né. A comunicação hoje é tudo, é como diria o Chacrinha né, “quem não se comunica se se estrumbica né”. Então se você não tiver uma comunicação boa com a categoria. [...] (A comunicação é) fundamental. (fala da liderança sindical do SINCOMERCIÁRIOS em entrevista, 2013 – grifo nosso)

Além disso, o presidente do sindicato continua dizendo que a imprensa sindical,

Hoje é tão importante. Pois se você conhecer a história do nosso sindicato você vai perceber que nosso sindicato é atuante. Entanto às vezes você chega em uma lojinha aí as pessoas nem sabem. Porque isso acontece? Como você tem um sindicato atuante na cidade, que tem sede própria, que tem feito muitos eventos, possui muitas conquistas e muitos comerciários não sabem disso. Dá-se pela falta de interesse. Às vezes você passa com o jornal o cara coloca de baixo do balcão, isso quando nem pegam. Então existe uma falta de interesse dos trabalhadores, isso não é só da nossa categoria. [...] Isso está mudando um pouco com a tecnologia né, hoje a tecnologia por si só tá levando as facilidades, hoje um cara com o celular no bolso recebe informações 24 horas por dia. Por isso estamos investindo nesses novos meios de comunicação (internet, rede de relacionamento, etc.) [...]. Para levar mais informações e conscientizar os trabalhadores. (fala da liderança sindical do SINCOMERCIÁRIOS em entrevista, 2013)

Diante disso, em relação à comunicação sindical a entidade possui um departamento de assessoria de comunicação e imprensa com funcionário contratado para cuidar dos serviços referentes à assessoria. A entidade possui um jornal chamado de Manifesto Comerciário, como pode ser visto pelo exemplar da Figura 27. Além disso, o sindicato também possui um boletim informativo chamado de: Informativo do SINCOMERCIÁRIOS.



Figura 27: Exemplar do Jornal: Manifesto Comerciário do SINCOMERCIÁRIOS. Fonte: Arquivo do sindicato, maio de 2013.

Os jornais do sindicato tem sua periodicidade relacionada à data base de cada categoria que o sindicato representa, ou seja, para cada categoria representada à entidade lança um jornal. Contudo, também são lançados boletins em regime de urgência. A liderança sindical entrevistada (2013) também comenta que o sindicato não possui exemplares preservados no sindicato, apenas as notícias que eles publicam nos jornais comerciais da cidade.

Os materiais disponibilizados para esta pesquisa pela liderança sindical foram apenas um jornal Manifesto Comerciário do ano de 2013 e dois boletins informativos: um de um evento realizado na cidade para a categoria comemorando o 1º de maio (dia do trabalho) e outro relacionado à potencialidade e a importância da mulher para a categoria. Referente ao evento realizado por este sindicato para os trabalhadores da base em Ourinhos é interessante ressaltar aqui a presença neste evento da liderança do sindicato patronal no evento dos trabalhadores, inclusive tirando fotos com liderança do sindicato dos trabalhadores, como pode ser visto na Figura 28.



Figura 28: Foto da liderança sindical do SINCOMERCIÁRIOS com a liderança Patronal durante um evento realizado para a base do sindicato dos trabalhadores. Fonte: Boletim Informativo: SINCOMERCIÁRIOS, maio de 2013, disponibilizado pelo sindicato. Adaptado pelo autor, 2013.

O conteúdo publicado no jornal: Manifesto Comerciário, analisado deste sindicato, apresenta na sua totalidade um caráter econômico. Ou seja, o sindicato trabalha apenas com informações relacionadas à data base, aumento do salário, diminuição do poder de compra dos trabalhadores. Já em relação às demandas trabalhistas, o sindicato apresenta como principal bandeira de luta o combate ao trabalho durante os domingos até às 22 horas nos mercados da cidade. Os empregadores junto com a prefeitura da cidade apoiam a iniciativa, porém o sindicato discorda, afirmando que a melhor solução é não abrirem seus estabelecimentos aos domingos. Outras informações presentes no material analisado é o de caráter assistencialista, que

contém informações de festas e eventos que o sindicato realiza, assim como propagandas da colônia de férias da entidade.

3.2.1.11 Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Ourinhos e Região (STICMO⁷)

A última liderança sindical entrevistada foi do STICMO, no dia 18/07/13, como se pode ver a sede pela Figura 29. Este sindicato foi fundado no ano de 1989, sendo que sua primeira liderança foi eleita apenas no ano de 1990. O sindicato representa onze categorias diferentes, entre elas: pintura, cal e gesso, setor cerâmico, móveis, construção, terraplanagem, montagens industrial, entre outros. Mas o principal é a construção civil. Os municípios presentes dentro da base da entidade são: Salto Grande, Ibirarema, Canitar, Santa Cruz do Rio Pardo, Ourinhos, Chavantes, Ipaussu e Bernardino de Campos.



Figura 29: Sede do STICMO em Ourinhos. Fonte: autor, 2013.

A quantidade de trabalhadores na base territorial da entidade é de aproximadamente quatro mil trabalhadores, destes apenas quinhentos são filiados ao sindicato. Contudo, apontou a liderança sindical entrevistada (2013) de que isso ocorre

⁷ STICMO: sigla para o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Ourinhos e Região, criada pelo autor para facilitar a dissertação do texto.

devido a alta rotatividade da categoria, sem contar com a informalidade no setor, o que dificulta ainda mais a filiação dos trabalhadores ao sindicato.

A entidade sindical não possui curso de formação política nem sindical voltado para os trabalhadores. Já em relação aos militantes e dirigentes sindicais o curso de formação sindical é oferecido pela Federação. Contudo, coloca a liderança sindical entrevistada (2013) que, a entidade busca através de parcerias com instituições públicas ou então com o sindicato patronal, realizar cursos de capacitação e formação profissional para os trabalhadores da categoria.

Já em relação à imprensa sindical, os materiais disponibilizados pelo sindicato para análise durante essa pesquisa foram um jornal do ano de 2010 e, um boletim do ano de 2012. O jornal que este sindicato possui é intitulado O Construção, como nota-se no exemplar da Figura 30.

O jornal O Construção é elaborado pela entidade apenas nos períodos das datas bases das categorias representadas pelo sindicato. Este é distribuído nas empresas do território base da entidade, sua tiragem está relacionada às datas bases das categorias, ou seja, para cada categoria um jornal é elaborado por data base.

Quanto ao conteúdo presente nesse jornal O Construção, verificou-se diante da pesquisa que ele é praticamente voltado para as notícias assistencialistas, como por exemplo, os serviços que o sindicato oferece aos trabalhadores, como: gabinete odontológico, assistência jurídica, eventos esportivos, colônia de férias, etc. Outras informações presentes nesse jornal estão relacionadas à esfera econômica, ou seja, as campanhas salariais, recuperação do poder de compra do trabalhador, entre outros dados. Já em relação ao caráter político não foi possível verificar a presença dessas informações nesse exemplar.



Figura 30: Exemplar do Jornal O Construção do STICMO. Fonte: Arquivo do sindicato, fevereiro de 2010.

Já o boletim é elaborado pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo, e é chamado de Feticom-SP, como pode-se observar um exemplar na Figura 31.



FETICOM-SP

Araçatuba, Araraquara, Araras, Assis, Barra Bonita, Barretos, Campos do Jordão, Capivari, Cruzeiro, Escovadas, Franca, Itapetininga, Itatiba, Itu, Jaboticabal, Jau, Jundiaí, Limeira, Marceiros/SP, Marília, Maromba, Matão, Mirassol, Mococa, Mogi Guaçu, Ourinhos, Panorama, Piracicaba, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto/CC, Ribeirão Preto, Marceiros, Santo André, São Carlos, São José do Rio Preto, Sindresp, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté.

Campanha Salarial 2013

TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO DEFINEM PAUTA DA CAMPANHA SALARIAL 2013.



Milhares de Trabalhadores da Construção, que participaram das assembléias realizadas por todo o Estado organizadas pelos Sindicatos com a participação de diretores da FETICOM, definiram nas assembléias a pauta a ser discutida com o Sindicato Patronal.

Dentre as principais reivindicações encaminhadas estão:

- Reposição da inflação dos últimos 12 meses; - Aumento real de 5%; - Mais 5% para recuperação de parte do poder aquisitivo dos últimos seis anos; - Elevação dos Pisos Salariais; - Ticket Alimentação no valor de R\$ 18,00 por refeição; - Hora extra a 100%; - Estabilidade de 60 dias após retorno das férias; - Participação dos Trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas;	- Adicional de 50% no horário noturno em razão da periculosidade e penosidade do trabalho; - Seguro de vida obrigatório; - Fornecimento de três jogos de uniformes; - Formação dos trabalhadores em Saúde e Segurança do Trabalho; - Estabilidade ao trabalhador acidentado no trabalho, por prazo igual ao do afastamento; - Estabilidade de 60 dias ao trabalhador afastado por doença após a alta.
--	--

FETICOM-SP e seus Sindicatos

Figura 31: Boletim da FETICOM/SP. Arquivo do sindicato, 2013.

Os conteúdos presentes no boletim da Federação estão relacionados apenas à esfera econômica, ou seja, este informativo convida os trabalhadores para a campanha salarial de 2013. Dentro dessa notícia o boletim passa as principais reivindicações da

categoria para os trabalhadores. Outra informação contida no boletim é referente à importância da mobilização para garantir as pautas propostas pela categoria. Neste material não foi encontrado nenhum conteúdo político ou trabalhista.

3.2.2 Discussão dos dados obtidos na pesquisa

Após apresentarmos alguns dos principais elementos referentes à comunicação sindical, mas especificamente a imprensa sindical dos sindicatos sediados em Ourinhos, realizamos uma organização e localização destas entidades no município, como nota-se na Figura 32.



Figura 32: Espacialização dos sindicatos onde foram realizadas as entrevistas e coletas dos materiais em Ourinhos/SP. Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor, 2013.

Para sintetizar as informações apresentadas nesta parte empírica sobre as imprensas sindicais e as formas de comunicação que as entidades representativas dos trabalhadores em Ourinhos se utilizam, organizamos a Tabela 5 como uma síntese desses dados expostos no trabalho, a partir das entrevistas e materiais coletados e analisados.

QUADRO SÍNTESE DOS DADOS DA COMUNICAÇÃO SINDICAL DOS SINDICATOS DE OURINHOS/SP						
Sindicatos (sigla)	Ano de criação	Central sindical	Comunicação Sindical			
			Jornal	Boletim Informativo	Site	E-mail
APEOESP	1989	CUT	Jornal da APEOESP	-	www.apoesp.org.br	ourinhos@apeoespsub.org.br
STEFZS	1986	NCST	Sorocabano	-	www.sinfer.org.br	-
SINHSFIL	1990	CUT	Plantão Saúde	Plantão Sindical	-	-
AFUSE	1985	CUT	Jornal da AFUSE	Boletim AFUSE	www.afuse.org.br	-
SFBR	1995	CUT	-	O BRONCA	www.sindicatofrentistabauru.com.br	-
STIAM	1953(*)	FS	-	AÇÃO	www.stiam.org.br	-
STTR	1989	NCST	-	-	-	sindicadorodoviaros@ig.com.br
SEEBM	1976	-	-	Informativo Agora	www.bancariosmarilia.com.br	seebmarourinhos@terra.com.br
SINTHORESSOU	1992	-	Fique Por Dentro	-	www.sinthoresmar.com.br	contato@sinthoresmar.com.br
SINCOMERCIÁRIOS	1987	FS	Manifesto Comercário	Informativo do SINCOMERCIÁRIOS	www.secourinhos.com.br	-
STICMO	1989	NCST	O Construção	Boletim da FETICOM/SP	-	-
Nota: (*) Ano de criação do sindicato em Marília (não conseguimos dados do ano de criação em Ourinhos); CUT (Central Única dos Trabalhadores); NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores); FS (Força Sindical).						

Tabela 5: Quadro síntese dos dados da comunicação sindical dos sindicatos de Ourinhos-SP. Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Diante desses dados expostos até então nesta parte empírica da nossa pesquisa, buscaremos a seguir realizar uma discussão entre esses dados obtidos sobre as imprensas sindicais em Ourinhos.

Antes de falarmos mais precisamente da imprensa sindical é necessário discutirmos a visão e o entendimento das lideranças sindicais sobre a importância da comunicação sindical para os próprios sindicatos. A maioria das lideranças sindicais entrevistadas, como a dos STEFZS, STTR, STICMO e SINCOMERCIÁRIOS, colocaram que a importância da comunicação sindical para os sindicatos é que ela é uma forma de esclarecimento dos trabalhadores sobre as ações do sindicato, ou seja, uma forma das lideranças sindicais mostrarem para a sua base os trabalhos desenvolvidos por suas entidades. Outros consideram que à imprensa além de ter esse trabalho, deve realizar denúncias junto a sua categoria sobre as condições de trabalho, como foi o caso do SINTHORESSOU.

Para outras lideranças a percepção sobre a comunicação sindical se difere da representada até o momento, veem a comunicação como um mecanismo de luta e de informação com as suas categorias, como foi o caso do SEEBM, STIAM e AFUSE. Em alguns casos até transcendem essa visão, acreditam que, a comunicação dos sindicatos é uma ferramenta importantíssima da ação dos sindicatos onde suas lideranças podem manter um maior contato e aproximação com as bases.

Outras lideranças acreditam que a comunicação sindical é uma ferramenta do sindicalismo que possibilita uma troca de diálogos entre a liderança e a base, sendo uma forma de mostrar aos seus trabalhadores as conjunturas políticas e sociais que o conjunto dos trabalhadores vem passando, juntamente com as políticas que vem sendo desenvolvido de precarização e de extrema exploração do trabalho, o que podemos encontrar em pequenas dosagens nos boletins ou jornais dos APEOESP, SEEBM e da AFUSE. Estas lideranças que possuem esta concepção sobre a importância da comunicação dos sindicatos, acreditam que a imprensa sindical é uma importante forma de conscientização e de levar para os trabalhadores de sua base as problemáticas que atingem a categoria. Contudo, como já mencionamos, entre os três citados acima, os que apresentam uma maior intensidade em relação ao que foi dito são o do SEEBM e o da APEOESP, destacando-se mais o último.

Outro elemento importante a se destacar é referente à formação sindical ou política que as entidades buscam realizar junto as suas bases e lideranças sindicais. Mas o porquê de se destacar este elemento? Como constatamos muitos sindicalistas apontaram que os trabalhadores são desmobilizados, que não lêem os informativos distribuídos pelos sindicalistas. Mas devemos refletir sobre o porquê disso tudo.

É lógico que um simples elemento não vai responder todas as questões, que atinge e apontam esses fatores na classe trabalhadora brasileira, essa falta de participação e de leitura, são elementos presentes dentro de outras problemáticas sociais que afligem e que ajudam a manter o desinteresse pela leitura e pela participação em entidades de classes e em movimentos sociais.

Contudo, em nossa pesquisa acreditamos que parte dessa falta de interesse dos trabalhadores surge da própria atuação dos sindicalistas, pois a maioria dos sindicatos não realiza formação política com/para sua base, apenas para suas lideranças e militantes. Sendo assim, a base é vista como um cliente que em algumas reuniões são esclarecidas sobre a atuação do sindicato. É o caso principalmente observado nos STEFZS, SFBR, STIAM e SINCOMERCIÁRIOS. Isso quando possuem ou se utilizam das centrais sindicais para realizarem esse tipo de formação, outros sindicatos já nem realizam e nem possuem a perspectiva de realizar esses cursos e formações, como é o caso do STICMO e STTR.

Entretanto outras lideranças ainda realizam formação sindical de suas lideranças como também de suas bases, como é o caso da APEOESP de Ourinhos. Sem dizer, que neste sindicato, teremos a diferenciação dos cursos de formação dependendo da corrente em que a subsede se insere dentro da entidade central. Porém apresenta a liderança local de Ourinhos que a participação dos trabalhadores é ainda baixa.

Adentrando na discussão sobre a comunicação sindical, vale destacar sobre as novas tecnologias e sua utilização pelos sindicatos, como outro mecanismo de comunicação sindical. Notamos que a grande maioria dos sindicatos possui site e e-mail, e até mesmo em alguns casos outras fontes na internet (páginas em sites de relacionamentos e etc.) Os que não possuem esse uso alternativo de comunicação, como no caso dos SINHSFIL e STICMO, é devido aos altos custos de manutenção dos mesmos.

Já quanto à imprensa sindical impressa, no caso as que centramos nosso estudo, constatamos que a predominância nas páginas dessas imprensas sindicais, aqui analisadas, são matérias de cunho economicista, voltado às campanhas salariais. A maioria dos sindicatos aqui analisados mostraram essa tendência frequente, como também dos conteúdos assistencialistas. Entretanto a APEOESP, SEEBM, AFUSE e STEFZS carregam também em suas imprensas outras esferas, como a trabalhista e a política. Destes sindicatos o que mais se destacou na esfera política foi a APEOESP, pois a sua imprensa sindical, no caso o Jornal da APEOESP, além de trabalhar questões políticas ligadas principalmente à categoria, buscou trazer para a sua base informações mais gerais sobre a conjuntura, como: movimentos sociais, textos sobre racismo, leitura política sobre o ensino no estado de São Paulo, relacionando às discussões sobre o governo do Estado, entre outros. Infelizmente, essa amplitude e direcionamento político e formativo contido na imprensa da APEOESP, não foram mantidos e encontrados com frequência nas demais imprensas sindicais analisadas na pesquisa, o que julgamos como um fator negativo não só para as imprensas e suas lideranças, mas principalmente para a classe trabalhadora.

A partir das análises realizadas sobre a imprensa sindical elaboramos a Tabela 6, como uma síntese que aborda os principais conteúdos presentes nas imprensas sindicais de Ourinhos.

Imprensa Sindical: alguns aspectos importante para análise e discussão						
Sindicatos (sigla)	Assuntos Econômicos	Assuntos Políticos	Assuntos Assistencialistas	Assuntos sobre outras categorias	Periodicidade da imprensa sindical	Autonomia em relação ao conteúdo
APEOESP	Frequente	Frequente	Frequente	Existente	Mensal	Sim
STEFZS	Intenso	Existente	Intenso	Inexistente	Mensal	Sim
SINHSFIL	Intenso	Existente	Intenso	Inexistente	Período da data base	Sim
AFUSE	Intenso	Existente	Intenso	Inexistente	Período da data base	Sim
SFBR	Intenso	Inexistente	Intenso	Inexistente	Período da data base	Sim
STIAM	Intenso	Inexistente	Intenso	Inexistente	Mensal	Não
SEEBM	Intenso	Existente	Intenso	Inexistente	Mensal	Sim
SINTHORESSOU	Intenso	Inexistente	Intenso	Inexistente	Semestral	Sim
SINCOMERCIÁRIOS	Intenso	Inexistente	Intenso	Inexistente	Período da data base	Sim
STICMO	Frequente	Inexistente	Intenso	Inexistente	Período da data base	Sim

Nota: Para elaborar esse quadro realizamos uma escala crescente de frequência dos aspectos referentes a imprensa sindical que varia da seguinte maneira: inexistente (zero), existente (de um a dois conteúdos), frequente (de três a quatro conteúdos) e intenso (cinco ou mais conteúdos).

Tabela 6: Síntese dos principais assuntos abordados pela imprensa sindical de Ourinhos. Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Baseado nesse quadro e nos dados obtidos durante a pesquisa verificou que os assuntos econômicos predominaram nas páginas das imprensas sindicais ourinhense, seguidos dos conteúdos assistencialistas. Já em relação aos conteúdos políticos esse em sua maioria é deixado de lado pela imprensa sindical, o que podemos entender como uma deficiência dessas imprensas.

Além disso, dos dez sindicatos presentes nesse quadro, apenas quatro apresentaram conteúdos políticos, com destaque para a imprensa sindical da APEOESP, que frequentemente tratam de conteúdos políticos que envolvem a categoria, mas também referentes a outros assuntos, como por exemplo: direitos humanos, políticas raciais, conjunturas política nacional, entre outros. Já no que se refere à autonomia isto quer dizer a possibilidade das subsedes elaborarem conteúdos a serem publicados nas imprensas sindicais, como também de realizarem atividades diversas não relacionadas com a sede central do sindicato. Outro item abordado nesse quadro é em relação à aproximação entre categorias diversas no município e se os sindicatos publicam notícias sobre outras categorias além da sua base. Neste aspecto, apenas um dos dez sindicatos abordou em sua imprensa notícias que extrapolaram a sua categoria, no caso a APEOESP.

Portanto, como se constatou ao longo da pesquisa é que os elementos mais abordados por essas imprensas sindicais versam sobre as lutas salariais como o único motivo de mobilização dos trabalhadores. Estas imprensas esquecem que a luta econômica é momentânea e traz resultados imediatos, contudo efêmeros, já que por serem muitas vezes rapidamente conquistados, em seguida os trabalhadores se desmobilizam o que de acordo com Ferreira (1995), não ocorreria numa luta de caráter político, isto é, de enfrentamento numa perspectiva reivindicatória e de resistência.

Outro importante elemento a ser mencionar é a herança deixada pela imprensa proletária: de luta, resistência, propostas de outra sociabilidade que não está imposta pelo capital aos sujeitos que vivem do trabalho. A herança de luta e do caráter contestador dessa imprensa, como revela Fígaro (1993) teve a imprensa classista nascida com o novo sindicalismo, que a partir de uma perspectiva classista e de dominação de classe elaborou seus conteúdos buscando resistir frente à ofensiva e aos interesses hegemônicos do capital.

Neste sentido buscamos a partir de uma perspectiva que compreenda a imprensa sindical como um possível elemento dentro do sindicalismo brasileiro revelador da postura política-ideológica dos sindicalistas de confrontação ou não com o capital e que realmente esteja ao lado da classe trabalhadora, expondo seus anseios e interesses, compreendendo a territorialização dos sindicatos. Para isso antes se faz necessário, esclarecer melhor a territorialização oficial presente na estrutura oficial dos sindicatos, que muito influencia essa postura tomada pelos sindicatos brasileiros.

Desta forma, como já foi descrito nesse estudo, os canais de representação dos trabalhadores possuem uma territorialização oficial, um enquadramento jurídico que define o território de atuação de cada sindicato, no caso são as unidades municipais como base. Esta definição territorial dos territórios das entidades de classe está dentro de uma lógica funcional, concreta, proposta e determinada pela lógica capitalista de produção.

Esta territorialização oficial nasce para atrelar os sindicatos ao poder do Estado, como também sustentar as bases de acumulação de capital no país durante o processo de industrialização. Desmobilizando e fragmentando uma territorialização proposta e prática pelo movimento operário brasileiro, décadas antes da institucionalização dos sindicatos no Brasil.

Sendo assim, esta territorialização oficial barrou e ainda barra mudanças e lutas dos trabalhadores brasileiros, como descreve Thomaz Júnior (2002a) que a unicidade sindical e a manutenção do atrelamento do sindicato ao Estado, faz com que a entidade de classe dos trabalhadores faça uma leitura do capital de forma fragmentada (imposta pela territorialidade presente dentro de cada categoria). Enquanto que os sujeitos hegemônicos do capital façam a mesma leitura de forma ampla, pois não está preso numa territorialidade que o impossibilita de compreender as conjunturas da realidade que se apresenta. O que para Cruz (2000) marca a janela estilhaçada por onde as lideranças sindicais buscam olhar o avanço do capital e, comumente a degradação do trabalho. Por uma janela estilhaçada que impede a visão do todo, limitando as leituras conjunturais das entidades dos trabalhadores em uma leitura parcial do modelo de acumulação do capital.

Mas como a imprensa sindical pode nos revelar a territorialização dos sindicatos? Para isso, é necessário compreender que o conceito de território,

Desde a origem, [...] nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no „territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva „apropriação”. (HAESBAERT, 2005, p.6774)

Desta forma

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional „poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação („possessão”, „propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2005, p.6774)

Para Haesbaert (2005) o território está imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, o que

[...] „desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais „concreta” e „funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou „cultural-simbólica”” (Haesbaert, 2004:95-96). Segundo Lefebvre, dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva „reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria. . (HAESBAERT, 2005, p.6775)

Sendo assim o que pretendemos esclarecer é que a lógica de apropriação e dominação capitalista se apossou da entidade de classe dos trabalhadores, orientando e limitando a luta dos mesmos através do Estado (criando a unicidade sindical e o imposto sindical, e fragmentando os trabalhadores por categoria). Estes elementos, então, prendem as entidades de classe historicamente a lógica de acumulação do capital. Contudo, a batalha de dominação e apropriação do capital não se apresenta apenas no plano do concreto, ela se esvai por outros planos, como os ideológicos, culturais e políticos. É esse o plano político-ideológico que buscamos apreender nos sindicatos em Ourinhos, se utilizando da imprensa sindical como parte de uma possível territorialização compreendida por um conjunto de símbolos, ideias, referências, fixos e fluxos que emanassem dos interesses da classe trabalhadora, e que considerando suas

peculiaridades históricas, buscassem assim como a imprensa operária, propor um espaço de diálogo, formação, debate e ação dos trabalhadores de forma a resistir aos interesses das classes hegemônicas e da espacialização do capital em seus possíveis territórios.

Deste modo, como já foi exposto, o território é composto do aspecto material, do visível, palpável e do poder concreto (dominação), mas também por outra dimensão que transcende esta. Ou seja, o território também é formado por conjuntos de símbolos que ao se espacializarem no território deixam marcados significados que emanam e dependem do conjunto de interesses e valores que certo grupo social dá a ele (o sentido de apropriação). Logo o território define-se antes de tudo, como comenta Haesbaert (2004), pelas relações sociais, culturais, em seu sentido amplo e ao período histórico em que está inserido.

Desta forma sendo a comunicação sindical um fenômeno da atividade humana está vinculado aos processos culturais, políticos e sociais. A imprensa sindical, por sua vez, é reveladora do projeto político-ideológico das lideranças sindicalistas. Projeto esse que dependendo de seus projetos de luta podem levá-los mais próximos da lógica de acumulação do capital ou então expressar formas de resistência, de luta, não apenas no viés econômico, mas também num aspecto político, ideológico e cultural valorizando os interesses daqueles que trabalham, que valorize e busque formas de sociabilidades que tenha os interesses dos trabalhadores como meio (objetivo) central em sua formação.

Logo, a imprensa sindical, assim como a grande mídia, ao ser veiculado para a classe trabalhadora expressa conjuntos de elementos simbólicos e políticos-ideológicos que estão espacializados e fazem referência a um dado território, pois dão valor e reafirmam a importância de elementos contidos em dada territorialização sindical. Porém, a imprensa sindical poderia como já fez em outros tempos, levar um conjunto de símbolos e elementos culturais, políticos-ideológicos que buscassem romper com a dominação do capital e expressar outra sociabilidade, fruto das experiências da classe trabalhadora. No entanto, o que notamos nesta pesquisa é que a imprensa sindical elaborada pelo conjunto de sindicatos compreendidos nessa pesquisa, em sua maioria, não buscam romper com a lógica de apropriação e dominação de classes emanadas pelo capital. Essas imprensas, pelo contrário, quando se apresentam para a luta, enxergam apenas o caráter econômico, e em alguns casos trabalhistas, mas nunca num sentido crítico e que possibilite a mobilização e resistência dos modelos impostos.

É claro que nem todas as impressas analisadas possuem esse caráter, como é o caso da APEOESP, que ainda demonstra um pouco da luta política e ideológica de dominação social e de classe que o capital impõe para o conjunto dos trabalhadores. Em suas impressas ainda se faz presente leituras conjunturais e políticas sobre a situação do país, sobre a degradação do trabalho, tanto de sua categoria como de alguns outras. Também apresenta para sua categoria uma visão do geral, busca compreender o que acontece na sociedade como todo, assim como, revela mobilizações, movimentos sociais e discussões de caráter partidário.

Neste sentido, é importante colocarmos que a imprensa sindical assim como a atuação dos sindicatos são reflexos das lideranças e do projeto político-ideológico do sindicato, ou seja, do projeto político de luta da entidade sindical frente ao conjunto de interesses da classe trabalhadora. Sendo assim, o que foi verificado é que, a imprensa sindical busca manter a territorialização dos sindicatos da mesma forma que a territorialização oficial do mesmo. Arelada aos interesses do Estado, sem diálogo entre as categorias (persistindo a fragmentação da luta) e focada apenas no viés econômico, ou seja, apenas na luta dentro do jogo de poder exposto pelo capital. Em outras palavras, visa uma negociação da força de trabalho na tentativa de buscar melhores condições de venda da mão-de-obra, logo não conseguindo transcender para uma esfera de maior mobilização e resistência do que lhe são impostos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, como se notou, propomos através de uma leitura geográfica sobre as entidades de representação dos trabalhadores compreender a territorialização dos sindicatos em Ourinhos. Para isso, utilizamos de uma perspectiva que colocasse o trabalho como elemento central desta análise, ou seja, um estudo geográfico que buscou compreender a dupla forma de nível articulado de existência, determinado entre o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade/espço, buscando averiguar a dialética existente entre a dinâmica geográfica do fenômeno do trabalho e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, expressadas nas transformações territoriais e consequentemente do espaço.

Sendo assim, como já foi descrito neste estudo, os sindicatos no Brasil, desde 1930, possuem uma territorialização determinada pelo conjunto da CLT, que garante sua

atuação no âmbito territorial, neste caso temos o município como base por cada categoria, através da unicidade sindical. Este mecanismo impede a criação de outro sindicato para a mesma categoria no seu território, também define a confederação e as federações. Essa territorialização oficial também fragmenta a classe trabalhadora, pois é condicionada por ela em categorias definidas pelos órgãos reguladores do Estado, como por exemplo: químicos, bancários, frentistas, entre outros. Isso cria obstáculos aos conjuntos de trabalhadores de se ver enquanto uma classe, unida, com interesses comuns, e se tornando uma categoria determinada, isto é, que estão prescritas dentro da territorialização oficial do sindicalismo no Brasil.

Por outro lado, temos a territorialização idealizada pelos conjuntos dos movimentos sociais, com novos símbolos, interesses políticos e sociais, ou seja, outra forma de ordenar e de se territorializar com outros conjuntos de ideais em um território. Neste caso, coloco o movimento sindical combativo, que pensa e idealiza outros elementos, que almeja outra sociabilidade e relação capital-trabalho, portanto que busca outra territorialização que, não essa imposta pela CLT que oficializa os sindicatos no país. Esses tipos de sindicatos buscam uma emancipação das amarras impostas pela legislação sindical, contra a fragmentação da classe trabalhadora e pelo direito de se organizar a partir da base, contra a unicidade sindical, a Contribuição Sindical, entre outros elementos que imobiliza os sindicatos no Brasil e promove a cooptação de suas lideranças, que cada vez mais estão distantes dos interesses dos trabalhadores e mais próximos dos interesses dos patrões e do capital.

Portanto, a estrutura oficial de representatividade dos trabalhadores, o sindicato, como constatado nesse presente estudo está em crise. Com o novo modelo de acumulação do capital a representação dos sindicatos baseadas em trabalhadores assalariados não compreende na totalidade o conjunto de transformações e da plasticidade colocada por Thomaz Júnior (2011), que se insere no mundo do trabalho, como as novas formas de contratação, os subcontratados, os informais, entre outros. Esta representação baseia-se na própria fragmentação da classe trabalhadora, ou seja, em categorias e pela própria estrutura sindical verticalizada.

Neste sentido, buscou-se através da imprensa sindical, averiguar se os sindicatos desenvolviam a partir desta, novas formas de compreensão da realidade, uma forma que tivesse os interesses dos trabalhadores como elemento nodal principal de sua

execução. Pois a luta de classe não se dá apenas na esfera econômica ou política, mas se apresenta também de outras formas, tendo na mídia comercial, seu representante principal na luta ideológica de construção de símbolos e valores para a classe trabalhadora idealizada pela burguesia. Entretanto, esta construção não expressa os anseios dos trabalhadores e sua ligação histórica de subordinação e exploração pelo capital. Já as imprensas sindicais, herdeiras da imprensa operária têm em sua gênese, a construções e interpretação dos fatos que envolvam os interesses dos trabalhadores a partir da perspectiva do mesmo, isto é, que conte e refaça a história a partir dos indivíduos que vivam do trabalho.

Desta forma, como foi demonstrado a partir da pesquisa empírica deste estudo, como os sindicatos de Ourinhos se utilizam da imprensa sindical, verificou-se que em sua maioria, as lideranças sindicais não dão valor à imprensa sindical e apenas a utilizam como uma forma de comunicação informativa. Logo, sem contato com a base, com pouco diálogo, numa interação tênue com os trabalhadores. Além disso, constatou-se a falta de preocupação dos sindicalistas com a própria história de atuação de suas entidades. Não há em sua maioria, a preocupação entre os sindicalistas de arquivar os materiais produzidos por suas imprensas.

Outra característica importante a ser mencionada é a falta do debate político presente nessas imprensas, na maioria não há presença de leitura política sobre as dificuldades enfrentadas pela categoria, os obstáculos que o modo de produção capitalista coloca para a classe trabalhadora e a sua dependência histórica. Quando encontramos conteúdos políticos presentes nos jornais e/ou boletins analisados, normalmente retratam sobre períodos eleitorais. Com poucas exceções, observamos outros conteúdos políticos na imprensa sindical da APEOESP, SEEBM, SINHSFIL e STEFZS.

Neste sentido, às imprensas sindicais estudadas durante esta pesquisa utilizam desse elemento apenas para reafirmarem a lógica de dominação e fragmentação da classe trabalhadora exposta pela CLT. Logo, essas imprensas em sua maioria, não buscam a partir de suas páginas transmitir a necessidade de outra forma de sociabilidade e de perspectiva de vida que não essa regulada pelo interesse do capital. Ou seja, não demonstram a tentativa de construir um contra-espço a partir destas empresas. Isso se verifica no intenso e constante conteúdo econômico encontrado nesses

materiais, em detrimento de outros conteúdos como o político e o ideológico, entre outros.

Sendo assim, verificamos ao longo desse estudo que a imprensa sindical é um elemento constitutivo do sindicato que pode ser fundante no que tange a possibilidade de (re)construção de uma outra perspectiva do trabalho e do trabalhador. No entanto, diante da nossa pesquisa de campo, no município de Ourinhos, constatou-se como essa imprensa se revela na realidade um mecanismo de reafirmação das amarras impostas pelo Estado e o capital, não somente a entidade representativa dos trabalhadores, mas também, aos próprios trabalhadores.

Entretanto, isso não significa que a imprensa sindical não seja um elemento importante, pelo contrário. E, mais do que isso, esse estudo reforçou a tese de que a imprensa é um forte indicador da territorialização sindical, capaz de realizar um papel fundamental na atual conjuntura sindical brasileira. Talvez, não no aspecto que devesse, isto é, se atentando as particularidades e anseios dos trabalhadores, porém ainda assim, realizando um papel de caráter político e ideológico.

Neste estudo, não foi possível verificar localmente um sindicalismo que busque representar a classe trabalhadora como um todo, mas sim (e apenas) suas respectivas categorias (quando isso ocorre). Não foi possível notar um sindicalismo que busque romper com as amarras históricas dessa entidade com o Estado e consequentemente com os interesses hegemônicos de dominação do capital, possibilitando reconstruir uma entidade de classe combativa, formulada e orientada a partir da participação e interação dos sujeitos que vivem do trabalho na construção do dia-a-dia das atividades sindicais. De tal modo, que a territorialização sindical constatada ainda se faz muito distante dos anseios e interesses da classe trabalhadora, e muito mais relacionada às lógicas do Estado e do capital.

Contudo, não podemos concluir que isso é uma regra geral a todos os sindicatos brasileiros, do mesmo modo, como devemos ter clareza de que mesmo pontualmente, ainda existem movimentos sindicais e imprensas sindicais capazes de resistir e lutar por outra sociabilidade e dignidade para/com os trabalhadores.

Portanto, esse presente estudo serviu para compreendermos a complexidade que é estudar na ciência geográfica as questões do trabalho. De tal modo, que numa

perspectiva otimista acreditamos que esse estudo, assim como outros temas referentes à Geografia do Trabalho, ainda devem prosseguir em suas discussões, debates, análises e investidas a favor de um olhar para a essência e ao mesmo tempo a totalidade, sem perder as particularidades, dos sujeitos que vivem do trabalho.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Giovanni. *Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal”* (1990-2000). Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002.

_____. *Crises e Limites do Sindicalismo: Elementos para uma reflexão crítica da práxis sindical.* s/d. Disponível em: <<http://www.sinjusc.org.br/novosite/index.php/documentos/estudos/10-valorelimitesdosindicalismogiovannialvesreduzido-crise-e-limites-do-sindicalismo>>. Acessado em: 17/09/2013.

ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BARROS, Thiago Pereira; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. A imprensa sindical como elemento revelador da territorialização dos sindicatos. In: *Revista Pegada*, vol. 14, nº1, p.165-188, 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2180/2140>>. Acessado em: 22/09/2013.

BOITO JÚNIOR, Armando. *Política neoliberal no Brasil*. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

BOITO JÚNIOR, Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. In: *CADERNO CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, maio/ago, 2010. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=764>>. Acessado em: 20/08/2013.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP: Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2012.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; SANTOS, Roseli Alves dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

CARDOSO, Alberto Moreira. *A década neoliberal: e as crises do sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Trabalho, sindicatos e gestão territorial da sociedade. In: *Revista Pegada*. Presidente Prudente: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho. v.1, p.1-25, 2000a.

_____. *A Comunicação Sindical em Presidente Prudente/SP: Elementos para uma “Leitura” Geográfica*. FCT/Presidente Prudente, 2000b (dissertação de mestrado).

_____. A expansão do trabalho fabril na região Oeste do Paraná: a (re) centralidade do trabalho e o desenvolvimento desigual capitalista. In: *Anais do VIII Encontro Nacional da Anpege*. Curitiba, 2009.

CRUZ, Antonio. *A janela estilhada: a crise do novo sindicalismo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIEESE. *Estudos e Pesquisas - O movimento grevista em 2004*. nº 12, outubro de 2005. Disponível em: http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2004/estpesq12102005_greve2004.pdf. Acessado em: 30/09/13.

_____. *Estudos e Pesquisas – As greves em 2005*. ano 2, nº 20, maio, 2006. Disponível em: http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2005/estpesq20_greves2005.pdf. Acessado em: 30/09/2013.

_____. *Estudos e Pesquisas – Balanço das greves em 2007*. 2008. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2007/estPesq41Greves2007.pdf>. Acessado em: 30/09/2013.

_____. *Estudos e Pesquisas – Balanço das greves em 2008*. nº 45, julho, 2009. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2008/estPesq45balancoGreves2008.pdf>. Acessado em: 30/09/2013.

_____. *Estudos e Pesquisas – Balanço das greves em 2010-2011*. nº 63, novembro, 2012. Disponível em: http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2011/estPesq63balGreves2010_2011.pdf. Acessado em: 30/09/2013.

_____. *Estudos e Pesquisas – Balanço das greves em 2012*. nº 66, maio, 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>. Acessado em: 30/09/2013.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.

_____. (Org.) *O Impasse da Comunicação Sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens*. São Paulo: CEBELA, 1995.

FÍGARO, Roseli A. *O discurso da Imprensa sindical: formas e usos*. São Paulo: ECA/USP, 1993 (dissertação de mestrado).

GIANNOTTI, Vito; SANTIAGO, Claudia. *Comunicação sindical: falando para milhões*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja>

&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.planificacion.geoamerica.org%2Ftextos%2Fhaesbaert_multi.pdf&ei=JYNtUq2rMuL_4AOwgoAg&usg=AFQjCNFQ1LZCO MiVWBea8X6XEZwhl_muOQ&bvm=bv.55123115,d.dmg>. Acessado em: 12/10/2013.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia da preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

IBGE, *Cidades*. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado no dia 17/06/2010.

LARA, Ricardo. Contribuições acerca dos desafios do movimento sindical diante da crise do capital. In: LOURENÇO, Edvânia; NAVARRO, Vera; BERTANI, Iris; SILVA, J. F. S; SANT'ANA, Raquel. *O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. *O capital*. volume 1. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MATOS, M. Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOMESSO, Luís Anastácio. *Comunicação sindical: limite contradições e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 1994 (tese de doutorado).

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Anna Blume, 2005.

MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. 14ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. In: *GEOgraphia*, v.3, n.5, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/52/50>>. Acessado em: 16/02/14.

OLIVEIRA FILHO, Altair Aparecido de. Centralidade e formação socioespacial regional: a dinâmica econômica de Ourinhos no contexto regional. In: SILVEIRA, Márcio Rogério (Org). *Ourinhos/SP: Formação e Desenvolvimento de uma Economia Regional e Demais Estudos*. Bauru: Joarte, 2011.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

SAQUET, Marcos Aurelio; *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009. p.73-94.

_____. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. In: FRAGA, Nilson Cesar (Org.) *Territórios e fronteiras: (re)arranjos e perspectivas*. Florianópolis: Insular. 2011, p.33-50.

SILVEIRA, Márcio Rogério. *Ourinhos/SP: Formação e Desenvolvimento de uma Economia Regional e Demais Estudos*. Bauru: Joarte, 2011.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os nós da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002a.

_____. Por uma geografia do trabalho. In: *Revista Pegada*, volume 3, número especial, agosto, 2002b.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: Os limites da „leitura“ geográfica. In: *MUNDO DO TRABALHO Revista Pegada*, v.12, n.1, 2011.

TRÓPIA, Patrícia Vieira; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. A configuração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil politico-ideológico da Conlutas. In: *Opinião pública*, v.19, nº1: Campinas, junho, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v19n1/v19n1a05.pdf>>. Acessado em: 20/09/2013.

TROYANO, Annez Andraus. *Estado e sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

ANEXO

Roteiro norteador de perguntas para a entrevista com as lideranças sindicais

- 1) Quando o sindicato foi criado?
- 2) Quantos filiados o sindicato possui?
- 3) Quantos trabalhadores estão na base?
- 4) Vocês possuem dados de quantos trabalhadores tem desta categoria?
- 5) O que a subsede faz e qual a estratégia de se ter um sindicato desse tipo no município?
- 6) Qual é a autonomia da subsede (se no caso for)?
- 7) Quais as ações que a subsede/sindicato realiza politicamente?
- 8) Possuem cursos de formação política para a base?
- 9) O que o sindicato utiliza para manter contato com os trabalhadores? (comunicação, trabalho corpo a corpo, entre outros).
- 10) Os trabalhadores procuram a subsede em busca de informações, sugerir demandas, ou participar em algum evento, ou trabalho do sindicato?
- 11) A comunicação sindical é importante para vocês (sindicatos) ate que ponto?
- 12) Existe uma troca de diálogos ou aproximação da categoria representada pelo sindicato com outras categorias?
- 13) Possuem jornais, folhetins, boletins, entre outros, são próprios, e quem os fazem (trabalhador especializado)?
- 14) Qual a maior dificuldade que o sindicato enfrenta?
- 15) E qual a maior dificuldade que a categoria representada enfrenta?
- 16) Vocês estão filiados a alguma Central Sindical?